

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO: RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO: ANGRA DOS REIS

Relatório Anual de Gestão 2022

GLAUCO FONSECA DE OLIVEIRA
Secretário(a) de Saúde

Sumário

1. Identificação

- 1.1. Informações Territoriais
- 1.2. Secretaria de Saúde
- 1.3. Informações da Gestão
- 1.4. Fundo de Saúde
- 1.5. Plano de Saúde
- 1.6. Informações sobre Regionalização
- 1.7. Conselho de Saúde
- 1.8. Casa Legislativa

2. Introdução

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- 3.1. População estimada por sexo e faixa etária
- 3.2. Nascidos Vivos
- 3.3. Principais causas de internação
- 3.4. Mortalidade por grupos de causas

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

- 4.1. Produção de Atenção Básica
- 4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos
- 4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização
- 4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos
- 4.5. Produção de Assistência Farmacêutica
- 4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- 5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão
- 5.2. Por natureza jurídica
- 5.3. Consórcios em saúde

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

7. Programação Anual de Saúde - PAS

- 7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

9. Execução Orçamentária e Financeira

- 9.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica
- 9.2. Indicadores financeiros
- 9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)
- 9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho
- 9.5. Covid-19 Repasse União
- 9.6. Covid-19 Recursos Próprios
- 9.7. Covid-19 Repasse Estadual

10. Auditorias

11. Análises e Considerações Gerais

12. Recomendações para o Próximo Exercício

1. Identificação

1.1. Informações Territoriais

UF	RJ
Município	ANGRA DOS REIS
Região de Saúde	Baia da Ilha Grande
Área	800,43 Km ²
População	210.171 Hab
Densidade Populacional	263 Hab/Km ²

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Data da consulta: 09/05/2023

1.2. Secretaria de Saúde

Nome do Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Número CNES	6458181
CNPJ	A informação não foi identificada na base de dados
CNPJ da Mantenedora	29172467000109
Endereço	RUA ALMIRANTE MACHADO PORTELA 85
Email	A informação não foi identificada na base de dados
Telefone	2433775859

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 09/05/2023

1.3. Informações da Gestão

Prefeito(a)	FERNANDO ANTÔNIO CECILIANO JORDÃO
Secretário(a) de Saúde em Exercício	GLAUCO FONSECA DE OLIVEIRA
E-mail secretário(a)	saude@angra.rj.gov.br
Telefone secretário(a)	24999745673

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 09/05/2023

1.4. Fundo de Saúde

Instrumento de criação	LEI
Data de criação	01/2000
CNPJ	39.157.029/0001-17
Natureza Jurídica	FUNDO PUBLICO DA ADMINISTRACAO DIRETA MUNICIPAL
Nome do Gestor do Fundo	Glauco Fonseca de Oliveira

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 09/05/2023

1.5. Plano de Saúde

Período do Plano de Saúde	2022-2025
Status do Plano	Aprovado

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Data da consulta: 07/10/2022

1.6. Informações sobre Regionalização

Região de Saúde: Baia da Ilha Grande

Município	Área (Km ²)	População (Hab)	Densidade
ANGRA DOS REIS	800.43	210171	262,57
MANGARATIBA	351.653	45941	130,64
PARATY	928.467	44175	47,58

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Ano de referência: 2021

1.7. Conselho de Saúde

Instrumento Legal de Criação	LEI		
Endereço	Av José Elias Rabha		
E-mail			
Telefone			
Nome do Presidente	Leonardo Bastos		
Número de conselheiros por segmento	Usuários	13	
	Governo	0	
	Trabalhadores	7	
	Prestadores	6	

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Ano de referência:

1.8. Casa Legislativa

1º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa

27/05/2022

2º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa

21/09/2022

3º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa

27/02/2023

• Considerações

1.

AUTORIDADES MUNICIPAIS

Prefeito Municipal

FERNANDO ANTÔNIO CECILIANO JORDÃO

Vice-Prefeito

CHRISTIANO COSTA VILELA ALVERNAZ

Secretário Municipal de Saúde

GLAUCO FONSECA DE OLIVEIRA

Secretária-Executiva Municipal de Saúde

THAISA CARNEIRO BEDÉ

EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA DE SAÚDE:

Superintendência de Planejamento, Controle, Avaliação e Regulação:

LUCIANA ROSSINOL SILVA

Coordenação de Controle e Avaliação:

MARIA DO CARMO GOMES DOS SANTOS

Coordenação de Planejamento:

MONIQUE CLAUDINO DOS SANTOS THULER

Departamento do Complexo Regulador de Angra dos Reis:

MAYARA ATHANÁZIO DIOGO

Superintendência de Atenção à Saúde:

JOSIELI CANO FERNANDES

Departamento de Atenção Referenciada:

ADRIANA RIBEIRO DA MOTTA SILVEIRA

Departamento de Saúde Coletiva:

ROMÁRIO GABRIEL AQUINO

Superintendência de Atenção Primária:

WESLEY ABEL MARIANO

Departamento de Atenção Primária:

CAMILA LIMA SIQUEIRA

Superintendência de Gestão de Recursos:

RODRIGO FONSECA DE CASTRO

Departamento de Gestão do Fundo Municipal de Saúde

VITOR SANTOS GONÇALVES

Departamento de Controle Interno:

PAULO ALEXANDER FARIAS BRÁZ

Departamento de Ouvidoria do SUS:

MARIA CLÁUDIA CAPAZ

Departamento do Componente Municipal de Auditoria:

GUILHERME LEITE FIDALGO

EDIÇÃO E PESQUISA:

MONIQUE CLAUDINO DOS SANTOS THULER

ESTAGIÁRIOS:

DANILLO PEREIRA DOS SANTOS

JOSÉ AUGUSTO DO NASCIMENTO FONSECA PIRES

LISTA DE SIGLAS

ACS	Agente Comunitário de Saúde
CEREST	Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
CIB	Comissão Intergestores Bipartite
CIT	Comissão Intergestores Tripartite
CMS	Conselho Municipal de Saúde
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CTA	Centro de Testagem e Aconselhamento
DTA	Doenças agudas de transmissão hídrica
ESF	Estratégia Saúde da Família
FNS	Fundo Nacional de Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAS	Programação Anual de Saúde
PlanejaSUS	Sistema de Planejamento do SUS
PMS	Plano Municipal de Saúde
RAG	Relatório Anual de Gestão
SAE	Serviço de Assistência Especializada
SIASUS	Sistema de Informação Ambulatorial
SISAB	Sistema de Informação da Atenção Básica
SIHD	Sistema de Informação Hospitalar Descentralizado
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SINASC	Sistema de Informações de Nascidos Vivos
SIOPS	Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
VISA	Vigilância Sanitária
CCVES	Coordenação Geral dos Ciclos de Vida e Equidade em Saúde
CDASP	Coordenação de Doenças e Agravos de Importância à Saúde Pública
RRRO	Relatório Resumido da Execução Orçamentária
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal

APRESENTAÇÃO

O Relatório Anual de Gestão (RAG) é o instrumento de gestão com elaboração anual que permite ao gestor apresentar os resultados alcançados com a execução da Programação Anual de Saúde e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no Plano de Saúde.

A elaboração do Relatório Anual de Gestão (RAG) representa muito mais do que obrigação legal, pois significa responsabilidade da gestão em saúde e compromisso com os usuários do Sistema Único de Saúde. "Saúde é um estado de completo bem estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade" (OMS). Portanto, o respeito e consideração dispensados ao usuário do sistema de saúde também são elementos que promovem a saúde da população. Para alcançar os objetivos que atendam de maneira satisfatória as necessidades de cada cidadão é preciso envolvimento de gestores e técnicos, além de conhecimento que permita a avaliação apropriada das ações e serviços a serem implementados no percurso de cada ano de trabalho.

Fica evidente a importância dos instrumentos de gestão para o planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS) no município. É inegável sua evolução sistemática e contínua ao longo dos anos, inclusive como meio importante para mudança de paradigmas. A adesão de gestores e técnicos foi essencial na busca pelo cumprimento de metas e objetivos, visando tornar pública a aplicação dos recursos nas ações e serviços de saúde em Angra dos Reis.

IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1 Informações Territoriais

O município de Angra dos Reis fica localizado no sul do estado do Rio de Janeiro. Faz limite com os municípios de Paraty, Rio Claro e Mangaratiba. A principal via de acesso rodoviário é pela BR 101, no trecho Rio-Santos. O município possui especificidades em sua geografia e diversidade populacional.

Sua geografia é uma região cercada por unidades de conservação ambiental como o Parque Estadual Cunhambebe e a Área de Proteção Ambiental de Tamoios, contrapartida da implantação das Usinas Nucleares de Angra. Tão singular pela sua arquitetura de serra e mar.

Na sua diversidade populacional é singular pelos seus povos e comunidades tradicionais constituídos por indígenas, quilombolas e caiçaras que convivem distribuídos em uma extensão territorial de 813,420 km². O 1º distrito, onde se concentram as principais atividades econômicas e a centralização administrativa da Secretaria de Saúde e a Farmácia Central, fica a 25 km distante da Aldeia Sapucay, localizada no bairro Bracuhy, no 4º distrito; e 35 km distante do Quilombo Santa Rita do Bracuhy, também localizada no 4º distrito. Do norte, o bairro do Cantagalo, que faz divisa com o município de Mangaratiba, até o bairro da Vila de Mambucaba, que fica ao sul e faz divisa com Paraty, o trajeto pela principal via de acesso, a BR 101, é de 74,9 km num percurso estimado de 1h 10min. Porém, se buscarmos a rota para o oeste, o percurso até o bairro Serra D'água, que faz divisa com o município de Rio Claro, o percurso de 48,5 km, dura em média 50 min. Consideremos também o percurso marítimo até a Ilha Grande, que concentra a maioria da população insular do município. Isso ilustra como a extensão territorial do município carrega uma especificidade que deverá ser considerada nos deslocamentos das equipes e levada em consideração nas propostas das ações e serviços de saúde.

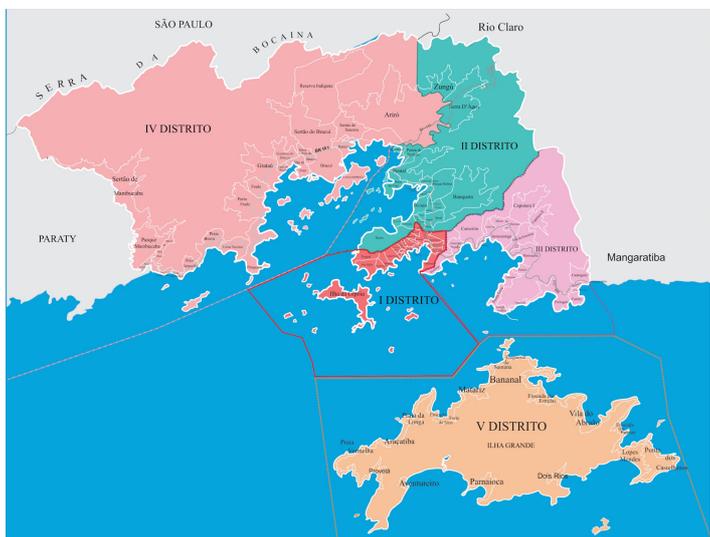
Figura 1 - Mapa da localização do município de Angra dos Reis



Fonte: Google Maps (acessado em 02/03/2022)

O município é dividido em 5 distritos sanitários conforme a representação gráfica na Figura 2.

Figura 2 - Representação Gráfica da localização dos Distritos Sanitários de Angra dos Reis



Fonte: Coordenação de Vigilância Epidemiológica / Coordenação de Planejamento e SSA 2019

No Quadro 1, é um panorama das principais características do município segundo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, Ipea e FJP).

Quadro 1 e Caracterização do Território

Fonte: PNUD, Ipea e FJP. (*) IBGE

1.2 Secretaria de Saúde

Nome do órgão: Secretaria Municipal de Saúde de Angra dos Reis

CNES: 6458181

CNPJ: 29.172.467/0001-09

Endereço: Rua Almirante Machado Portela, nº 85 - bairro Balneário.

E-mail: saude@angra.rj.gov.br

Telefone: (24) 3377-3265

1.3 Secretário de Saúde em Exercício

Secretário em Exercício:

Nome: GLAUCO FONSECA DE OLIVEIRA

Data da posse: 05/01/2021

Secretário de Saúde Referente ao Ano do Relatório de Gestão (2021):

Nome: GLAUCO FONSECA DE OLIVEIRA

Data da posse: 05/01/2021

A Secretaria de Saúde teve mais de um gestor no período que se refere o RAG? **Não**

1.4 Informações do Fundo Municipal de Saúde

Instrumento legal de criação do FMS: Tipo Decreto - 440

CNPJ: 39.157.029/0001-17 e Fundo de Saúde

Data: 18/10/1993

O Gestor de Fundo é o Secretário de Saúde? Sim

Gestor do FMS: GLAUCO FONSECA DE OLIVEIRA

Cargo do Gestor do FMS: Secretário de Saúde

1.5 Plano de Saúde

- Plano Municipal de Saúde elaborado em 2021-2022
- Status: Vigente
- Situação: Aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde
- Aprovação do Conselho de Saúde: Resolução nº 09 em 30/08/2022

1.6 Informação sobre Regionalização

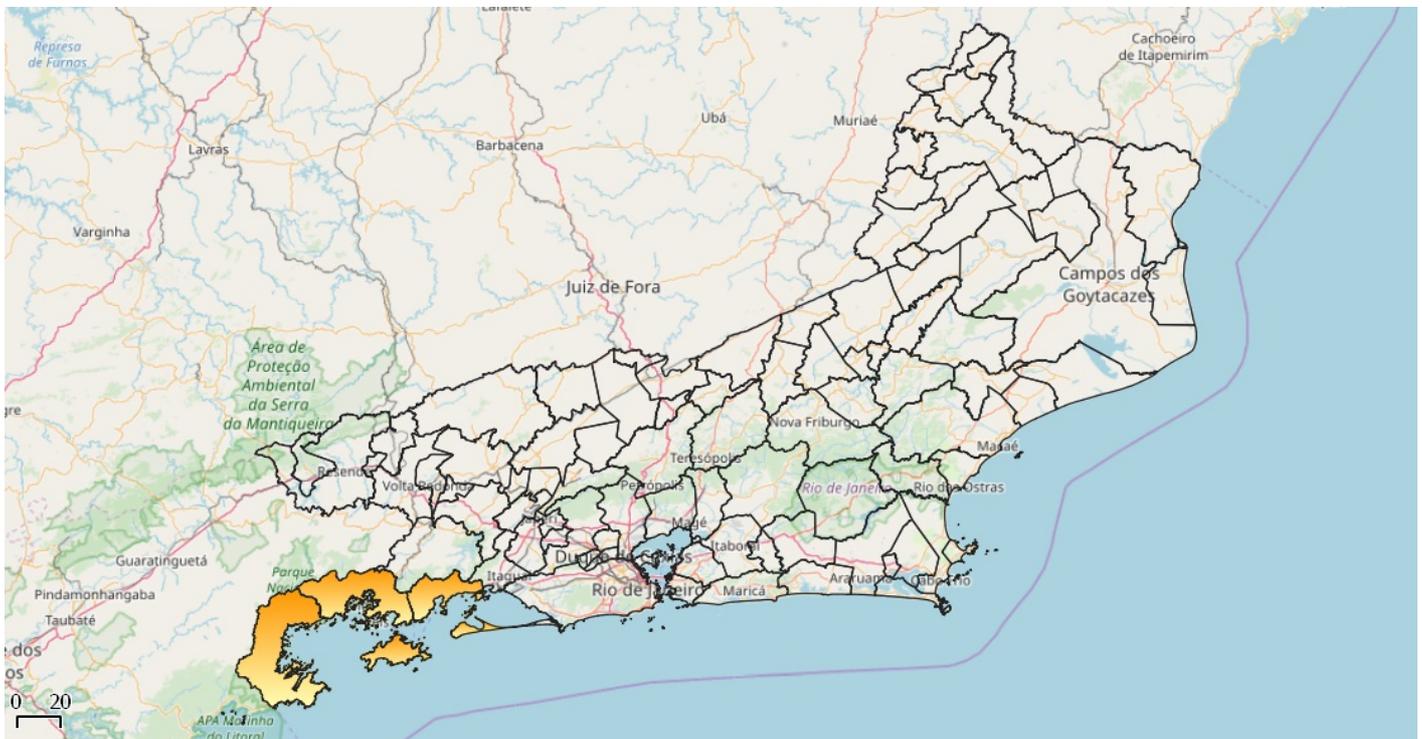
A Região da Baía da Ilha Grande (BIG) é formada pelos municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty. Localiza-se ao sul do estado do Rio de Janeiro, no limite com o estado de São Paulo, e é a menor das nove Regiões de Saúde do estado.

A região destaca-se no estado pela presença das usinas de energia nuclear e por apresentar o maior número de comunidades indígenas em seu território.

Em relação à população indígena, conforme a publicação "Censo demográfico 2010: Características gerais dos indígenas: resultado da amostra", o estado do Rio de Janeiro possui 15.894 índios. Acrescente-se que, para a publicação citada, foi considerada terra indígena "aquela em situação fundiária declarada, homologada, regularizada e em processo de aquisição como reserva indígena" até a data de 31 de dezembro de 2010, ano de realização do censo demográfico.

Segundo o Censo 2010, em todos os municípios que compõem a BIG, foram localizadas população quilombola e população autodeclarada indígena. Ressalta-se que foram também localizados pescadores artesanais em todos os municípios, porém, em Angra dos Reis e Paraty.

Figura 3 - Localização da região da Baía da Ilha Grande no estado do Rio de Janeiro



Quadro 2 - Regionalização

Área 813,420 km²	IDHM 2010 0,724	Faixa do IDHM Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799)	População (Estimativa 2021)* 210.171 hab.
Densidade demográfica (Censo 2010) 205,8 hab/km²	Ano de instalação 1835	Microrregião Baía da Ilha Grande	Mesorregião Sul Fluminense
Região	Área (Km²)	População (Hab) Estimada em 2021	Densidade demográfica em 2021
Angra dos Reis	813,420 km²	210.171	258,38 hab/km²
Mangaratiba	367,606 km²	45.941	124,97 hab/km²
Paraty	924,296 km²	44.175	47,79 hab/km²

Fonte: IBGE, acessado em 18/03/2023

1.7 Informações do Conselho de Saúde

Instrumento legal de criação do CMS: Lei Municipal nº 176, de 24/01/1992 **Data:** 24/01/1992

Link de acesso:

<http://consulta-camaraangra.siscam.com.br/Arquivos/NormalJuridica/LeiOrdinaria/9200176.html>

Nome do Presidente do CMS: LEONARDO BASTOS

Segmento: Usuário

Endereço: Avenida José Elias Rabha, nº 280 ; loja nº 121 ; Parque das Palmeiras ; Angra dos Reis, RJ

E-mail: cms@angra.rj.gov.br

Telefone: (24) 99906-9357 / (24) 3364-4794

Número de conselheiros por segmento

Usuários: 28

Governo/Prestadores: 14

Trabalhadores: 14

No Sistema DigiSUS, na tabela 1.7 (Conselho de Saúde) possui uma desconformidade no item que se refere aos dados do presidente do Conselho Municipal de Saúde. Os dados divergem com as declaradas no SIOPS (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde). Abaixo, reproduzimos a tela com as informações declaradas no SIOPS acerca do Conselho Municipal de Saúde. Levantamos a hipótese de que o sistema DigiSus tenha cometido um erro de algoritmo quando efetuou a busca neste campo. Conforme orientação da Assessoria de Planejamento da Secretaria de Estado de Saúde, notificamos a Assessoria por e-mail que encaminhará a notificação para o SIOPS do Ministério da Saúde.

Figura 04 - Tela do SIOPS - Conselho de Saúde - aba Presidente

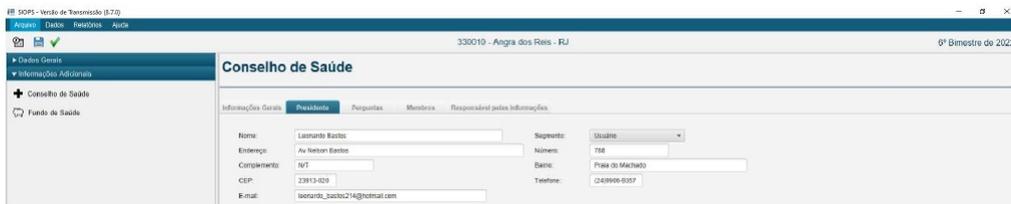


Figura 05 - Tela do SIOPS - Conselho de Saúde - aba Membros

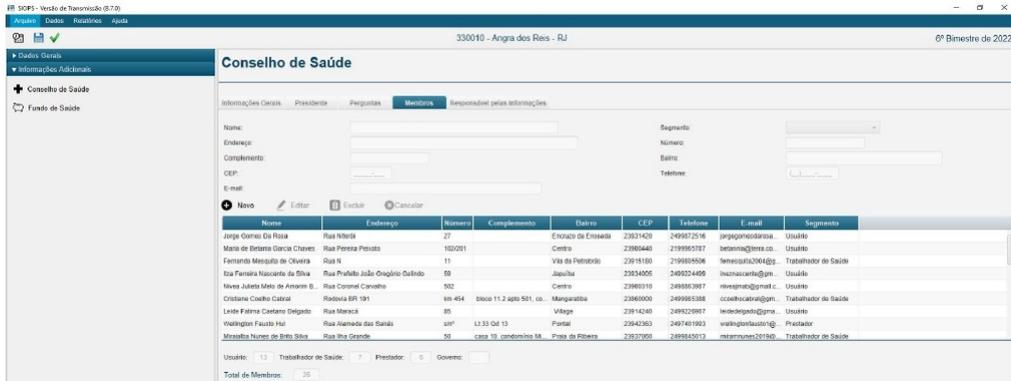


Figura 06 - Tela do SIOPS - Conselho de Saúde - aba Responsável pelas Informações



1.8 Casa Legislativa

1º RDQA 2022	2º RDQA 2022	3º RDQA 2022
Data de entrega do Relatório	Data de entrega do Relatório	Data de entrega do Relatório
27/05/2022	21/09/2022	27/02/2023

2. Introdução

- Análises e Considerações sobre Introdução

INTRODUÇÃO

1.

A elaboração do relatório de gestão é obrigação legal do município, sendo parte do acompanhamento, controle e avaliação das ações e serviços de saúde. O presente relatório tem como objetivo apresentar as ações de saúde desenvolvidas no ano 2022 pelas diversas áreas técnicas da Secretaria Municipal de Saúde de Angra dos Reis, bem como sistematizar as informações referentes às receitas e despesas com saúde, em conformidade com as prestações de contas apresentadas na câmara municipal e no conselho municipal de saúde, durante o exercício de 2022.

Utiliza como instrumentos norteadores o Plano Municipal de Saúde e a Programação Anual de Saúde.

As informações constantes neste relatório são provenientes dos sistemas de informação nacionais e nos diversos sistemas municipais, que são utilizados para avaliação dos serviços e tomada de decisão.

A SMS de Angra dos Reis realizou o monitoramento do PMS 2022-2025, da PAS 2022 e da elaboração de seu relatório de gestão, através da sua prestação de contas quadrimestrais, atendendo ao determinado na Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012, em seu capítulo IV, seção III.

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

3.1. População estimada por sexo e faixa etária

Período: 2021

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	7965	7595	15560
5 a 9 anos	7668	7319	14987
10 a 14 anos	6892	6747	13639
15 a 19 anos	7690	7261	14951
20 a 29 anos	17725	17730	35455
30 a 39 anos	17523	17442	34965
40 a 49 anos	15387	15284	30671
50 a 59 anos	11619	11828	23447
60 a 69 anos	7905	8147	16052
70 a 79 anos	3599	3978	7577
80 anos e mais	1205	1662	2867
Total	105178	104993	210171

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/DASIS/CGIAE (DataSUS/Tabnet)

Data da consulta: 25/04/2023.

3.2. Nascidos Vivos

Número de nascidos vivos por residência da mãe.

Unidade Federação	2018	2019	2020
ANGRA DOS REIS	2612	2337	2343

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (MS/SVS/DASIS/SINASC)

Data da consulta: 25/04/2023.

3.3. Principais causas de internação

Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10.

Capítulo CID-10	2018	2019	2020	2021	2022
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	391	455	990	1057	359
II. Neoplasias (tumores)	467	587	435	399	453
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	64	94	84	74	65
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	120	159	142	152	206
V. Transtornos mentais e comportamentais	204	276	209	157	178
VI. Doenças do sistema nervoso	103	106	61	76	102
VII. Doenças do olho e anexos	432	21	27	7	31
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	13	20	11	13	13
IX. Doenças do aparelho circulatório	887	1092	981	988	1149
X. Doenças do aparelho respiratório	615	774	494	518	753
XI. Doenças do aparelho digestivo	736	1057	603	713	961
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	259	373	236	189	285
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	178	248	124	123	204
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	683	842	546	562	671
XV. Gravidez parto e puerpério	2620	2488	2337	2380	2248
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	307	259	194	216	52
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	90	96	56	40	54
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	122	130	146	84	166
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	908	1030	939	1042	1356
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	153	240	202	208	217

CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-
Total	9352	10347	8817	8998	9523

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 25/04/2023.

Obs.: A atualização dos valores relativos ao último período ocorrem simultaneamente ao carregamento dos dados no Tabnet/DATASUS.

3.4. Mortalidade por grupos de causas

Mortalidade de residentes, segundo capítulo CID-10

Capítulo CID-10	2018	2019	2020
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	76	50	346
II. Neoplasias (tumores)	173	176	162
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	7	14	9
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	70	60	62
V. Transtornos mentais e comportamentais	9	10	3
VI. Doenças do sistema nervoso	26	35	21
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	285	300	274
X. Doenças do aparelho respiratório	107	142	111
XI. Doenças do aparelho digestivo	49	40	40
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	5	-
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	6	5	7
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	30	36	33
XV. Gravidez parto e puerpério	1	1	3
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	17	8	19
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	8	8	9
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	39	68	117
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	253	195	146
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-
XXII. Códigos para propósitos especiais	-	-	-
Total	1156	1153	1362

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET)

Data da consulta: 25/04/2023.

- Análises e Considerações sobre Dados Demográficos e de Morbimortalidade

1. DEMOGRAFIA E DADOS DE MORBI-MORTALIDADE

O município tinha 169.511 habitantes no último Censo 2010. Isso coloca o município na posição 17 dentre 92 do mesmo estado. Em comparação com outros municípios do Brasil, fica na posição 157 dentre 5570. Sua densidade demográfica é de 205,45 habitantes por quilômetro quadrado, colocando-o na posição 32 de 92 do mesmo estado. Quando comparado com outros municípios no Brasil, fica na posição 339 de 5570 (IBGE, 2022). Em 2021, a população estimada foi de 210.171 habitantes, ampliando a densidade demográfica para 258,38 hab/km². Não há estimativa populacional para o ano de 2022, pois é o ano de apuração do Censo Populacional promovido pelo IBGE.

Na tabela 1 - **População do último Censo 2010 em Angra do Reis por Raça/Cor**, descreve a autodeclaração raça/cor da população residente do município de Angra dos Reis. 56,84% da população se autodeclara branca; 34,84% da população, parda; 6,84% da população se autodeclara preta e 0,26% da população é indígena, reflexo da comunidade indígena tradicional no município.

Tabela 1 - População do último Censo 2010 em Angra do Reis por Raça/Cor

População do último Censo 2010	Qte	%
Branca	86.859	56,84%
Preta	13.097	6,84%
Amarela	2.315	1,21%
Parda	66.713	34,84%
Indígena	501	0,26%
Sem declaração	26	0,01%

Fonte: IBGE 2010

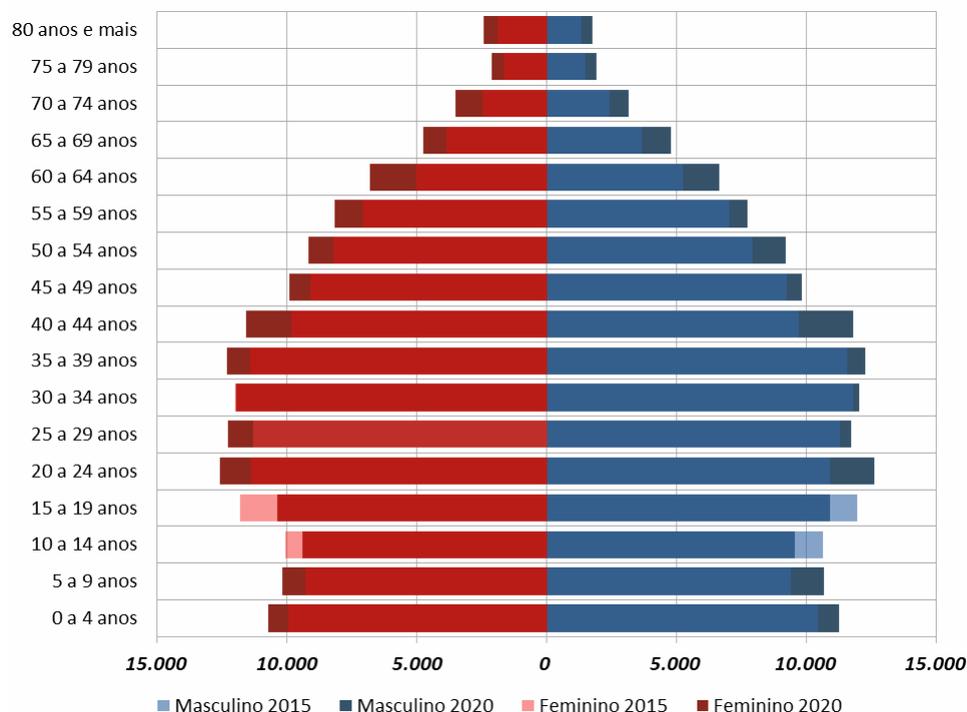
3.1 - População estimada por sexo e faixa etária

Considerando o Gráfico 1 - Estrutura etária da região da Baía da Ilha Grande, 2015 e 2020, pontuamos um aumento na população de 0 a 4 anos e da faixa de 5 a 9 anos, acompanhado da tendência de alargamento no centro da pirâmide. Uma análise importante na faixa da população de 0 a 4 anos em 2015 ser menor do a população de 5 a 9 anos em 2020 (visto o amadurecimento nessa faixa etária em relação ao tempo), o que pode sugerir efeitos da migração desses estratos da população para região BIG. No ano de 2020, a faixa etária de 20 a 24 anos entre homens e mulheres manteve-se equiparados, diferentemente o que se observa no ano de 2015, onde a proporção feminina é superior. Outra observação relevante é o alargamento mais visível no topo no ano de 2020: a faixa etária de 80 anos e mais está mais expressiva e de maior proporção na população feminina, em relação ao ano de 2015.

A proporção de população feminina na região BIG em 2020 manteve-se discretamente maior que a população masculina: 50,1%, população feminina; e 49,9% da população masculina em 2020.

Os municípios da Baía da Ilha Grande têm uma expressiva porção de áreas insulares, e apresentam, por este motivo, dificuldades para o acesso aos serviços de saúde. Em toda a região, 4,57% da população (11.902 pessoas) residem em áreas insulares. As grandes distâncias a serem percorridas por via marítima, a dependência de boas condições climáticas para a travessia e a falta de profissionais de saúde dispostos a viver em áreas relativamente isoladas constituem um grande problema para a população nesta Região.

Gráfico 1 - Estrutura etária da região da Baía da Ilha Grande, 2015 - 2020



Fontes: IBGE: Censo Demográfico 2000. Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Estimativas de população para 2020

O Gráfico 1 analisa a população por faixa etária e sexo no ano de 2021. A população feminina no município corresponde a 49,97% e a população masculina, 50,03%. Há um equilíbrio na proporção da população masculina e feminina, porém, é possível afirmar a expectativa de vida feminina é maior que a masculina, quando damos atenção a faixa etária de 80 ou mais. A proporção feminina chega a 58,24% na faixa etária de 80 anos e mais. Apesar do equilíbrio visual do gráfico, em números absolutos, a população masculina nas faixas etárias de menor de 1 anos a 49 anos são maioria. O padrão muda nas faixas etárias seguintes. A partir de 50 anos e mais, a população feminina ganha proporção e supera a população masculina.

Gráfico 2 - Pirâmide Etária de Angra dos Reis - estimativa populacional 2021



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde. Assistência de Dados Vitais - Estimativa Populacional 2021

Foram 1.174 óbitos de residentes do município de Angra em 2022. O número de nascimentos superou o número de óbitos, são 887 a mais de nascimentos em relação aos óbitos.

Perfil Populacional na Região BIG

As densidades demográficas líquidas* são bastante heterogêneas entre os três municípios, refletindo sua diversidade quanto à disponibilidade de áreas ocupáveis. O relevo acidentado de Angra dos Reis e suas muitas ilhas concentram o povoamento em áreas relativamente conectadas entre si. Mangaratiba e Paraty, ao contrário, têm sua população mais dispersa no espaço, ainda que a concentração em áreas urbanizadas seja equivalente à de Angra. A região destaca-se no estado pela presença das usinas de energia nuclear e por apresentar o maior número de comunidades indígenas do estado em seu território.

Tabela 2 - População estimada e densidade de ocupação dos municípios da região da Baía da Ilha Grande

Território	População estimada				Densidade Demográfica (hab./km²)	
	2017	2018	2019	2020	Em áreas urbanizadas	Líquida
Região BIG	281.877	286.726	291.418	295.944	2.940,08	461,29
Angra dos Reis	196.915	200.407	203.785	207.044	2.910,40	999,5
Mangaratiba	42.884	43.689	44.468	45.220	2.867,38	326,09
Paraty	42.078	42.630	43.165	43.680	3.172,91	148,98
Estado	17.051.465	17.159.960	17.264.943	17.366.189	4.211,99	433,26

Um trabalho realizado pelos setores de Planejamento em Saúde e Informação em Saúde da SES-RJ, baseado nos micro dados por cor e raça do Censo demográfico 2010 do IBGE, foi estimada a população indígena (autodeclarada) do estado do Rio de Janeiro em 2020, registrando-se em Angra dos Reis 586 indígenas e em Paraty, 274 indígenas, conforme expressas na Tabela 3.

Tabela 3 - Indígenas (autodeclarados) residentes nos municípios da Baía da Ilha Grande, por faixa etária, 2020

Município	Indígenas Residentes Autodeclarados				
	0 a 9 anos	10 a 19 anos	20 a 59 anos	60 anos e mais	Total
Angra dos Reis	176	58	301	51	586
Mangaratiba	0	0	0	0	0
Paraty	109	14	136	16	274
Total	285	72	437	67	860

Fonte: SES-RJ, 2022

Os municípios da Baía da Ilha Grande têm uma expressiva porção de áreas insulares, e apresentam, por este motivo, dificuldades para o acesso aos serviços de saúde. As grandes distâncias a serem percorridas por via marítima, a dependência de boas condições climáticas para a travessia e a falta de profissionais de saúde dispostos a viver em áreas relativamente isoladas constituem um grande problema para a população nesta Região.

Não há financiamento específico nas esferas federais e estaduais para implementação de serviços de saúde para população residente em ilhas. Todo o financiamento para atenção primária à saúde e de urgência e emergência nas ilhas são obtidos por financiamentos municipais.

Tabela 4 - Estimativa populacional residentes das ilhas da Região de Saúde da Baía da Ilha Grande, 2021

Município	Estimativa populacional de residentes das ilhas		
	População Insular	% Estimativa Pop. 2021	Estimativa 2021
Angra dos Reis ¹	5.782	3,95	210.171
Mangaratiba ²	1.955	4,25	45.941
Paraty ³	2.530	5,72	44.175
Região BIG	10.267	3,42	300.287

3.2. Nascidos Vivos

Abaixo, o levantamento de nascidos a partir das Declarações de Nascidos Vivos (DNV) por residência da mãe segundo ano de nascimento, período selecionado de 2008 a 2022.

Gráfico 3 - Frequência absoluta de nascimentos por residência da mãe em Angra dos Reis por ano do nascimento



Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) - acesso em mar./2023.

Em análise do Gráfico 3, nos anos de 2008 a 2012, o número absoluto de nascidos vivos parte em uma crescente, porém, há um recuo em 2013, voltando a crescer nos anos seguintes. A partir de 2017, conforme o Quadro 1, observamos o declínio no número absoluto de nascidos vivos. Em 2022, é o período com o menor número de nascidos na série histórica, ficando mais inferior que no ano anterior, 2021. A diminuição de nascimentos é uma tendência atual em muitos municípios, como verificamos no Gráfico 1 - Estrutura etária da região da Baía da Ilha Grande, 2015 - 2020, atestado pelo estreitamento da base da pirâmide. Descartamos qualquer problema de subnotificação nos sistemas de SINASC e SIM ou sub-registro ao avaliar dados demográficos.

Quadro 3 - Nascimentos por residência da mãe por Ano do nascimento segundo Faixa etária da mãe - 2008 a 2022

Faixa etária da mãe	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Menor de 15 anos	17	24	21	24	28	23	32	22	21	15	11	12	13	10	12	285
15 a 19 anos	478	459	437	487	525	500	525	485	469	445	398	304	296	268	206	6.282
20 a 24 anos	674	688	658	624	720	673	726	765	685	706	662	615	610	608	551	9.965
25 a 29 anos	650	646	672	623	654	646	703	658	583	625	627	576	579	519	536	9.297
30 a 34 anos	398	398	458	476	513	515	546	578	506	464	502	457	446	385	398	7.040
35 a 39 anos	171	189	177	227	214	235	250	286	303	312	333	298	311	261	279	3.846
40 a 44 anos	37	48	48	56	36	57	53	73	59	63	77	75	81	83	72	918
45 a 49 anos	5	2	5	6	8	3	1	5	2	5	1	6	6	3	7	65
50 anos e mais	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-	1	-	1	-	-	5
Total	2.430	2.454	2.476	2.523	2.698	2.653	2.838	2.872	2.628	2.635	2.612	2.343	2.343	2.137	2.061	37.783

% de nascidos vivos com mães menores de 19 anos	
2008	20,4%
2009	19,7%
2010	18,5%
2011	20,3%
2012	20,5%
2013	19,7%
2014	19,6%
2015	17,7%
2016	18,6%
2017	17,5%
2018	15,7%
2019	13,5%
2020	13,2%
2021	13,0%
2022	10,6%

No Quadro 3 - Nascimentos por residência da mãe por Ano do nascimento segundo Faixa etária da mãe - 2008 a 2022, observamos o amadurecimento das mães ao longo da série histórica. Em 2008, eram 495 nascidos vivos de mães na faixa etária menor de 19 anos, cerca de 20,4% dos nascidos vivos eram de mães adolescentes.

Houve decréscimo até o ano de 2011 deste perfil. Porém em 2012, houve novo aumento e o maior da série histórica com 20,5% dos nascidos foram de mães adolescentes. A partir de 2013, outro declínio. Em 2022, apenas 10,6% (218) dos nascidos vivos são de mães menores de 19 anos, superando a redução do ano anterior com 13% dos nascidos vivos de mães adolescentes. Pode-se atribuir o amadurecimento das mães de nascidos às ações e serviços de promoção e prevenção à Saúde executados em parceria com as unidades educacionais e o amplo acesso à informação.

Quadro 4 - Nascimentos por residência da mãe por Tipo de Parto - município de residência Angra dos Reis - 2008 - 2022

Tipo de parto	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Frequência Total	2.430	2.454	2.476	2.523	2.698	2.653	2.838	2.872	2.628	2.635	2.612	2.343	2.343	2.137	2.061	35.642
% Vaginal	43,21	41,40	37,56	40,11	38,66	36,90	33,54	35,24	40,79	42,16	46,36	39,99	37,00	42,96	36,58	39,42
% Cesáreo	56,71	58,48	62,44	59,85	61,05	62,65	66,21	64,07	59,21	57,76	53,64	59,84	63,00	56,81	63,42	60,41

% Ignorado ou não informado	0,08	0,12	-	0,04	0,30	0,45	0,25	0,70	-	0,08	-	0,17	-	0,23	-	0,17
-----------------------------	------	------	---	------	------	------	------	------	---	------	---	------	---	------	---	------

Fonte: SINASC

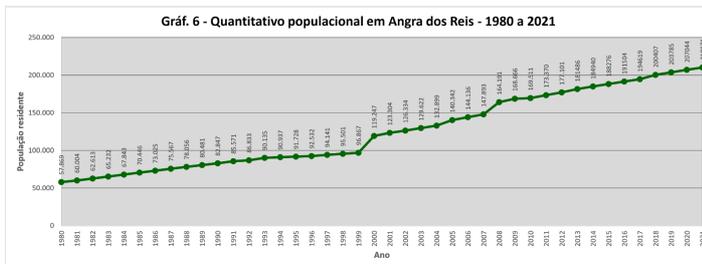
No Quadro 4 - Nascimentos por residência da mãe por Tipo de Parto e município de residência Angra dos Reis e 2008 e 2022, observamos a evolução do aumento de parto vaginal. Em 2018, o percentual foi promissor chegando a 46,16% de nascidos por parto vaginal. Apesar do decréscimo, em 2021, obtivemos 42,96% dos nascidos por parto natural. No ano de 2022, esse percentual diminuiu para 36,58% (754 partos naturais). Vale salientar que as informações do SINASC computam nascidos da rede pública e complementar. Há um esforço em propor metas e pactuações na maternidade pública para superação de metas de 5% ao ano de parto vaginal. A partir de 2021, a pactuação foi atrelada a política de cofinanciamento estadual constante na Resolução SES-RJ nº 2346/2021. O Cofinanciamento para Rede de Atenção Materno Infantil (RAMI) detém uma avaliação monitoramento trimestral. Cofinanciamento destinado ao Hospital e Maternidade de Angra dos Reis na modalidade Alto Risco, e para o Hospital de Praia Brava na modalidade Risco Habitual.

3.3 e Concentração Populacional

No Gráfico 4 e Crescimento Populacional em Angra dos Reis e 1992 a 2021, faz um panorama de crescimento da população nos anos de referência. Em Angra dos Reis, no ano de 1980, a população era de 57.869. Em 1992, avançou para 87.633, segundo o IBGE, e o gráfico mostra o avanço ao longo dos anos até 2021, onde estima-se uma população de 210.171.

Entre 2000 e 2010, a população de Angra dos Reis cresceu a uma taxa média anual de 3,58%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 95,85% para 96,33%. Em 2010 viviam, no município, 169.511 pessoas. Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 3,76%. Na UF, esta taxa foi de 1,30%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 91,67% para 95,85%. (PNUD, IPEA e FJP, 2019).

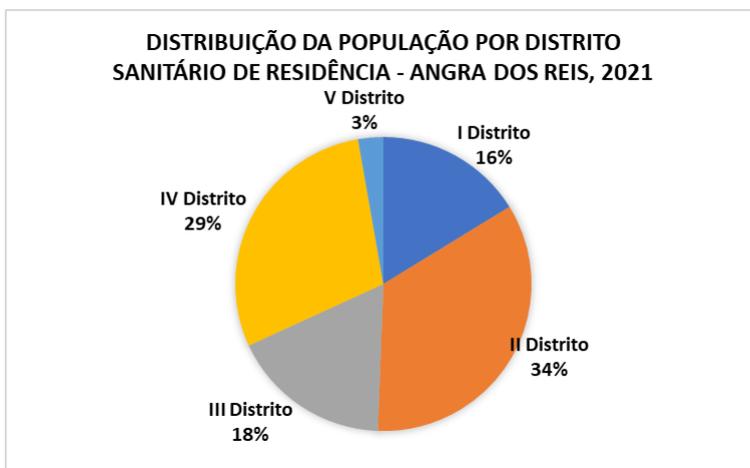
Gráfico 4 e Crescimento Populacional em Angra dos Reis e 1980 a 2021



Fonte: Assistência de Dados Vitais / Secretaria Municipal de Saúde. 2020

- 151ª cidade com a maior população do Brasil (considerando os 5570 municípios brasileiros).
- 0,0985% da população do Brasil.
- 15ª cidade com a maior população do Estado do Rio de Janeiro (considerado os 92 municípios fluminenses).
- 1,2035% da população do Estado do Rio de Janeiro.
- 69,9900% da população da Baía da Ilha Grande

Gráfico 5 e Distribuição da População por distrito sanitário de residência / Angra dos Reis 2021



Fonte: Assistência de Dados Vitais / Secretaria Municipal de Saúde. 2021

No Gráfico 5 - Distribuição da População por distrito sanitário de residência / Angra dos Reis 2021, referencia a proporção de residentes distribuídos por Distrito Sanitário. O II Distrito possui maior concentração populacional com 72.303 habitantes, seguido do IV Distrito, com 61.208 habitantes. O V Distrito é o distrito com menor concentração, contabilizando 5.782 habitantes. Há uma especificidade territorial no município quando consideramos a distância em km entre os distritos e o bairro do Centro, localizado na zona central do município (Quadro 3). A dinâmica territorial deve ser levada em conta na programação das ações e serviços de saúde tão quanto os dados demográficos.

Quadro 5 e Distância entre os Distritos Sanitários em relação a zona central do município

Bairro, Distrito	Percurso até o bairro do Centro
------------------	---------------------------------

Sapinhatuba III, I Distrito	4,2 km
Japuiba, II Distrito	6,2 km
Jacuecanga, III Distrito	13,3 km
Garatucaia, IV Distrito	28,6 km
Parque Mambucaba, IV Distrito	53,3 km
Vila do Abraão - V Distrito	21,3 km

Fonte: Google Maps, 2022

3.4 Principais Causas de Internação

- Tabela 5 ζ Morbidade Hospitalar por grupos de causas de internação e faixas etárias selecionadas. Angra dos Reis, 2022 ζ em ordem de ranqueamento de diagnóstico

Diagn. principal - capítulo	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos	60 a 64 anos	65 a 69 anos	70 a 74 anos	75 a 79 anos	80 anos e mais	Total
Total	300	173	148	473	1.021	945	714	619	554	406	452	475	565	551	454	377	508	8.735
Capítulo 15 - Gravidez, parto e puerpério	-	-	22	269	690	566	378	272	95	11	-	-	-	-	-	-	-	2.303
Capítulo 19 - Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	17	48	26	71	93	105	93	99	104	93	72	70	82	67	50	39	58	1.187
Capítulo 11 - Doenças do aparelho digestivo	22	38	31	32	62	50	61	60	73	77	83	73	95	75	67	38	38	975
Capítulo 9 - Doenças do aparelho circulatório	-	2	1	5	8	11	14	25	48	39	70	94	118	152	120	101	104	912
Capítulo 10 - Doenças do aparelho respiratório	140	28	18	12	10	17	16	16	19	28	29	44	65	60	66	60	115	743
Capítulo 14 - Doenças do aparelho geniturinário	18	13	19	35	37	61	51	34	56	45	42	44	39	39	33	45	63	674
Capítulo 1 - Algumas doenças infecciosas e parasitárias	25	9	7	5	10	10	13	19	21	17	33	26	40	31	22	32	35	355
Capítulo 12 - Doenças da pele e do tecido subcutâneo	17	12	6	10	20	13	11	8	20	27	27	18	28	18	20	16	14	285
Capítulo 2 - Neoplasias [tumores]	1	1	1	3	1	5	8	13	43	24	31	31	20	28	24	13	17	264
Capítulo 4 - Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	6	1	-	1	4	3	5	8	11	9	20	25	21	43	23	4	28	212
Capítulo 5 - Transtornos mentais e comportamentais	-	-	2	13	34	23	14	20	25	15	13	13	11	3	-	-	1	187
Capítulo 21 - Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com serviços de saúde	1	8	5	5	25	53	31	23	7	2	4	2	6	1	1	-	1	175
Capítulo 18 - Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	1	3	2	-	10	14	8	11	8	3	10	13	19	12	17	13	20	164
Capítulo 6 - Doenças do sistema nervoso	2	1	3	6	6	-	3	3	5	5	5	10	8	8	5	4	7	81
Capítulo 13 - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	-	3	3	2	4	5	7	5	7	8	6	5	8	8	3	6	-	80
Capítulo 16 - Algumas afecções originadas no período perinatal	39	1	-	1	4	7	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	55
Capítulo 3 - Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	1	2	-	1	1	1	-	1	10	2	6	5	2	4	3	5	7	51

Capítulo 17																					
Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	8	2	2	2	1	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	17
Capítulo 7 - Doenças do olho e anexos																					
	-	-	-	-	1	1	-	-	2	-	-	1	1	1	-	1	-	-	-	-	8
Capítulo 8 - Doenças do ouvido e da apófise mastóide																					
	2	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	7

Fonte: Interações Hospitalares: Sistema de Informações Hospitalares do SUS - SIH/SUS

Foram 8.735 internações no ano de 2022. Analisando as causas de morbidade hospitalar na Tabela 5, excluindo a primeira causa de internação ζ Gravidez e puerpério ζ que não são expressões de morbidade e ocorrem dentro do esperado, o **Capítulo 19 - Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas**, neste Capítulo, predominou as internações em 2022 o grupo **T00-T07 Traumatismos envolvendo múltiplas regiões do corpo** com 223 internações. No **Capítulo 11 - Doenças do aparelho digestivo** está a 3º causa de internação, com 975 internações. 9,7% das internações por esse grupo de causa, acometeu a faixa etária de 60 a 64 anos, em 2022.

Observando a faixa etária, é possível traçar tendências nos diagnósticos: XV Gravidez, parto e puerpério a maioria das internações acontecem na faixa dos 20-24 anos; nesse capítulo, ocorre atendimentos às mulheres em idade fértil (10 à 49 anos), conforme o previsto. Outro Capítulo que segue o perfil de atendimentos são as Doenças do aparelho respiratório. Acometem com mais frequência crianças da primeira infância (menores de 4 anos) e começa a diminuir a frequência a partir dos 5 anos. Porém, a partir dos 60 anos, observamos o avanço das internações, típicas nessa faixa etária. As Doenças do Aparelho Circulatório tendem a ficar mais expressivas a partir dos 50 anos, porém a frequência de casos para internação é observada em todas as faixas etárias

Figura 07 - Análise da Morbidade, por frequência de internações segundo o Capítulo do CID-10, em 2022

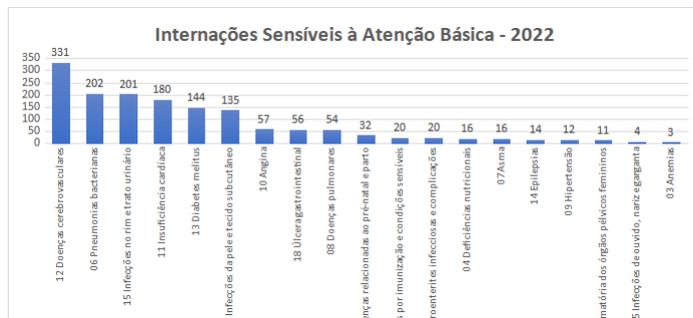


Gráfico 6 ζ Análise das Internações por Causas sensíveis à Atenção Básica

Fonte: SIHD Datasus

No gráfico acima, são listadas as internações por causas sensíveis à atenção básica (ICSAB). As causas mais frequentes foram as Doenças cerebrovasculares (AVC) com 331 internações, seguida de Pneumonias bacterianas com 202 internações em 2022 por esta causa, com 13%. Ao analisar os quadrimestres de 2022, apura-se 369 internações no 1º quadrimestre; 586, no 2º quadrimestre e 553 internações no 3º quadrimestre de 2022.

3.5 Mortalidade por grupos de causas

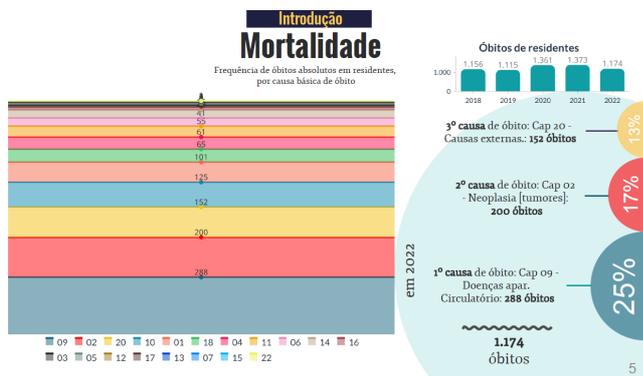
- Tabela 6 ζ Frequência de óbitos em residentes por grupo de causas segundo faixa etária ζ Angra dos Reis, 2022
Óbitos por residência por Idade (10 faixas) segundo Causa do óbito por capítulo do CID-10.

Causa do óbito - capítulo	Menor de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 54 anos	55 a 64 anos	65 a 74 anos	75 anos e mais	Total
TOTAL	31	5	9	50	62	64	115	202	279	357	1.174
Capítulo 9 - Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	2	-	11	27	54	97	102	293
Capítulo 2 - Neoplasias [tumores]	-	-	-	2	4	11	28	49	61	46	201
Capítulo 20 - Causas externas de morbidade e de mortalidade	2	2	6	38	38	21	12	8	12	16	155
Capítulo 10 - Doenças do aparelho respiratório	5	-	-	-	2	2	6	17	28	64	124
Capítulo 1 - Algumas doenças infecciosas e parasitárias	2	-	2	1	4	9	11	21	19	31	100
Capítulo 4 - Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	1	-	-	-	1	2	6	14	22	18	64
Capítulo 11 - Doenças do aparelho digestivo	-	-	-	-	4	3	9	15	15	10	56
Capítulo 18 - Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados	2	-	-	2	6	-	9	9	5	17	50

Capítulo 6 - Doenças do sistema nervoso	2	1	1	2	1	-	3	5	6	23	44
Capítulo 14 - Doenças do aparelho geniturinário	-	-	-	-	-	2	2	6	6	24	40
Capítulo 16 - Algumas afecções originadas no período perinatal	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13
Capítulo 3 - Doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos e alguns transtornos imunitários	-	1	-	-	1	2	-	-	2	3	9
Capítulo 5 - Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	1	-	-	2	1	3	1	8
Capítulo 17 - Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	3	1	-	2	-	-	-	-	-	-	6
Capítulo 12 - Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	-	-	-	1	-	1	2	1	5
Capítulo 13 - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	-	-	-	-	-	-	-	2	-	1	3
Capítulo 7 - Doenças do olho e anexos	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Capítulo 15 - Gravidez, parto e puerpério	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Capítulo 22 - Códigos para propósitos especiais	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1

• Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET)
Data da consulta: 03/2023 e Competência jan. 2021 a dez. 2022

Gráfico 7 e Análise da Mortalidade por Grupo de Causa em 2022



Fontes: Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM: 2011 em diante; Secretaria Estadual de Saúde - SES/RJ. Situação da base estadual em 14/02/2022, com óbitos ocorridos até fevereiro/2022. Frequência de óbitos de residentes segundo grupo de causa do Cap CID-10.

No Gráfico 7, diferente dos anos de 2020 e 2021, o grupo de causas do **Cap. 1 e Algumas doenças infecciosas e parasitárias** reverteram em queda de 323 em 2020; e 329 óbitos em 2021, para 100 eventos de óbitos nesta causa. Impacto direto das ações de contingência e ampla vacinação de Coronavírus. Porém, o **Cap. 9 e Doenças do aparelho circulatório** estão em destaque. Foram 293 causas de óbito neste Capítulo, sendo 35% dos óbitos (103) decorrentes de I20-I25 Doenças isquêmicas do coração. A faixa etária mais acometida é entre 65 a 74 anos. A 2ª causa de óbito está no Capítulo 2 - Neoplasias [tumores]. Foram 201 óbitos em 2022. No gráfico abaixo, faremos um recorte deste Capítulo, segundo o Painel de Oncologia do Datasus:

Gráfico 08 - Casos de neoplasia por ano do diagnóstico, por município de residência - 2013 a 2022

Casos de Neoplasia por Ano do diagnóstico, por município de residência - 2013 - 2022

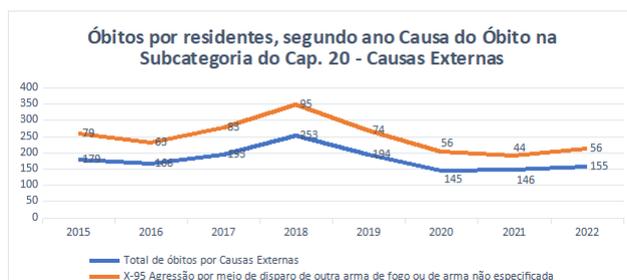


No gráfico 08, observamos a série histórica dos últimos 10 anos de diagnóstico de neoplasia maligna em residentes do município. O ano de 2019 é o maior da série histórica. Nos anos de 2020 e 2021, houve leve queda nos casos diagnosticados. Em 2022, foram 111 casos diagnosticados. Parte das ações e serviços de saúde para os casos de neoplasia concentram-se em rastreamentos precoces que ocorrem ainda na Atenção Primária. Após o diagnóstico, a resposta com tratamento deve ser em tempo oportuno, por isso as linhas de cuidado são prioritizadas. Em 2022, a Secretaria de Estado de Saúde, através do Planejamento Regional Integrado, mobilizou os municípios da região de Saúde BIG para realizarem levantamentos na linha de cuidado do câncer de mama. Mapear o caminho da usuária desde o rastreamento até o tratamento é indispensável para intervir com políticas de saúde.

Durante os anos de 2013 a 2022, as neoplasias malignas que mais acometeram foram as Neoplasias de mama que, apesar dos 06 casos em 2022, foram diagnosticados 41 casos em 2019 e 42 casos em 2020; Neoplasia de próstata, com 14 casos em 2022, a faixa etária de 60 a 64 anos (5 casos) foram as mais acometidas.

Em 2022, o **Cap. 20 - Causas externas de morbidade e mortalidade** ficou em 3º nas causas de óbito, com 155 óbitos. Na subcategoria do Cap. 20, **Agressão por meio de disparo de outra arma de fogo ou de arma não especificada**, foram registradas em 2019, 74 óbitos e em 2018, o pico da série histórica, com 95 óbitos por esta causa. Porém em 2022, manteve a queda registrada em 2020, com 41,0% em relação à 2018, com 56 óbitos por **disparo de arma de fogo**.

Gráfico 09 - Frequência absoluta de Óbitos por residência por Ano do óbito segundo Causa do óbito - Cap. 20 Causas Externas e Subcat. Agressão por Armas de Fogo



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Tabela 7 - Óbitos por residência por Faixa etária segundo Causa do óbito - subcategoria capítulo 20 (Causas Externas), 2022

Causa do óbito - categoria	< de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 54 anos	55 a 64 anos	65 a 74 anos	75 anos e mais	Total	%
TOTAL	2	2	6	38	38	21	12	8	12	16	155	100%
V09 Pedestre traumatizado em outros acidentes de transporte e em acidentes de transporte não especific	-	-	1	-	-	-	1	2	-	2	6	3,9%
V23 Motociclista traumatizado em colisão com um automóvel [carro], pickup ou caminhonete	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	2	1,3%
V29 Motociclista traumatizado em outros acidentes de transporte e em acidentes de transporte não especific	-	-	-	2	-	3	-	-	-	-	5	3,2%
V47 Ocupante de um automóvel [carro] traumatizado em colisão com um objeto fixo ou parado	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	0,6%
V49 Ocupante de um automóvel [carro] traumatizado em outro acidente de transporte e em acidentes de	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	2	1,3%
V87 Acidente de trânsito de tipo especificado, mas sendo desconhecido o modo de transporte da vítima	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	3	1,9%
V89 Acidente com um veículo a motor ou não-motorizado, tipo(s) de veículo(s) não especificado(s)	-	-	-	1	-	2	-	-	2	-	5	3,2%
W10 Queda em ou de escadas ou degraus	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	0,6%

W13 Queda de ou para fora de edifícios ou outras estruturas	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	0,6%
W15 Queda de penhasco	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	0,6%
W18 Outras quedas no mesmo nível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	1,3%
W19 Queda sem especificação	-	-	-	-	1	2	1	3	3	2	12	7,7%
W20 Impacto causado por objeto lançado, projetado ou em queda	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	0,6%
W34 Projéteis de outras armas de fogo e das não especificadas	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	0,6%
W69 Afogamento e submersão em águas naturais	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	0,6%
W74 Afogamento e submersão não especificados	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	0,6%
W77 Risco a respiração devido a desmoronamento, queda de terra e de outras substâncias	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	2	1,3%
W84 Riscos não especificados à respiração	2	-	-	-	-	-	-	-	1	2	5	3,2%
X09 Exposição a tipo não especificado de fumaça, fogo ou chamas	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	0,6%
X36 Vítima de avalanche, desabamento de terra e outros movimentos da superfície terrestre	-	1	3	-	1	1	1	-	2	-	9	5,8%
X46 Envenenamento [intoxicação] acidental por exposição a solventes orgânicos e hidrocarbonetos	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	0,6%
X49 Envenenamento [intoxicação] acidental por exposição a outras substâncias químicas nocivas e às	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	2	1,3%
X59 Exposição a fatores não especificados	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	0,6%
X70 Lesão autoprovocada intencionalmente por enforcamento, estrangulamento e sufocação	-	-	-	1	2	-	1	-	-	-	4	2,6%
X72 Lesão autoprovocada intencionalmente por disparo de arma de fogo de mão	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	0,6%
X95 Agressão por meio de disparo de outra arma de fogo ou de arma não especificada	-	-	1	26	19	7	3	-	-	-	56	36,1%
X99 Agressão por meio de objeto cortante ou penetrante	-	-	-	1	2	-	-	-	1	-	4	2,6%
Y04 Agressão por meio de força corporal	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	2	1,3%

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Ao destacar as causas de óbito pelo Cap. XX (Causas externas de morbidade e mortalidade), em residentes do município de Angra dos Reis, observa-se que a primeira causa em 2022 estava relacionada à agressão por meio de arma de fogo ou de outra arma não especificada (CID 10 - X95), totalizando 36,1% do total registrado neste Cap. em 2022. A mortalidade por Causas externas (Cap. 20) foi responsável por 10,65% dos óbitos em 2021. Em 2022, o percentual subiu para 13,20%. Nas agressões por disparo por arma de fogo (X95) a faixa etária afetada está entre 15 a 24 anos, com 46,42% das vítimas desta ocorrência. Em 2021, a faixa etária mais afetada foi de 20 a 25 anos, com 44,44% das vítimas com armas de fogo. Em 2022, as vítimas estão mais jovens.

Dentre as causas externas, seis estão relacionadas à agressão ou violência provocada por terceiros, perfazendo 5,16% do total de causas externas registradas (CID 10 - X94; X99; X99, <https://digisugmp.saude.gov.br>

Y04, Y08 e Y24), em 2022. Nas subcategorias de lesões auto provocada, listamos duas categorias X70 Lesão autoprovocada intencionalmente por enforcamento, estrangulamento e sufocação, com 4 óbitos (2,58%), mais frequentes na faixa-etária de 25 a 34 anos.

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

4.1. Produção de Atenção Básica

Tipo de Produção	Quantidade
Visita Domiciliar	360.501
Atendimento Individual	161.295
Procedimento	211.364
Atendimento Odontológico	11.742

Fonte: Sistema de informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB

4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos

Caráter de atendimento: Urgência

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	7	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	31826	3214406,40	9	6567,50
03 Procedimentos clínicos	6123	32016,24	4926	7238273,50
04 Procedimentos cirúrgicos	5217	148064,73	3359	3495470,18
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	5	1388,00	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	4	19,80	-	-
Total	43182	3395895,17	8294	10740311,18

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 26/03/2023.

4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização

Sistema de Informações Ambulatoriais		
Forma de Organização	Qtd. aprovada	Valor aprovado
030108 Atendimento/Acompanhamento psicossocial	3017	3249,07
Sistema de Informações Hospitalares		
Forma de Organização	AIH Pagas	Valor total
030317 Tratamento dos transtornos mentais e comportamentais	179	51757,14

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 26/03/2023.

4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	315554	3269,70	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	1692026	13550559,40	9	6567,50
03 Procedimentos clínicos	1732500	12758571,60	4938	7252533,24
04 Procedimentos cirúrgicos	18214	1163922,37	3788	3792845,04
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	3905	834375,40	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	109561	542326,95	-	-
Total	3871760	28853025,42	8735	11051945,78

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 26/03/2023.

4.5. Produção de Assistência Farmacêutica

Esse item refere-se ao componente especializado da assistência farmacêutica, sob gestão da esfera estadual. Portanto, não há produção sob gestão municipal.

4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

Financiamento: Vigilância em Saúde

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	6131	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	1728	-
Total	7859	-

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

Data da consulta: 26/03/2023.

- Análises e Considerações sobre Dados da Produção de Serviços no SUS

1. 4 DADOS DA PRODUÇÃO DE SERVIÇOS NO SUS

4.1 Procedimentos realizados no SUS

Tabela 8 Procedimentos Ambulatoriais Realizados, segundo município de atendimento e Comparativo 2021 a 2022

Forma de organização	2021	2022	2022%
TOTAL	2.849.883	3.871.760	100%
010101 Educação em saúde	211	1.700	0,04%
010102 Saúde bucal	6.489	104.439	2,70%
010103 Visita domiciliar	43.830	197.007	5,09%
010104 Alimentação e nutrição	2.238	5.693	0,15%
010105 Práticas integrativas/complementares	58	296	0,01%
010201 Vigilância sanitária	3.965	6.131	0,16%
010202 Vigilância em saúde do trabalhador	339	288	0,01%
020101 Coleta de material por meio de punção/biópsia	34	91	0,00%
020102 Outras formas de coleta de material	54.820	84.652	2,19%
020201 Exames bioquímicos	786.324	834.599	21,56%
020202 Exames hematológicos e hemostasia	175.599	177.530	4,59%
020203 Exames sorológicos e imunológicos	109.351	126.632	3,27%
020204 Exames coprológicos	16.832	21.521	0,56%
020205 Exames de uroanálise	48.661	82.086	2,12%
020206 Exames hormonais	82.164	110.445	2,85%
020207 Exames toxicológicos ou de monitorização terapêutica	998	1.545	0,04%
020208 Exames microbiológicos	21.521	30.399	0,79%
020209 Exames em outros líquidos biológicos	1.300	675	0,02%
020210 Exames de genética	106	59	0,00%
020212 Exames imunohematológicos	8.944	13.854	0,36%
020301 Exames citopatológicos	2	875	0,02%
020302 Exames anatomopatológicos	128	672	0,02%
020401 Exames radiológicos da cabeça e pescoço	8.917	9.903	0,26%
020402 Exames radiológicos da coluna vertebral	4.954	4.406	0,11%
020403 Exames radiológicos do torax e mediastino	16.890	19.572	0,51%
020404 Exames radiológicos da cintura escapular e dos membros superiores	6.186	6.817	0,18%
020405 Exames radiológicos do abdomen e pelve	3.250	3.021	0,08%
020406 Exames radiológicos da cintura pélvica e dos membros inferiores	22.689	22.226	0,57%
020501 Ultra-sonografias do sistema circulatório (qualquer região anatômica)	3.876	4.357	0,11%
020502 Ultra-sonografias dos demais sistemas	12.896	15.885	0,41%
020601 Tomografia da cabeça, pescoço e coluna vertebral	6.501	6.972	0,18%
020602 Tomografia do torax e membros superiores	7.954	4.239	0,11%
020603 Tomografia do abdomen, pelve e membros inferiores	11.835	11.240	0,29%
020701 RM da cabeça, pescoço e coluna vertebral	2.599	1.896	0,05%
020702 RM do torax e membros superiores	430	370	0,01%
020703 RM do abdomen, pelve e membros inferiores	1.288	1.184	0,03%
020901 Aparelho digestivo	815	1.109	0,03%
020902 Aparelho urinário	-	3	0,00%
020904 Aparelho respiratório	44	43	0,00%
021001 Exames radiológicos de vasos sanguíneos e linfáticos	1	-	-
021102 Diagnóstico em cardiologia	8.520	13.299	0,34%

021104 Diagnóstico em ginecologia-obstetrícia	3.045	2.186	0,06%
021105 Diagnóstico em neurologia	-	157	0,00%
021106 Diagnóstico em oftalmologia	6.433	9.876	0,26%
021107 Diagnóstico em otorinolaringologia/fonoaudiologia	3.461	1.779	0,05%
021109 Diagnóstico em urologia	1	-	-
021201 Exames do doador/receptor	6.692	7.607	0,20%
021202 Procedimentos especiais em hemoterápica	2.718	2.847	0,07%
021301 Exames relacionados a doenças e agravos de notificação compulsória	1	2	0,00%
021401 Teste realizado fora da estrutura de laboratório	26.487	55.395	1,43%
030101 Consultas médicas/outras profissionais de nível superior	256.200	445.983	11,52%
030102 Atendimento/Acompanhamento em saúde do trabalhador	129	101	0,00%
030103 Atendimento pré-hospitalar de urgência	99.113	64.790	1,67%
030104 Outros atendimentos realizados por profissionais de níveis superior	12.775	66.063	1,71%
030105 Atenção domiciliar	105	199	0,01%
030106 Consulta/Atendimento às urgências (em geral)	436.925	549.062	14,18%
030107 Atendimento/accompanhamento em reabilitação física, mental, visual e múltiplas deficiências	1	355	0,01%
030108 Atendimento/Acompanhamento psicossocial	3.205	3.017	0,08%
030110 Atendimentos de enfermagem (em geral)	327.819	469.763	12,13%
030204 Assistência fisioterapêutica cardiovasculares e pneumo-funcionais	-	91	0,00%
030205 Assistência fisioterapêutica nas disfunções musculoesqueléticas (todas as origens)	65	51.468	1,33%
030206 Assistência fisioterapêutica nas alterações em neurologia	457	1.530	0,04%
030307 Tratamento de doenças do aparelho digestivo	1	-	-
030308 Tratamento de doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	1	0,00%
030309 Tratamento de doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	2.579	2.355	0,06%
030314 Tratamento de doenças do ouvido/apófise mastóide e vias aéreas	1.739	2.320	0,06%
030501 Tratamento dialítico	24.413	25.669	0,66%
030601 Procedimentos destinados a obtenção do sangue para fins de assistência hemoterápica	6.599	6.564	0,17%
030602 Medicina transfusional	114	146	0,00%
030701 Dentística	4.202	9.004	0,23%
030702 Endodontia	9.732	8.295	0,21%
030703 Periodontia clínica	7.514	21.588	0,56%
030704 Moldagem/Manutenção	257	805	0,02%
030905 Práticas integrativas e complementares	322	3.331	0,09%
040101 Pequenas cirurgias	7.122	6.784	0,18%
040401 Cirurgia das vias aéreas superiores e do pescoço	239	441	0,01%
040402 Cirurgia da face e do sistema estomatognático	629	227	0,01%
040501 Pálpebras e vias lacrimais	2	-	-
040505 Conjuntiva, córnea, câmara anterior, íris, corpo ciliar e cristalino	821	1.116	0,03%
040602 Cirurgia vascular	3	11	0,00%

040701 Esôfago, estômago e duodeno	-	1	0,00%
040702 Intestinos , reto e anus	-	44	0,00%
040704 Parede e cavidade abdominal	2	1	0,00%
040801 Cintura escapular	37	32	0,00%
040802 Membros superiores	61	48	0,00%
040805 Membros inferiores	18	16	0,00%
040806 Gerais	1	-	-
040901 Rim, ureter e bexiga	-	3	0,00%
040902 Uretra	28	5	0,00%
040904 Bolsa escrotal, testículos e cordão espermático	2	3	0,00%
040905 Pênis	1	-	-
040907 Vagina, vulva e períneo	2	-	-
041205 Pulmão	18	3	0,00%
041402 Cirurgia oral	7.461	8.314	0,21%
041504 Procedimentos cirúrgicos gerais	63	3	0,00%
041701 Anestésias	861	990	0,03%
041801 Acessos para diálise	168	156	0,00%
041802 Intervenções cirúrgicas em acessos para diálise	2	16	0,00%
070104 OPM oftalmológicas	2.692	3.670	0,09%
070210 OPM em nefrologia	237	235	0,01%
080301 Deslocamento/Ajuda de custo	102.750	109.561	2,83%

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

A Tabela 8 é a série histórica comparativa de procedimentos ambulatoriais faturados e processados nos exercícios de 2021 e 2022. Considerando o total da série histórica de 2021, o ano de 2022, com 3.871.760 procedimentos faturados com atendimento no município, superou o ano de 2021 em 35,8%. Nos dois anos da série histórica, a forma de organização **020201 Exames bioquímicos**, obteve a maior execução. Os atendimentos no ano de 2022 superaram o ano anterior. Atribui-se a superação nos atendimentos às contratações de profissionais por processos seletivos para atender a Atenção Primária, visível em procedimentos agregados aos atendimentos na Atenção Básica. Outro fator relevante que podemos levar em consideração na alta do faturamento dos procedimentos são as ações de refino das informações e monitoramento das digitações de produção. Sem contar com a flexibilização do distanciamento social, adotados até o ano de 2021.

4.2 ζ Dados da Produção de Serviços no SUS

Tabela 9 - Produção de Ambulatorial por grupo de procedimento ζ Complexidade: Atenção básica

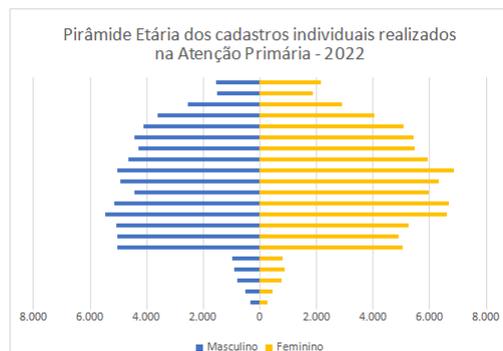
Procedimento	Total	%
Aferição de PA	54.215	59,9%
Medição de peso	14.261	15,7%
Glicemia capilar	8.264	9,1%
Col. de cito. De colo uterino	6.620	7,3%
Aferição de temperatura	3.273	3,6%
Ret. de pontos de cirurgias	1.231	1,4%
Eletrocardiograma	686	0,8%
Teste rápido para hepatite C	596	0,7%
Adm. med. via intramuscular	507	0,6%
Medição de altura	302	0,3%
Teste rápido de HIV	276	0,3%
Teste rápido para sífilis	203	0,2%
Col. mat. p/ ex. laboratorial	68	0,1%
Adm. med. via oral	19	0,0%
Teste rápido de gravidez	9	0,0%
Adm. med. via endovenosa	8	0,0%
Curativo simples	6	0,0%
Curativo especial	4	0,0%
Drenagem de abscesso	3	0,0%
Adm. Med. inalação/nebulização	3	0,0%
Sutura simples	2	0,0%
Adm. penicilina p/ to sífilis	2	0,0%
Exérese/biopsia/punção de tum.	1	0,0%
TERAPIA DE REIDRATAÇÃO ORAL	1	0,0%
Rem. Corp. Estranho Subcutâneo	1	0,0%
Adm. med. via Subcutânea (SC)	1	0,0%

Fonte: Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica ζ SISAB

Na Tabela 9, lista-se os procedimentos realizados nas unidades de Atenção Primária. No total foram 90.562 procedimentos em 2022.

Há disponibilização de testes rápidos de gravidez para garantir captação precoce de gestantes para o pré-natal. Os testes rápidos de HIV e Sífilis foram descentralizados, com realização direta nas Unidades de Saúde.

Gráfico 10 ζ Pirâmide Etária dos Cadastros Individuais na Atenção Primária até dez. 2022



Fonte: E_SUS base centralizada - cadastros individuais até dez.2022

A partir de 2020, com o novo financiamento da Atenção Primária, o cadastro individual na Atenção Primária é base para o cálculo da Cobertura da Atenção Primária à Saúde das equipes financiadas pelo Ministério da Saúde. A cobertura é o cálculo soma cumulativa de pessoas com cadastro vinculado a eSF financiadas pelo Ministério da Saúde sobre a população estimada do município. Em dezembro de 2022, a cobertura da APS alcançou 54,78%, apesar dos 154.262 cadastros realizados, cerca de 73% da população estimada de 2021, o indicador de cobertura considera as equipes apta para receber o financiamento naquela competência, isto é, equipe completa é requisito prioritário para o financiamento na competência.

Tabela 10 - Cadastros Individuais na Atenção Primária segundo sexo - 2022

Descrição	Masculino	Feminino
Menos de 01 ano	309	287
01 ano	483	479
02 anos	790	785
03 anos	901	879
04 anos	965	839

05 a 09 anos	5031	5071
10 a 14 anos	5019	4925
15 a 19 anos	5054	5267
20 a 24 anos	5465	6643
25 a 29 anos	5145	6692
30 a 34 anos	4432	5983
35 a 39 anos	4902	6361
40 a 44 anos	5033	6883
45 a 49 anos	4644	5963
50 a 54 anos	4269	5482
55 a 59 anos	4418	5446
60 a 64 anos	4110	5083
65 a 69 anos	3592	4067
70 a 74 anos	2522	2925
75 a 79 anos	1479	1901
80 anos ou mais	1547	2191
Total	70.110	84.152

Fonte: e-SUS

4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos

Tabela 11 - Produção ambulatorial e hospitalar por grupo de procedimento segundo Caráter de atendimento: Urgência e município de residência

Grupo de procedimentos	Sistema de Informação Ambulatorial		Sistema de Informações Hospitalares	
	Quantidade aprovada	Valor aprovado	Quantidade aprovada	Valor aprovado
TOTAL	43.789	3.330.044,70	8.149	10.696.333,86
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	7	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	31.384	3.136.653,29	9	6.567,50
03 Procedimentos clínicos	7.127	39.325,20	4.833	7.042.431,85
04 Procedimentos cirúrgicos	5.229	148.301,41	3.280	3.561.356,91
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	14	3.024,00	27	85.977,60
07 Órteses, próteses e materiais especiais	12	2.424,00	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	16	316,8	-	-

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) e residentes do município em estabelecimentos no estado do Rio de Janeiro

A maior produção ambulatorial de urgência e emergência realizada em 2022 foi no Grupo de Procedimentos com Finalidades Diagnósticas com um montante de R\$ 3.330.044,70 superando o no de 2021 que faturou R\$ 2.870.367,48. Nesse grupo se concentram os exames especializados de média e alta complexidade considerados procedimentos de maior valor. Nos procedimentos diagnósticos estão incluídos procedimentos próprios e contratados com valor de tabela SUS ou por tabela municipal diferenciada, como Ultrassonografias com Doppler, Exames de Cardiologia (ecocardiograma, MAPA e Holter), Endoscopia e Colonoscopia.

A produção acima possui caráter de Urgência, ou seja, foram realizados/solicitados nas unidades de urgência/emergência, como UPA Infantil, SPA's e Hospitais.

O valor total de internações aprovadas em 2022 em caráter de urgência foi de R\$ 10.696.333,86 em 8.149 internações, considerando residentes no município de Angra dos Reis. Neste valor, incluem-se as internações em leitos habilitados em 2022 de UTI Adulto, inclusive. A Portaria GM/MS nº 220, de 27 de janeiro de 2022, que habilita, com pendência, leitos de Unidades de Terapia Intensiva e UTI Adulto e Pediátrico Tipo II, descaracterizava leitos UTI tipo II de COVID-19 e os convertia em leitos UTI Tipo II. O município de Angra possuía 20 leitos de UTI tipo II de COVID-19 habilitados no período da emergência de saúde pela pandemia do COVID-19. Uma vez decretada o fim da situação de emergência, a Portaria 220/2022 os convertia em leitos de UTI Tipo II, porém com pendências a resolver no dado período constante na Portaria.

A Portaria GM/MS Nº 4.243, de 6 de dezembro de 2022, referentes aos leitos habilitados, com pendência, e que foram regularizados, via propostas SAIPS, referentes a Portaria GM/MS nº 220, de 27 de janeiro de 2022. Os 20 leitos de UTI Tipo II foram habilitados no Hospital Municipal da Japuíba, conforme Proposta do SAIPS nº 157675 e com recursos incorporados ao teto da Média e Alta Complexidade para o custeio desses leitos, R\$ 3.942.000,00.

Vale ressaltar que o parâmetro de busca considerou residentes do município em estabelecimentos do Estado do Rio de Janeiro, logo, a tabela acima, contabilizou residentes internados e/ou atendidos em outros municípios. O financiamento por estes atendimentos ocorre através de PPI (Programação Pactuada Integrada).

4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização

O município possui 3 Centros de Atenção Psicossocial que realizam atendimentos ambulatoriais. Dos 3 estabelecimentos, dois possuem habilitação no Ministério da Saúde: CAPS infantil e CAIS. O CAPS ad (álcool e drogas) está em processo de habilitação. Apesar de programada para 2022, não foi possível esgotar as exigências. Encontra-se na fase de atendimento das diligências. Ação mantida para o ano de 2023.

Produção Ambulatorial Psicossocial:

Sistema de Informação Ambulatorial		
Forma de Organização	Qtd.aprovada	Valor_aprovado

030108		
Atendimento/Acompanhamento psicossocial	3.015	3.249,07

Tabela 12 - Quantidade aprovada por Subgrupo de procedimentos segundo Estabelecimento

Forma de organização: 030108 Atendimento/Acompanhamento psicossocial

Município de residência: Angra dos Reis, RJ

Período: 2022

Estabelecimento	1 a 4 anos	5 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 54 anos	55 a 64 anos e mais	65 anos e mais	Ignorada	Total
TOTAL	263	665	254	127	208	276	285	73	-	2.151
RJ - Angra dos Reis - CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL INFANTIL CAPSI - 6454135	263	667	254	-	-	-	-	-	-	1.184
RJ - Angra dos Reis - CENTRO DE ATIVIDADES INTEGRADAS EM SAUDE MENTAL CAIS - 2280906	-	-	-	127	193	276	285	73	81	1.035
RJ - Angra dos Reis - CENTRO DE ATENCAO PSICOS A DEP DE ALCOOL E DROGAS CAPSAD - 6492606	-	-	-	-	-	-	-	-	796	796
RJ - Itaguaí - CAPS AD VIVA VIDA - 3386694	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2
RJ - Porto Real - CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL - 5304148	-	-	-	-	13	-	-	-	-	13

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS - SIA/SUS

Ao detalhar a produção ambulatorial dos Centros Psicossociais, avaliamos que a maioria da produção se concentra no CAPSi. Apesar de não estar habilitado, o CAPS AD realiza atendimentos e alimenta sua produção no Boletim de Produção Ambulatorial Consolidado (BPA-C), por isso não dispõe de produção por faixa etária. Os demais, alimentam sua produção através do RAAS, por serem habilitados.

Produção Hospitalar Psicossocial:

Sistema de Informação Hospitalar		
Forma de Organização	AIH Pagas	Valor_total
030317 Tratamento dos transtornos mentais e comportamentais	169	R\$ 51.381,77

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) Data da consulta: mar.2023. Internações por Município de residência.

Tabela 13 - Quantidade de internações por Tipo de leito segundo Estabelecimento

Forma organização procedimento solicitado: 03.03.17 Tratamento dos transtornos mentais e comportamentais

Município de residência: RJ, Angra dos Reis / Período: 2022

Forma organização proced. realizado: 03.03.17 Tratamento dos transtornos mentais e comportamentais

Estabelecimento	Clínico	Pediátricos	Psiquiatria	Saúde Mental (Clínico)	Total
Total	163	1	3	2	169
RJ, Angra dos Reis - HOSPITAL MUNICIPAL DA JAPUIBA HMJ - 7354746	163	-	2	-	165
RJ, Rio de Janeiro - INSTITUTO DE PSIQUIATRIA DA UFRJ IPUB - 2269430	-	-	1	-	1
RJ, Rio de Janeiro - UERJ HOSPITAL UNIV PEDRO ERNESTO - 2269783	-	1	-	-	1
RJ, Volta Redonda - HOSPITAL DR NELSON DOS SANTOS GONCALVES - 2708078	-	-	-	2	2

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS - SIA/SUS

Na tabela 13, estão as internações segundo a forma de organização 03.03.17 Tratamento dos transtornos mentais e comportamentais por tipo de leito, segundo município de residência. Foram 4 internações fora domicílio

Tabela 14 - Quantidade de internações por Tipo de leito segundo Diag. Principal por grupo no Hospital Municipal da Japuíba

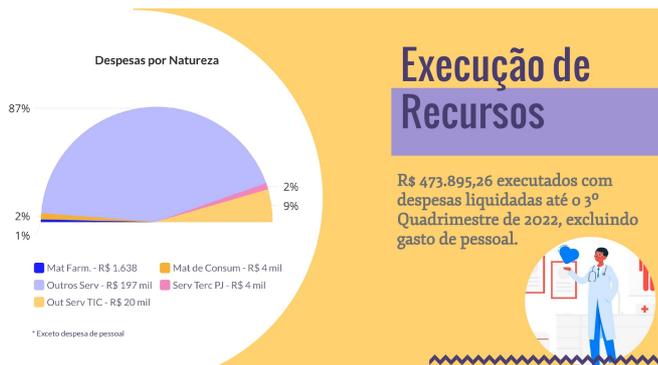
Diagn. principal - grupo	Internação Clínica	Total
--------------------------	--------------------	-------

Total	163	2
F00-F09 Transtornos mentais orgânicos, inclusive os sintomáticos	5	-
F10-F19 Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de substância psicoativa	5	1
F20-F29 Esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e transtornos delirantes	112	-
F30-F39 Transtornos do humor [afetivos]	32	1
F40-F48 Transtornos neuróticos, transtornos relacionados com o (stress) e transtornos somatoformes	1	-
F60-F69 Transtornos da personalidade e do comportamento do adulto	6	-
F90-F98 Transtornos do comportamento e transtornos emocionais que aparecem habitualmente durante a infância ou a adolescência	1	1

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS - SIA/SUS

A tabela 14 detalha os diagnósticos principais que foram tratados na internação hospitalar na forma de organização 03.03.17 Tratamento dos transtornos mentais e comportamentais segundo a unidade hospitalar de internação no município de Angra dos Reis.

4.3.1 - Análise da produção da Rede de Atenção Psicossocial e seus equipamentos de Saúde em 2022



4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos - Média e Alta Complexidade

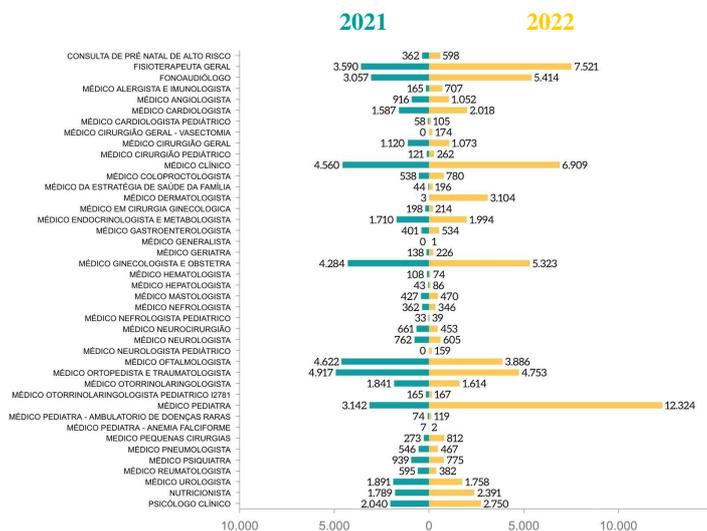
Tabela 15 - Produção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimento - Média e Alta Complexidade em 2022, por município de residência

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AHH Pagas	Valor total
01 AÇÕES DE PROMOÇÃO E PREVENÇÃO EM SAÚDE	-	-	-	-
02 PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA	126.650	7.067.291,19	17	9.676,18
03 PROCEDIMENTOS CLÍNICOS	83.056	5.812.432,77	4.971	7.210.110,46
04 PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS	7.925	1.178.443,92	4.489	6.637.982,43
05 TRANSPLANTES DE ÓRGÃOS, TECIDOS E CÉLULAS	108	19.463,79	44	339.019,29
06 MEDICAMENTOS	410.337	56.094,18	-	-
07 ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS	-	-	-	-
08 AÇÕES COMPLEMENTARES DA ATENÇÃO À SAÚDE	-	-	-	-
Total	628.076	14.133.725,85	9.521	14.196.788,36

Foram realizados 628.076 procedimentos ambulatoriais especializados de média e alta complexidade aprovados, somando R\$14.133.725,85 faturados. Na rede hospitalar do município, foram autorizados 9.521 laudos de AIH de média e alta complexidade. O valor total do faturamento hospitalar chegou a R\$14.196.788,36. Pontuamos que a produção apurada na tabela 15 não confere com os dados constantes na tabela 4.4 (Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos) do DigiSUS. A Tabela 12 refere-se a procedimentos de média a alta complexidade.

4.4.1 Análise da Produção Especializada no Município em 2022

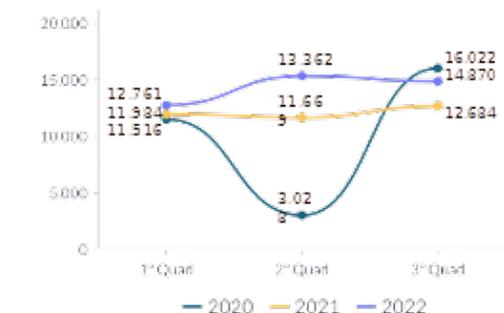
Gráfico 11 Análise da Produção Especializada no Município em 2022



Fonte: Sistema de Gerenciamento do Banco de Dados MV

No gráfico acima, analisa os agendamentos de consultas especializadas disponibilizadas nos anos de 2021 e 2022. Houve um crescimento de 18,3% na oferta de vagas. Porém, com o novo sistema de controle de faltas, observou um uma taxa de 21% de absenteísmo nas vagas de consultas especializadas, contabilizando 3.137 faltas às consultas. A Coordenação de Regulação, observando o elevado número de absenteísmo, propôs um levantamento das faltas com a metodologia de realizar ligações aos usuários e elencar as possíveis causas de absenteísmo. O levantamento teve início em 2022, mas não foi concluído até o fim do exercício.

Gráfico 12 Série histórica de consultas especializadas agendadas entre os anos 2020-2022, por trimestre



Fonte: Sistema de Gerenciamento do Banco de Dados MV

O gráfico 12 demonstra as consultas especializadas agendadas ao longo da série histórica: em 2020, foram 30.566 consultas; em 2021, totalizaram 27.337 consultas agendadas; e em 2022, foram 29.441 consultas agendadas. O avanço na série histórica acompanha a implantação da 100% regulação formatizada do SUS no município. Com a informatização, foi possível sistematizar protocolos através da parametrização e implantar a classificação de risco na regulação do acesso.

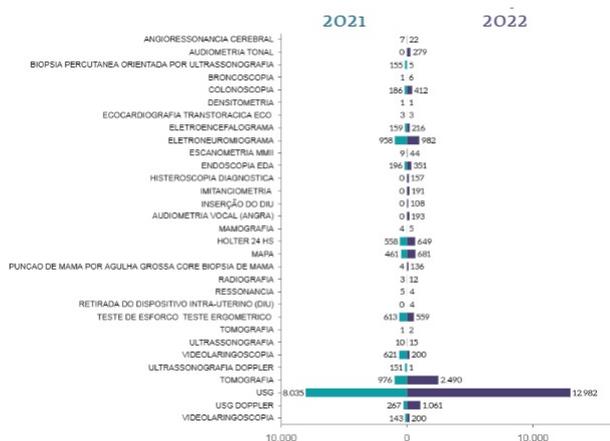
Considerando ainda a contratação de consultas especializadas, em 2022, com o propósito de reduzir as filas de espera, através do Contrato nº 06/2022/SSA, com o objeto de prestação de serviços médicos em consultas especializadas, iniciando em 16/09/2022 a 15/09/2022. As despesas de execução deste contrato em 2022, foram empenhadas no valor de R\$ 1.638.787,50. (fonte: Portal da Transparência > Contratos. Disponível em https://angra.rj.gov.br/SAPO/licitacao/adm/contratos/3013_30640_CONTRATO%20156-2022-SSA%20-%20CONSULTAS%20ESPECIALIZADAS%20-%20IDEIAS.pdf).

4.4.2 Análise dos Exames de média e alta complexidade ambulatorial:

Em 2022, foram agendados 29.441 exames/procedimentos ambulatoriais, superando o ano de 2021 em 31% (22.338 exames agendados). Consideramos o ano 2021 um ano pós pandêmico, ainda com adoções de medidas sanitárias cautelosas no seu 1º semestre.

No gráfico abaixo, destacamos a análise dos agendamentos realizados nos anos de 2021 e 2022.

Gráfico 13 - Agendamento de exames de média e alta complexidade ambulatoriais, comparativo 2021 e 2022

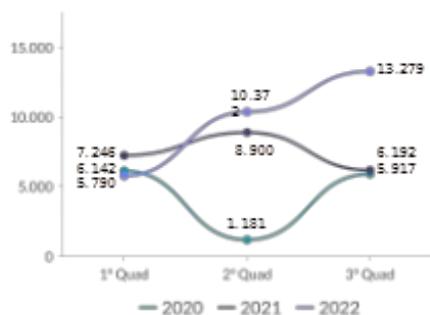


Fonte: Sistema de Gerenciamento do Banco de Dados MV

Com a informatização integral ocorrida em 2022 da regulação do acesso, foi possível implantar o monitoramento dos absenteísmos nas vagas de exames ambulatoriais. Os exames realizados pelos prestadores de serviços, também utilizam o sistema de gerenciamento da Secretaria de Saúde, o que agrega um caráter de integração entre os níveis de marcação, execução e faturamento dos serviços diagnósticos. Com isso foi possível analisar uma taxa de 25% de absenteísmo nos exames durante o 3º quadrimestre de 2022.

Abaixo, trazemos o gráfico 14 que acompanha a evolução do retorno das marcações dos exames ambulatoriais no município, entre os anos de 2020 e 2022, por quadrimestre.

Gráfico 14 - Série histórica de exames de média e alta complexidade ambulatoriais agendados entre os anos 2020-2022, por quadrimestre.



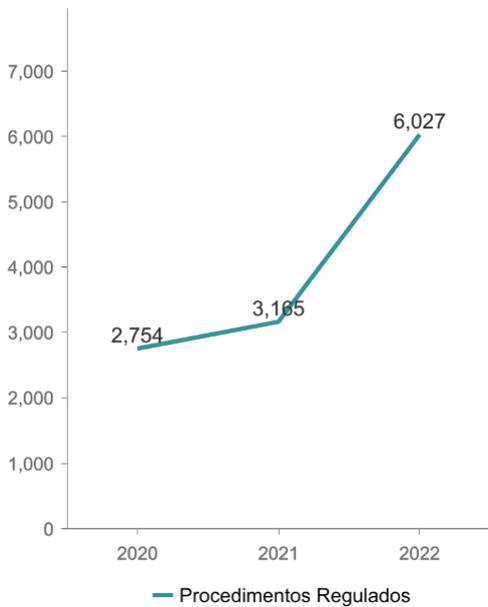
Fonte: Sistema de Gerenciamento do Banco de Dados MV

4.4.3 Análise da produção do Tratamento Fora Domicílio

Quando se esgotam as possibilidades de regulação no município, o Tratamento Fora Domicílio (TFD) é o setor que realiza a regulação do acesso fora do município, observada as pactuações nas unidades de saúde nos respectivos municípios. As pactuações são realizadas pela Programação Pactuada Integrada (PPI).

Abaixo, constam o número de procedimentos regulados para fora domicílio na série histórica de 2020 a 2022.

Gráfico 15 - Nº de Procedimentos regulados pelo Tratamento Fora Domicílio, de 2020 a 2022

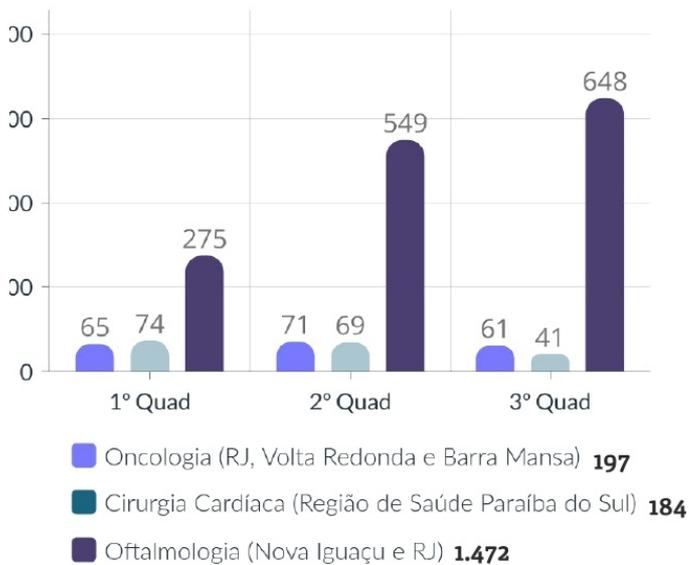


Fonte: Assistência de Tratamento Fora Domicílio, Secretaria de Saúde.

Gráfico 16 - Nº de Procedimentos regulados pelo Tratamento Fora Domicílio através de PPI (Programação Pactuada Integrada) - 2022

Procedimentos Regulados por PPI

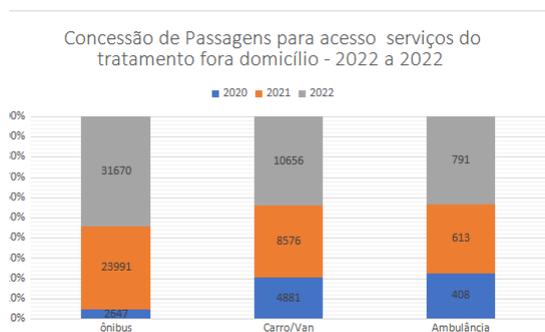
Principais procedimentos por quadrimestre 2022



Fonte: Assistência de Tratamento Fora Domicílio, Secretaria de Saúde.

Para acessar os serviços fora domicílio, a Portaria SAS nº 55/1999, institui a disponibilização de transporte para usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) para tratamento fora do município de residência possam ser cobradas por intermédio do Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA/SUS, observado o teto financeiro definido para cada município. No gráfico a seguir, o quantitativo de concessão de passagens para o transporte de usuários do SUS oferecido pelo município no ano de 2022.

Gráfico 17 - Nº de Concessão de passagens para o transporte de usuários e acompanhantes oferecidos pelo município de 2020 a 2022



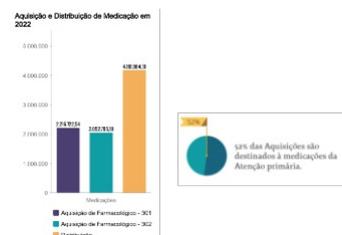
Fonte: Assistência de Tratamento Fora Domicílio, Secretaria de Saúde.

Foram emitidas 43.117 concessões de transporte em 2022. Sendo 73,4% das concessões emitidas para uso de transporte por ônibus, o itinerário do ônibus abrange os municípios de Barra Mansa, Volta Redonda, Rio de Janeiro, Nova Iguaçu e São Paulo, localidades onde o município de Angra dos Reis possui PPI firmada. Foram empenhados R\$2.014.189,25 em 2022 para garantir os tratamentos que realizam o transporte por ônibus. As empresas Costa Verde Transportes, Colitur e Reunidas são os prestadores do serviço de transportes do Tratamento Fora Domicílio. No gráfico xxx servamos o ano de 2020 como o ano de baixa oferta de transporte, visto ser o 1º ano da pandemia pelo Novo Coronavírus.

4.5. Produção de Assistência Farmacêutica

No 1º Quadrimestre de 2022, a Coordenação de Farmácia realizou a solicitação de fármacos e ocorreu a homologação da Licitação dos Medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica e da licitação dos medicamentos da rede de Urgência e Emergência. Emissão dos certificados de Regularidade Técnica do CRF-RJ das farmácias municipais e central de abastecimento farmacêutico. Neste período, equipes da Secretaria de Saúde deram apoio às vítimas das chuvas ocorridas em abril de 2022, uma das medidas de intervenção foi a distribuição de kits de emergência às vítimas da chuva. Durante o ano de 2022, manteve-se a ampliação no horário de funcionamento da Farmácia da Japuiba, de segunda a domingo, das 08h às 19h; e a abertura de todas as farmácias municipais localizadas nos Centros de Especialidades Médicas (Jacuecanga, Centro, Japuiba e Parque Mambucaba) em todos os feriados e sábados.

Gráfico 18 - Movimentação financeira de Aquisição e Distribuição da Assistência Farmacêutica Municipal 2022



Fonte: Coordenação de Farmácia - Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior 2022

4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

Foram realizados 7.859 procedimentos de Vigilância em Saúde no município de Angra dos Reis. Sendo 6.131 (78%) procedimentos de Vigilância Sanitária; e 1.728 (22%) procedimentos de finalidade diagnóstica como notificação compulsória e testes rápidos fora da estrutura de laboratório, incluindo testes para SARS Covid e Teste rápido para Hepatite B. Os procedimentos possuem valor nulo, pois o repasse ocorre pela subfunção da Vigilância em Saúde, repasse realizado pelo Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde, dito fundo a fundo.

Tabela 16 - Procedimentos financiados pela Vigilância em Saúde - 2022

Quantidade aprovada, Valor aprovado segundo Forma de organização

Município de atendimento: Angra dos Reis

Financiamento: Vigilância em Saúde

Período: 2022

Forma de organização	Quantidade aprovada	Valor aprovado
TOTAL	7.859	-
010201 Vigilância sanitária	6.131	-
021301 Exames relacionados a doenças e agravos de notificação compulsória	2	-
021401 Teste realizado fora da estrutura de laboratório	1.726	-

Fonte: Sistema de Informação Ambulatorial - SIA SUS

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão

Período 12/2022

Rede física de estabelecimentos de saúde por tipo de estabelecimentos				
Tipo de Estabelecimento	Dupla	Estadual	Municipal	Total
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSPITALAR NA AREA DE URGENCIA	0	0	13	13
FARMACIA	0	0	2	2
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	0	0	47	47
HOSPITAL GERAL	0	0	4	4
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	0	0	3	3
CENTRAL DE REGULACAO MEDICA DAS URGENCIAS	0	0	1	1
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	0	0	11	11
CENTRAL DE ABASTECIMENTO	0	0	2	2
CENTRO DE ATENCAO HEMOTERAPIA E OU HEMATOLOGICA	0	0	1	1
CONSULTORIO ISOLADO	0	0	1	1
CENTRAL DE GESTAO EM SAUDE	0	0	1	1
CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	0	0	19	19
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	0	0	3	3
UNIDADE DE ATENCAO A SAUDE INDIGENA	0	0	2	2
PRONTO ATENDIMENTO	0	0	5	5
CENTRAL DE REGULACAO DO ACESSO	0	0	2	2
Total	0	0	117	117

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 09/05/2023.

5.2. Por natureza jurídica

Período 12/2022

Rede física de estabelecimentos de saúde por natureza jurídica				
Natureza Jurídica	Municipal	Estadual	Dupla	Total
ADMINISTRACAO PUBLICA				
ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL	1	0	0	1
MUNICIPIO	94	0	0	94
FUNDAcao PUBLICA DE DIREITO PUBLICO MUNICIPAL	1	0	0	1
ENTIDADES EMPRESARIAIS				
EMPRESARIO (INDIVIDUAL)	2	0	0	2
SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA	16	0	0	16
ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS				
FUNDAcao PRIVADA	1	0	0	1
ASSOCIACAO PRIVADA	2	0	0	2
PESSOAS FISICAS				
Total	117	0	0	117

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 09/05/2023.

5.3. Consórcios em saúde

Período 2022

Participação em consórcios			
CNPJ	Natureza	Area de atuação	Participantes

03681070000140	Direito Público	Assistência médica e ambulatorial Atenção básica	RJ / ANGRA DOS REIS
----------------	-----------------	---	---------------------

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 09/05/2023.

- Análises e Considerações sobre Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

5. REDE FÍSICA E PRESTADORA DE SERVIÇOS

Tabela 17 – Rede Física de Saúde, Pública e Privada, Prestadora de Serviço ao SUS

Tipo de Estabelecimento	Administração Pública Federal	Administração Pública Municipal	Demais Entidades Empresariais	Entidades sem Fins Lucrativos	Total
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	0	47	0	0	47
HOSPITAL GERAL	0	2	0	1	3
CONSULTÓRIO ISOLADO	0	0	0	1	1
CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	0	11	7	1	19
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	0	1	10	0	11
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSPITALAR NA AREA DE URGENCIA	0	13	0	0	13
FARMACIA	0	3	0	0	2
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	0	3	0	0	3
CENTRAL DE GESTAO EM SAUDE	0	1	0	0	1
CENTRO DE ATENCAO HEMOTERAPIA E OU HEMATOLOGICA	0	1	0	0	1
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	0	3	0	0	3
UNIDADE DE ATENCAO A SAUDE INDIGENA	1	1	0	0	2
PRONTO ATENDIMENTO	0	5	0	0	5
CENTRAL DE REGULACAO MEDICA DAS URGENCIAS	0	1	0	0	1
CENTRAL DE REGULACAO DO ACESSO	0	2	0	0	2
Total	1	93	18	3	114

Fonte: TabWin CNES – (parâmetros: Tipos de Estabelecimentos, por Esfera Jurídica com vínculo SUS em Angra dos Reis – competência Dez/22.

Na tabela 17, lista a rede física e prestadora de serviços SUS no município, somando 114 estabelecimentos com vínculo SUS, dentre equipamentos de saúde de administração pública e privada prestadora de serviço SUS.

O município possui 93 estabelecimentos de Administração Pública Municipal. Destes, 13 são unidades móveis pré-hospitalar ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), com ampliação de frota a partir de novembro de 2022; mais 47 unidades de Saúde que compõe a rede de atenção primária; e 11 clínicas e centros de especialidades, como as Clínicas da Família e os centros de especialidades; 03 unidades de vigilância em saúde composta pelo Centro de Informações Estratégicas e Resposta em Vigilância em Saúde - CIEVS as unidades de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária.

Agregados aos serviços de saúde, atuam 18 estabelecimentos empresariais com vínculo SUS, com perfil de prestadores de serviço, e 02 estabelecimentos sem fins lucrativos com vínculo SUS: Hospital de Praia Brava e Pestalozzi. Atualmente, o município possui 02 hospitais gerais com administração pública municipal, sendo o Hospital Municipal da Japuiba e o Hospital e Maternidade de Angra dos Reis, instituída a municipalização da maternidade em março de 2022.

O município possui um estabelecimento com administração federal, sendo este o Polo Base de Saúde Indígena vinculado ao SESAI, do Ministério da Saúde, e a Unidade Básica de Saúde Indígena Aldeia Sapukai mantida pela Secretaria Municipal de Saúde.

Em 2020, foi implantado o Hospital de Centro de Referência COVID-19, sob o CNES 0126772. O Centro de Referência COVID-19 fora desmobilizado em dezembro de 2021, visto o cenário epidemiológico favorável e a baixa taxa de internação hospitalar por Covid-19 e a determinação do Ministério da Saúde do fim do estado de emergência de saúde por Covid-29. Outro estabelecido denominado hospital geral é a Inova Medic (CNES 9903496), que gerencia os leitos de UTI pediátrico e 8 leitos de UTI Neonatal na HMAR. O referido estabelecimento é terceirizado na prestação de serviços dos leitos. Contrato firmado e mantido diretamente com a Secretaria Estadual de Saúde.

O município possui duas centrais de regulação do acesso onde funciona a regulação do Tratamento Fora Domicílio, a Central de Regulação de Angra dos Reis, neste ocorre a regulação do acesso ambulatorial e hospitalar.

Os estabelecimentos da assistência farmacêutica são a Central de Abastecimento Farmacêutico (07216989) e o CEAF ζ Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (5859360), mantidos pela Administração Pública Municipal.

Tabela 18 - Rede física de saúde pública e privada prestadora de serviços ao SUS

Natureza Jurídica	MUNICIPAL
1. Administração Pública	93
101-5 Órgão Público do Poder Executivo Federal	1
115-5 Fundação Pública de Direito Público Municipal	1
124-4 Município	94
2. Entidades Empresariais	17
206-2 Sociedade Empresária Limitada	15
213-5 Empresário (Individual)	2
3. Entidades sem Fins Lucrativos	3
306-9 Fundação Privada	1
399-9 Associação Privada	2
Total	114

Fonte: CNES / Datasus ζ TabWin (Parâmetros: Tipo de Gestão por Natureza Jurídica no município de Angra dos Reis com Vínculo SUS) comp. Dez/22

Os dados do CNES/Datasus na Tabelas 18, o município dispõe de 93 unidades administração pública municipal de saúde e 18 unidades privadas, dentre estas, 3 são Entidades sem Fins Lucrativos. Sendo, atualmente, o Hospital Geral da Japuiba uma Fundação Pública de Direito Público Municipal.

O município possui dois estabelecimentos de saúde de natureza jurídica ζ Empresa Individual de Resp. Limitada; o laboratório Ano Bom e o estabelecimento Med Way (9519718), ambos prestam serviço ao Hospital Municipal da Japuiba. A primeira presta serviços laboratoriais e a segunda, presta serviço de diagnóstico em oftalmologia.

Em associação privada é a classificação da Pestalozzi, possui contrato prestação de serviço com o município através de convênio.

No item 5.3 (Consórcios em saúde) o Sistema DigiSUS, no RAG 2022, há uma divergência de informação. O item aponta o município como integrante do Consórcio de direito público, o CISBAF - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Baixada Fluminense. Porém o município não possui vinculação com o consórcio, visto a listagem de Secretarias de Saúde disponibilizada no próprio sítio eletrônico do Consórcio, conforme lista de Secretarias em anexo deste Relatório.

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

Período 02/2022

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Autônomos (0209, 0210)	55	0	1	1	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	0	0	0	0
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	231	134	214	699	265
	Informais (09)	0	0	0	0	0
	Bolsistas (07)	20	0	0	0	0
	Intermediados por outra entidade (08)	208	182	60	467	1
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Autônomos (0209, 0210)	24	0	9	1	0
	Servidores públicos cedidos para a iniciativa privada (10)	0	0	0	0	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	0	0	0	0
	Informais (09)	0	0	0	0	0
	Celetistas (0105)	22	16	26	130	0
	Bolsistas (07)	0	0	0	0	0
	Intermediados por outra entidade (08)	0	0	1	0	0
Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	21	6	22	47	1
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010302, 0104)	1	0	0	0	0

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 09/05/2023.

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2018	2019	2020	2021	
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Autônomos (0209, 0210)	5	22	27	30	
	Celetistas (0105)	95	109	111	203	
	Intermediados por outra entidade (08)	0	0	0	1	
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Autônomos (0209, 0210)	0	6	52	41	
	Bolsistas (07)	27	17	24	23	
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	1.647	1.549	1.891	1.916	
	Intermediados por outra entidade (08)	283	310	977	995	
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	0	1	0	
Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2018	2019	2020	2021	
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	50	114	111	114	

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 09/05/2023.

- Análises e Considerações sobre Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

6. PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Tabela 19 – Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Autônomos (0209, 0210)	55	0	1	1	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	0	0	0	0
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	231	134	214	699	265
	Informais (09)	0	0	0	0	0
	Bolsistas (07)	20	0	0	0	0
	Intermediados por outra entidade (08)	208	182	60	467	1
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 - 3, 4 e 5)	Autônomos (0209, 0210)	24	0	9	1	0
	Servidores públicos cedidos para a iniciativa privada (10)	0	0	0	0	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	0	0	0	0
	Informais (09)	0	0	0	0	0
	Celetistas (0105)	22	16	26	130	0
	Bolsistas (07)	0	0	0	0	0
	Intermediados por outra entidade (08)	0	0	1	0	0

Fonte: CNES – ano 2022 (DigisUS – RAG 2022)

Na Tabela 19 apresenta as formas de contratação dos vinculados SUS pelo Código Brasileiro de Ocupação (CBOs) em seu grande grupo. A tabela analisa os profissionais que possuem vínculo SUS (vínculo próprio ou prestador SUS) e os estratificou pela forma de administração do estabelecimento em Público e Privada. A estratificação se deu através da codificação da Natureza Jurídica do Sistema do CNES. 60,0% são profissionais com regime estatutário que atuam na esfera pública. 36,2% são intermediados por outra entidade e 2,2% são autônomos. No Hospital Municipal da Japuiba, estabelecimento de administração pública, compõem o quadro de funcionários 31,4% são estatutários e 65,7% dos profissionais possuem vínculo intermediado (cooperados). São 20 bolsistas lotados em unidades de estratégia de saúde da família; Na administração pública municipal, são 514 médicos no quadro de contratação, 44,9% são estatutários, 40% intermediados por outra entidade e 1% são autônomos.

Nas unidades Privadas, grande parte do vínculo empregatício foi por contrato celetista, com 498 profissionais contratados.

Tabela 20 - Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação 2017 a 2020

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação					
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2018	2019	2020	2021
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 - 3, 4 e 5)	Autônomos (0209, 0210)	5	22	27	30
	Celetistas (0105)	95	109	111	203
	Intermediados por outra entidade (08)	0	0	0	1
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Autônomos (0209, 0210)	0	6	52	41
	Bolsistas (07)	27	17	24	23
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	1.647	1.549	1.891	1.916
	Intermediados por outra entidade (08)	283	310	977	995
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	0	1	0

Fonte: SCNES

Na série histórica de 2018 a 2021 apresentados na Tabela 20, os números estatutários e empregados públicos flutuou ao longo do período. Em 2020, foram 1.891 profissionais estatutários e empregados públicos na rede pública, em 2021 subiu para 1.916. Entre os anos de 2018 e 2021, o número de empregados Intermediados por outra entidade na administração pública subiu 252%; a contratação de estatutários subiu 16% entre 2018 e 2021.

Na figura abaixo, o quantitativo dos profissionais contratados através de processo seletivo para apoiar na cobertura da atenção primária no município.

Figura 08 : Contratação de Profissionais na Atenção Primária

Novos Profissionais contratados através do Processo Seletivo 02/2022

181 profissionais de nível Fundamental, Médio e Superior contratados



7. Programação Anual de Saúde - PAS

7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

DIRETRIZ Nº 1 - Garantia do acesso da população a serviços públicos de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, de modo a considerar os determinantes sociais e territoriais as áreas e populações em situação de maior vulnerabilidade a às comunidades tradicionais e insulares aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada e a consolidação das redes regionalizadas de atenção integral às pessoas no território.

OBJETIVO Nº 1.1 - Fortalecer a Atenção Primária em Saúde como ordenadora e coordenadora do cuidado na RAS									
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. MELHORAR A ESTRUTURA FÍSICA DE 100% DAS UNIDADES SELECIONADAS	Cobertura de Atenção Primária em Saúde	Percentual	2021	46,10	100,00	68,00	Percentual	55,20	81,18
Ação Nº 1 - Indicar manutenção regular da infraestrutura das unidades básicas para adequá-las conforme manual de estrutura									
Ação Nº 2 - Adquirir equipamentos e mobiliário para Estratégias de Saúde da Família (ESFs) e Unidades Básicas de Saúde (UBS)									
Ação Nº 3 - Adquirir serviço de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos das unidades ESFs e UBS (engenharia clínica)									
Ação Nº 4 - Informatizar 100% das unidades ESFs com conectividade com e sem fio (cabeadas e Wireless) com acesso a internet									
Ação Nº 5 - Organizar o funcionamento dos serviços de saúde para função de acolher, escutar e oferecer resposta às demandas;									
Ação Nº 6 - Reposição das vacâncias Recursos Humanos (RH) via concurso público para 100% das equipes									
Ação Nº 7 - Realizar concurso público para ampliar equipes de Atenção Primária, incluindo auxiliares administrativos para as ESFs									
Ação Nº 8 - Garantir a gratificação de responsabilidade técnica dos profissionais de nível superior, atendendo a Lei Municipal nº 3.901, de 30/06/2013									
Ação Nº 9 - Manter incentivo de produtividade por desempenho, segundo políticas públicas de financiamento									
Ação Nº 10 - Garantir climatização de todos os ambientes das ESFs incluindo a recepção (com cortina de ar)									
Ação Nº 11 - Apontar necessidade de insumos para as equipes de Atenção Primária									
Ação Nº 12 - Garantir Serviço de Vigilância e Monitoramento da Unidades da Atenção Primária através de concurso público para reposição vacância									
2. Reestruturar e reorganizar o processo de trabalho do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF)	COBERTURA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	Percentual	2021	46,00	4	4	Número	2,00	50,00
Ação Nº 1 - Compor RH para 100% das equipes, preferencialmente, através de concurso público									
Ação Nº 2 - Fornecer insumos mínimos para fisioterapeutas e demais categorias									
Ação Nº 3 - Criar fluxo de matriciamento									
Ação Nº 4 - Reestruturar o Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF) com Núcleos Distritais									
3. Reduzir internações por causas sensíveis à atenção básica	Proporção de internações por condições sensíveis à atenção básica (ICSAB)	Taxa	2019	778,80	467,00	85,00	Taxa	723,70	851,41
Ação Nº 1 - Garantir a ESF como modelo de assistência de Atenção Primária mantendo a equipe mínima composta por médico, enfermeiro, técnico de enfermagem e agente comunitário com carga horária de 40 horas e auxiliares administrativos									
Ação Nº 2 - Gaerantir a composição da Equipe de Atenção Primária (EAP) mantendo a equipe mínima composta por médico e enfermeiro com carga horária de 20 horas e técnico de enfermagem e agente comunitário com carga horária de 40 horas e auxiliares administrativos									
Ação Nº 3 - Confeção dos Protocolos de Atenção Primária									
Ação Nº 4 - Estabelecer agenda padronizada programada em 100% das unidades									
Ação Nº 5 - Manter a proporção da Equipe ESF com até 4.000 pessoas									
Ação Nº 6 - Incentivar e fomentar formação dos profissionais que realizem cursos técnicos, de aperfeiçoamento, atualização, especialização, mestrado ou doutorado da sua área de atuação através da liberação de 20% das horas semanais sem prejuízo remuneratório									
Ação Nº 7 - Realizar evento local anual de experiências exitosas em Saúde da Família									
Ação Nº 8 - Capacitação das Equipes de Atenção Primária									
Ação Nº 9 - Realizar encontros trimestrais para avaliação das metas									
Ação Nº 10 - Seminário de indicadores e metas									
Ação Nº 11 - Criar fluxo e estreitar relacionamento com a Secretaria de Educação para regular direcionamento dos escolares para os Núcleos de Apoio da Saúde da Família (NASF)									
4. Aumentar a cobertura populacional estimada pelas equipes de Saúde Bucal	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	Percentual	2021	55,00	100,00	60,00	Percentual	19,80	33,00
Ação Nº 1 - Contratar via concurso público Equipes de Saúde Bucal (ESB) para recompor quadro e ampliação de serviço									
Ação Nº 2 - Aquisição de equipamentos odontológicos para adequação dos consultórios odontológicos (reposição de equipamentos inservíveis e ampliação de serviço)									
Ação Nº 3 - Garantir estrutura física para funcionamento do consultório odontológico (reforma e ou Construção/ampliação de serviço)									
5. Aumentar a média de ação coletiva de escovação dental supervisionada	Aumentar a média de ação coletiva de escovação dental supervisionada	Índice	2017	1,28	2,50	1,50	Índice	0,04	2,67

Ação Nº 1 - Comprar kits de escovação										
Ação Nº 2 - Aumentar a cobertura de atividades de educação em saúde bucal nas unidades da atenção básica, escolas e creches municipais (aquisição de material didático)										
Ação Nº 3 - Realizar atividades coletivas de aplicação tópica de flúor nas escolas municipais										
6. Atingir 100% das Gestantes com no mínimo 1 consulta odontológica	Proporção de Gestante com atendimento odontológico realizado	Proporção	2021	14,00	60,00	60,00	Proporção	21,00	35,00	
Ação Nº 1 - Garantir agenda clínica para atendimento às gestantes										
Ação Nº 2 - Realizar ações de prevenção de saúde bucal										
OBJETIVO Nº 1.2 - Fortalecer a atenção especializada de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, na lógica da Rede de Atenção à Saúde (RAS)										
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS	
1. Aumentar a quantidade de atendimentos ambulatoriais de especialidades	Nº de atendimentos ambulatoriais de especialidades agendadas (nº de consultas agendadas per capita)	Proporção	2021	4,89	5,60	60,00	Proporção	88.739,00	99.999,00	
Ação Nº 1 - Estruturar e equipar as unidades dos Centros de Especialidades Médicas										
Ação Nº 2 - Contratar de especialistas para atender os Centros de Especialidades										
Ação Nº 3 - Implantar nova unidade de CEM na Japuiba										
Ação Nº 4 - Promover capacitação para os profissionais dos Centros de Especialidades Médicas										
2. Aumentar a oferta de serviço de especialidades odontológicas do CEO	Serviços ofertados no Centro de Especialidades Odontológicas (CEO)	Percentual	2021	14,30	10,00	0,07	Percentual	7,29	104,14	
Ação Nº 1 - Contratação de Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD). Portaria Nº 599 de 23 de março de 2006.										
Ação Nº 2 - Adesão do CEO na "Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência". Portaria GM/MS nº793 de 24/04/2012.										
3. Adequar 100% dos equipamentos necessários para os processos do ciclo do sangue do Hemonúcleo	Número total de bolsas coletadas	Número	2021	6.087	100,00	85,00	Percentual	100,00	117,65	
Ação Nº 1 - Adquirir equipamentos para processamento e armazenamento de sangue										
4. Elevar em 10% ao ano as taxas de coleta de sangue do Hemonúcleo	Número total de bolsas coletadas	Número	2021	2.838	46,00	10,00	Percentual	0	0	
Ação Nº 1 - Desenvolver estratégias de captação de doadores, através do uso das mídias sociais										
5. Informatizar 100% dos processos do Hemonúcleo	Número total de bolsas coletadas	Número	2021	2.838	100,00	70,00	Percentual	100,00	142,86	
Ação Nº 1 - Adquirir equipamentos de informática pendentes										
Ação Nº 2 - Implantar sistema informatizado em todas as etapas do Ciclo do Sangue										
6. Ampliar em 10% a oferta de leitos	Cobertura do Serviço de Atendimento às Internações Hospitalares	Número	2021	153	10,00	3,00	Percentual	3,29	109,67	
Ação Nº 1 - Planejamento de estratégias para ampliação de Leitos de Média e Alta Complexidade										
Ação Nº 2 - Projetos de Credenciamentos/Habilitações conforme Portarias de Média e Alta Complexidade;										
Ação Nº 3 - Implantar leitos de Unidade Intermediária, conforme Portaria nº 895/2017										
Ação Nº 4 - Aumentar o percentual de Internações de urgência e emergência reguladas pelo Complexo Regulador.										
7. Reorganizar os ambulatórios e serviços especializados, agregando-os por linha de cuidado.	Reestruturação da atenção à saúde, com base nas linhas de cuidado	Percentual	2021	60,00	100,00	100,00	Percentual	3,29	3,29	
Ação Nº 1 - Definir as linhas de cuidado prioritárias para continuidade gradativa, em consonância às políticas prioritárias do SUS;										
Ação Nº 2 - Dimensionar e ampliar os serviços assistenciais e sua capacidade operacional, modo a subsidiar a reestruturação física;										
Ação Nº 3 - Ampliar do número de Consultórios;										
Ação Nº 4 - Implementar serviço interno de regulação e avaliação em saúde.										
Ação Nº 5 - Integrar sistema de prontuário informatizado nas especialidades ambulatoriais e hospitalares do HMJ com o módulo das demais níveis da Rede de Atenção à Saúde (RAS).										
8. Fomentar as ações do Programa de Humanização HUMANIZA-SUS PROGRAMA DE METAS	Número de Protocolos existentes para metas do Programa Nacional de Segurança do paciente	Número	2021	1	100,00	100,00	Percentual	1,00	100,00	
Ação Nº 1 - Adotar as diretrizes da Política Nacional de Humanização priorizando o acolhimento na Instituição de acesso, visita ampliada, garantia do acompanhante e o cuidado multiprofissional.										
Ação Nº 2 - Implementar Ouvidoria no HMJ e implantar pesquisa de satisfação do usuário, com envio de relatórios trimestrais ao CMS.										
Ação Nº 3 - Fomentar ações das metas do Programa Nacional de Segurança do Paciente com profissional específico. Construção de POP (Procedimento Operacional Padrão).										
Ação Nº 4 - Mapeamento e interação das demandas sociais, coletivas e subjetivas de saúde;										

Ação Nº 5 - Qualificação do ambiente, melhorando as condições de trabalho e de atendimento.										
9. Aumentar adesão a Projetos do Ministério da Saúde e Secretaria de estado da Saúde para aquisição de equipamentos/construção/reformas	Número de Ações/Reformas	Número	2021	2	100,00	50,00	Percentual	2,00	100,00	
Ação Nº 1 - Cadastrar propostas junto aos entes federados;										
Ação Nº 2 - Elaborar projetos;										
Ação Nº 3 - Realizar ampliação do Hospital Municipal da Japuiba – HMJ;										
Ação Nº 4 - Realizar as reformas quando necessário;										
Ação Nº 5 - Adquirir os equipamentos necessários.										
10. Garantir abastecimento mínimo de 95% dos insumos e medicamentos	% de itens zerados	Percentual	2021	10,00	95,00	95,00	Percentual	100,00	105,26	
Ação Nº 1 - Avaliar 100% da aquisição dos insumos adquiridos										
Ação Nº 2 - Avaliar 100% da aquisição dos medicamentos adquiridos										
Ação Nº 3 - Levantar e avaliar os insumos utilizados (medicamentos e material médico hospitalar)										
11. Aumentar em 25% a proporção de cirurgias eletivas em relação ao total de cirurgias	Taxa de cirurgias eletiva	Taxa	2021	6,75	50,00	71,00	Percentual	16,00	22,54	
Ação Nº 1 - Planejamento, agendamento e organização das atividades eletivas										
Ação Nº 2 - Melhoria na redução do tempo de espera e o tamanho das filas de Cirurgias Eletivas;										
Ação Nº 3 - Atuar como ponto de atenção estratégico para a realização de cirurgias eletivas, a partir de fluxo de referência estabelecido pelo gestor local.										
12. Ampliar o número de leitos de internação para atendimento de casos suspeitos e confirmados de COVID 19 e outras doenças sintomáticas respiratórias	Número de leitos ampliados de UTI e/ou Clínica Médica	Número	2021	10	10	20	Número	20,00	100,00	
Ação Nº 1 - Reorganizar o fluxo de atendimento para acolhimento dos sintomáticos respiratórios, para evitar transmissão do Coronavírus para os demais usuários, com leitos de isolamento em ambiente separado.										
Ação Nº 2 - Capacitar as equipes para atender sintomáticos respiratórios;										
Ação Nº 3 - Adquirir EPI para as equipes;										
Ação Nº 4 - Adquirir equipamento para o adequado atendimento aos usuários que buscam os serviços com suspeita de infecção pelo COVID-19 e outras doenças sintomáticas respiratórias (oxímetros, entre outros);										
Ação Nº 5 - Adquirir insumos para coleta de amostras para Teste RT-PCR.										
13. Implementar ações de educação permanente para qualificação dos profissionais	Proporção de ações de educação permanente implementadas e/ou realizadas	Proporção	2021	2,00	2	1	Número	28,00	2.800,00	
Ação Nº 1 - Planejamento das ações referente às Capacitações a serem realizadas;										
Ação Nº 2 - Realização de Seminários, Workshops para os profissionais de saúde do HMJ;										
Ação Nº 3 - Ampliação em Programas de Residência Médica e multiprofissional										
Ação Nº 4 - Ampliação para estágios de estudantes										
OBJETIVO Nº 1.3 - Instituir a Política Municipal de Regulação, ampliando, qualificando e integrando diferentes níveis de atenção na Rede de Atenção à Saúde (RAS) consolidando as redes regionalizadas										
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS	
1. Diminuir em 10% a média do tempo de espera dos usuários em fila de espera	Cobertura dos agendamentos de Consultas de especialidades e Exames com média de menor tempo resposta para os usuários	Número	2021	6.000	10,00	10,00	Percentual	65,00	650,00	
Ação Nº 1 - Aquisição de equipamentos e materiais para regulação.										
Ação Nº 2 - Apresentação do estudo da necessidade de RH ao gestor com apresentação ao CMS com concurso público										
Ação Nº 3 - Sistematização da Regulação com automatização de aviso prévio das consultas e exames aos usuários via WhatsApp, como suporte complementar na comunicação										
Ação Nº 4 - Manutenção dos Pólos Distritais de Regulação (atendendo os 5 distritos).										
Ação Nº 5 - Implantação do aplicativo para divulgação dos fluxos e protocolos para os profissionais e para o Controle Social. "Se liga Rede".										
Ação Nº 6 - Manutenção do canal no Youtube com tutoriais de regulação para os profissionais.										
Ação Nº 7 - Realização de cursos e oficinas com certificação.										
Ação Nº 8 - Criação de uma comissão com coordenação de regulação, direção da SUPCAR, especialistas da rede e Universidades para elaboração dos protocolos de acesso da regulação municipal de saúde e publicação dos mesmos.										
Ação Nº 9 - Implantação e implementação do Complexo Regulador.										
Ação Nº 10 - Elaboração de vídeos e impressos com os fluxos regulatórios para os usuários.										

OBJETIVO Nº 1.4 - Fortalecer a transversalidade das políticas de equidade na Rede de Atenção à Saúde (RAS) com foco na saúde das populações vulneráveis									
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Atingir a cobertura de 70% do acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Auxílio Brasil (PAB)	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Auxílio Brasil	Percentual	2021	100,00	70,00	70,00	Percentual	63,40	90,57
Ação Nº 1 - Elaborar cronograma de visitas semestral as Unidades que realizam atendimento aos beneficiários do Programa Auxílio Brasil e oferecer apoio técnico as equipes de atenção à saúde.									
Ação Nº 2 - Capacitar as equipes de saúde para desenvolvimento do plano de ação e execução do protocolo de atendimento.									
Ação Nº 3 - Manutenção dos digitadores para a alimentação das informações no Sistema do Programa Auxílio Brasil.									
Ação Nº 4 - Elaborar e implementar o plano de ação para acompanhamento das famílias do Programa Auxílio Brasil com a participação das equipes de ACS.									
2. Aumentar a resolutividade dos casos em 100%	Alcance dos objetivos definidos nos respectivos Planos Terapêuticos Singulares de cada paciente	Percentual	2021	80,00	100,00	100,00	Percentual	25,00	25,00
Ação Nº 1 - Adquirir veículo adaptado como consultório para atendimento do usuário na rua, de forma a aumentar a efetividade e resolutividade dos atendimentos.									
Ação Nº 2 - Aumentar o número de atendimentos à PSR (População em Situação de Rua) em relação a saúde bucal.									
Ação Nº 3 - Melhorar o acesso da PSR (População em Situação de Rua) a possibilidade de fontes de renda.									
3. Alcançar ao menos 70% dos indicadores do PSE propostos pelo MS	Proporção de indicadores relacionados ao Programa de Saúde do Escolar (PSE) alcançados	Proporção	2021	60,00	70,00	70,00	Percentual	100,00	142,86
Ação Nº 1 - Renovar a adesão do PSE (Programa Saúde do Escolar).									
Ação Nº 2 - Adquirir materiais gráficos e pedagógicos para execução das ações do PSE (Programa Saúde do Escolar).									
Ação Nº 3 - Acompanhar e apoiar equipes de Atenção Primária para desenvolvimento das metas pactuadas.									
Ação Nº 4 - Realizar ao menos uma ação de prevenção de doenças de importância epidemiológica e mais duas ações do PSE nas escolas pactuadas.									
Ação Nº 5 - Implementar o projeto de Promoção da saúde ocular e identificação de educandos com possíveis sinais de alteração.									
4. Cadastrar e qualificar o processo de assistência em 75% dos adolescentes residentes no âmbito da Atenção Primária à Saúde	Percentual de adolescentes (entre 10 e menores de 20 anos) com cadastros válidos no SISAB	Percentual	2022	75,00	75,00	75,00	Percentual	69,13	92,17
Ação Nº 1 - Implantar o Projeto de fortalecimento das ações de cadastramento e qualificação do processo de assistência aos adolescentes no âmbito da Atenção Primária à Saúde.									
Ação Nº 2 - Implementar o Curso de Capacitação de Professores da REDE Municipal no âmbito das áreas técnicas da Saúde Coletiva.									

OBJETIVO Nº 1.5 - Promover saúde indígena, respeitando seus costumes, seus curadores, sua cultura e língua

DIRETRIZ Nº 2 - Aprimoramento das redes de urgência e emergência, com expansão e adequação de suas unidades de atendimento, do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e das centrais de regulação, bem como das Unidades de Pronto Atendimento (UPA), estimulando o funcionamento com pessoal capacitado e em quantidade adequada, articulando as com outras redes de atenção.

OBJETIVO Nº 2.1 - Consolidar a Rede de Urgência e Emergência (RUE)									
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Adequar em 90% a estrutura física das U.U.E para o atendimento pré-hospitalar fixo	Cobertura do serviço de Atendimento de Urgência	Percentual	2021	100,00	90,00	90,00	Percentual	61,20	68,00
Ação Nº 1 - Implantar 05 salas de estabilização									
Ação Nº 2 - Assegurar a execução de Acolhimento e Classificação de Risco nas Unidades de Urgência e Emergência (6 unidades)									
Ação Nº 3 - Contratar serviço de manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de imagem (RX) das U.U.E.									
Ação Nº 4 - Manter laudos de pré requisitos para o funcionamento seguro e atualizado das salas de Raio X									
Ação Nº 5 - Contratar serviço de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de Assistência das U.U.E.									

Ação Nº 6 - Realizar provimento de refeições dos servidores públicos plantonistas das U.E (SPAs, UPA e SAMU)										
Ação Nº 7 - Promover cursos anuais de Atualização em Biossegurança as equipes Multiprofissionais das Unidades de Urgência e Emergência (SPAs, UPA e SAMU).										
Ação Nº 8 - Implantar método de pesquisa de Satisfação dos Usuários para toda Rede de Urgência e Emergência										
Ação Nº 9 - Contratar Serviço de Lavanderia/Rouparia para a U.U.E. com fornecimento de enxoval										
Ação Nº 10 - Garantir Serviço de Vigilância e Monitoramento das Unidades de Serviços de Pronto Atendimento e UPA através de concurso público para reposição de vacância										
Ação Nº 11 - Contratar Serviço de Desinsetização e controle de roedores semestral para áreas. interna e externa, das unidades da U.U.E.										
Ação Nº 12 - Adquirir meio de transporte aquaviário para transporte de funcionários, insumos, materiais para o V Distrito										
Ação Nº 13 - Adequar área física e estrutural do Serviço de Pronto Atendimento do 1º Distrito										
Ação Nº 14 - Implantar Unidade de Pronto Atendimento Infantil no Centro, prioritariamente, via concurso público										
2. Aumentar a cobertura do serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192)	Cobertura do serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192)	Percentual	2021	100,00	100,00	100,00	Percentual	6,19	6,19	
Ação Nº 1 - Manter sistema de informação e de rádio-comunicação do SAMU										
Ação Nº 2 - Padronizar as viaturas conforme normativa Portaria do Ministério da Saúde										
Ação Nº 3 - Descentralizar Bases seguindo normativa da Portaria do Ministério da Saúde										
Ação Nº 4 - Manter atendimento aquaviário do SAMU										
3. AUMENTAR EM 10% O TOTAL DE CAPACITADOS DA RUE EM APH POR ANO E REVALIDAR AS CERTIFICAÇÕES DO SAMU 192 A CADA DOIS ANOS	QUANTITATIVO DE PROFISSIONAIS CAPACITADOS NOS DIVERSOS TEMAS DA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA PRÉ HOSPITALAR	Número	2021	10	40,00	10,00	Percentual	52,00	520,00	
Ação Nº 1 - Oferta de Curso Anual de Suporte Básico de Vida – SBV para os servidores públicos;										
Ação Nº 2 - Capacitação em Temas específicos conforme a leitura do Núcleo de Educação de Urgência (NEU) da BIG em conjunto com os Coordenadores da RUE para os servidores públicos;										
Ação Nº 3 - Capacitação com Certificação Internacional para as Unidades Móveis e Fixas da Rede de Urgência e Emergência da BIG (ACLS, AMLS, PHTLS e PALS) para os servidores públicos;										
Ação Nº 4 - Aquisição de materiais para a prática orientada de RCP, ACLS e intervenção na obstrução de vias aéreas										
Ação Nº 5 - CONSTRUÇÃO OU LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O CENTRO DE TREINAMENTO EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA BAI DA ILHA GRANDE										
4. Adequar em 100% a estrutura física da UPA AGDA MARIA	Cobertura do Serviço de Atendimento de Urgência	Percentual	2021	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00	
Ação Nº 1 - Completar o quadro de RH (todas as categorias necessárias) da UPA Infantil via concurso público.										
Ação Nº 2 - Providenciar fechamento do entorno da UPA Infantil visando segurança e preservação quanto ao acesso à Rede de Gases, gerador e “casa de força”.										
Ação Nº 3 - Manter o fluxo de atendimento e hospitalização dos pacientes pediátricos junto a Secretaria de Saúde, diretorias, coordenações e HMJ .										
Ação Nº 4 - Implantar NIR (Núcleo Interno de Regulação)										
Ação Nº 5 - Manter o NIR (Núcleo Interno de Regulação)										
Ação Nº 6 - Realizar reforma de banheiros, pintura interna e externa, reposição de rodapés, vidros das janelas e reparo em placas metálicas que compõem a estrutura da UPA Infantil.										
Ação Nº 7 - Substituir tomadas elétricas de toda a Unidade de Pronto Atendimento Infantil.										
Ação Nº 8 - Garantir a manutenção da estrutura física										
5. Adequar 100% dos fluxos assistenciais da UPA AGDA MARIA	Cobertura do Serviço de Atendimento de Urgência	Percentual	2021	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00	
Ação Nº 1 - Contratar empresa para execução de serviço de engenharia de incêndio com cessão de equipamento para toda a Unidade de Pronto Atendimento Infantil.										
Ação Nº 2 - Providenciar manutenção preventiva e corretiva dos bebedouros da UPA Infantil.										
Ação Nº 3 - Implantar plano de evacuação nos casos de acidente.										
Ação Nº 4 - Proporcionar oficinas multiprofissionais ressaltando o Atendimento Humanizado.										
Ação Nº 5 - Reestruturar “layout” da recepção e área da administração da Unidade de Pronto Atendimento Infantil.										
Ação Nº 6 - Implantar e manter Central de Material de Esterilização da Unidade de Pronto Atendimento Infantil.										
Ação Nº 7 - Implantar Informatização (prontuário eletrônico) para a UPA Infantil.										
6. Adequar 100% dos processos de trabalho da UPA AGDA MARIA	Cobertura do Serviço de Atendimento de Urgência	Percentual	2021	100,00	100,00	100,00	Percentual	10,00	10,00	
Ação Nº 1 - Promover cursos anuais de Atualização em Biossegurança as equipes Multiprofissionais da UPA Infantil.										
Ação Nº 2 - Implantar método de pesquisa de Satisfação dos Usuários, com relatório quadrimestral enviado ao CMS										
Ação Nº 3 - Buscar recurso de Atualização Anual quanto ao Protocolo de Acolhimento e Classificação de Risco										
Ação Nº 4 - Manter na Unidade exame de GASOMETRIA ARTERIAL e RT-PCR Antígeno										
Ação Nº 5 - Promover atividades lúdicas aos usuários envolvendo equipes multiprofissionais.										
Ação Nº 6 - Contratar empresa gráfica para confecção de impressos da unidade.										

OBJETIVO Nº 2.2 - Consolidar a Atenção Domiciliar da Rede de Atenção às Urgências									
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Reduzir a taxa de reinternações em 20%	Taxa de reinternação dos pacientes acompanhados pelo programa	Percentual	2021	50,00	30,00	10,00	Percentual	37,76	377,60
Ação Nº 1 - Realizar visitas domiciliares na população adscrita									
Ação Nº 2 - Transferir a sede do Serviço de Atenção Domiciliar do PMC para local que contemple as especificações aprovadas pelo projeto municipal e aprovadas pela Coordenação Nacional de Atenção Domiciliar									
Ação Nº 3 - Qualificar 50% dos profissionais das unidades de Estratégia de Saúde da Família na avaliação dos critérios para inserção de pacientes no Programa Melhor em Casa									
Ação Nº 4 - Garantir a alta responsável dos usuários com perfil do Programa Melhor em Casa com avaliação antes da alta nas unidades hospitalares SUS e contratualizadas									

DIRETRIZ Nº 3 - Fortalecimento de todas as redes de atenção pública, em especial a rede de saúde mental e demais transtornos, com ênfase nas ações de promoção e prevenção relacionadas ao uso problemático de crack, álcool e outras drogas, com ampliação e garantia de abertura e/ou manutenção dos investimentos dos serviços da rede

OBJETIVO Nº 3.1 - Consolidar a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)									
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Implantar novos pontos de atenção em saúde mental e atender, em tempo hábil, 100% da demanda em saúde mental	Proporção de pacientes atendidos referentes à demanda em saúde mental	Proporção	2019	0,06	100,00	100,00	Percentual	65,50	65,50
Ação Nº 1 - Estruturar e reorganizar as equipes de saúde mental, para o atendimento na APS, realizando matriciamento e a clínica ampliada.									
Ação Nº 2 - Estruturar e reorganizar as equipes de ambulatório, para o atendimento com uma maior interface com a Atenção Primária à Saúde									
Ação Nº 3 - Implantar a Unidade de Acolhimento Infanto-Juvenil - UAI									
Ação Nº 4 - Implantar o Serviço de Residência Terapêutica- SRT									
Ação Nº 5 - Implantar 4 Equipes Multiprofissionais de Atenção Especializada em Saúde Mental – eMAESM, conforme Resolução do CMS									
Ação Nº 6 - Habilitação do CAPS-AD									
Ação Nº 7 - Implantação de 8 Leitos de Retaguarda no HMJ									
Ação Nº 8 - Ampliar o quadro de RH de Psicologia via concurso público									
Ação Nº 9 - Ampliar o quadro de Psiquiatras dos CEM's via concurso público									
Ação Nº 10 - Implantação do Serviço de Supervisão Clínico-Institucional									
Ação Nº 11 - Adquirir imóvel para qualificação para CAPS III									
Ação Nº 12 - Adequação e qualificação de equipe da RAPS com instrumentos normativos									
Ação Nº 13 - Implantação do CAPS I no 4º Distrito									
2. Efetivar o modelo CAPS enquanto ordenador da RAPS na integralidade do cuidado em saúde mental	Proporção de equipes da atenção básica matriciadas por profissionais da saúde mental	Proporção	2021	0,00	100,00	50,00	Proporção	0,97	1,94
Ação Nº 1 - Matriciamento na Atenção Primária									
3. Atingir o atendimento de 100% da PSR atendida pelo CnaR em todos os equipamentos necessários da RAPS / AP	Alcance dos objetivos definidos nos respectivos Planos Terapêuticos Singulares de cada paciente	Percentual	2021	10,00	100,00	100,00	Percentual	30,00	30,00
Ação Nº 1 - Repactuação da parceria entre Consultório na Rua e 100% das unidades de saúde básicas do município, através de visitas institucionais, incluindo capacitação acerca dos temas que envolvem a PSR e matriciamento de casos									
Ação Nº 2 - Repactuação da parceria entre Consultório na Rua e demais unidades de saúde componentes da RAPS do município, através de visitas institucionais, incluindo capacitação acerca dos temas que envolvem a PSR e matriciamento de casos									
Ação Nº 3 - Repactuação da parceria entre Consultório na Rua e unidades da assistência social que também trabalham com a população em situação de rua do município, através de visitas institucionais, incluindo capacitação acerca dos temas que envolvem a PSR e matriciamento de casos									

DIRETRIZ Nº 4 - Garantia da atenção integral à saúde da criança, com especial atenção nos dois primeiros anos de vida, e da mulher, com especial atenção na gestação, aos seus direitos sexuais e reprodutivos

OBJETIVO Nº 4.1 - Reduzir a mortalidade materna e a mortalidade infantil no âmbito municipal									
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Aumentar em 5% ao ano o percentual de parto normal	Proporção de parto normal	Proporção	2021	43,00	62,00	49,00	Percentual	36,60	74,69
Ação Nº 1 - Monitorar indicadores do Programa Laços da Rede de Atenção MaternoInfantil (RAMI) em âmbito municipal									

Ação Nº 2 - Notificar rede de saúde quanto ao não cumprimento das metas do Programa Laços										
Ação Nº 3 - Promover encontros com os profissionais e gestantes para sensibilizá-los dos benefícios do parto normal										
2. Redução de 10% do número de óbitos prematuros em mulheres em decorrência da gestação/puerpério e patologias ginecológicas	Número de óbitos prematuros de mulheres (Número	2021	3		0	Número	213,00	0	
Ação Nº 1 - Ampliação e Adequação de exames em obstetria										
3. Aumentar a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo 07 consultas de pré-natal	Proporção de nascidos vivos de mães com 07 ou mais consultas de pré-natal	Proporção	2021	68,00	75,00	75,00	Proporção	75,60	100,80	
Ação Nº 1 - Implementar caderno de pré- natal municipal										
Ação Nº 2 - Realizar visitas nas Unidades de Saúde com foco na atualização profissional										
Ação Nº 3 - Monitorar a cobertura de 7 ou mais consultas de pré-natal e puerpério, para gestantes acompanhadas pelo SUS										
4. Promover captação precoce de 100% das gestantes	Proporção de nascidos vivos de mães com 07 ou mais consultas de pré-natal	Proporção	2021	68,00	100,00	100,00	Percentual	59,12	59,12	
Ação Nº 1 - Adquirir Teste rápido de gravidez										
5. Atingir 100% da Cobertura do Programa Nacional de Triagem Neonatal no município	Cobertura do Programa Nacional de Triagem Neonatal no município de residência	Percentual	2021	100,00	100,00	90,00	Percentual	60,70	67,44	
Ação Nº 1 - Descentralizar a coleta do Exame do Teste do Pezinho em todos os Distritos										
Ação Nº 2 - Realizar busca ativa dos faltosos através da DNV para realizar o Teste do Pezinho										
Ação Nº 3 - Credenciar o ADORA (Ambulatório de Doenças Raras) para seguimento das crianças com teste alterado										
Ação Nº 4 - Implementar, prioritariamente, através de concurso público o Ambulatório de Especialidades Pediátricas (Neurologia, Cardiologia, Gastroenterologia, Pneumologia, Endócrino, Cirurgia Pediátrica, Otorrinolaringologia, Oftalmologia e Hematologia)										
6. REDUZIR A TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL	Taxa de mortalidade infantil	Percentual	2021	10,80	8,80	8,80	Taxa	15,00	170,45	
Ação Nº 1 - Implantar exames complementares para qualificar assistência Pediátrica-Neonatal										
Ação Nº 2 - Qualificar a assistência pré-natal, ao parto e ao recém-nascido										
Ação Nº 3 - Habilitar Unidades Básicas de Saúde Amigas da Criança										
Ação Nº 4 - Implantar Posto de Coleta de Leite Humano										
Ação Nº 5 - Implementar Comitê Municipal de Prevenção de Óbitos Infantis e Fetais										
7. Testar 100% das gestantes vinculadas ao SUS para sífilis	Número de testes de HIV e sífilis por gestante	Percentual	2021	12,00	100,00	100,00	Percentual	35,00	35,00	
Ação Nº 1 - Fornecer teste rápido da sífilis para 100% das unidades testadoras do SUS										
Ação Nº 2 - Promover capacitação profissional quanto a testagem e aconselhamento das IST/HIV										
Ação Nº 3 - Monitorar indicadores vinculados a IST/AIDS das Unidades testadoras										
OBJETIVO Nº 4.2 - Assegurar o direito sexual e reprodutivo										
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS	
1. Implementar 100% a assistência em saúde sexual e reprodutiva, no âmbito da atenção integral a saúde do homem.	Percentual da Assistência em saúde sexual e reprodutiva, no âmbito à saúde do homem implementada	Percentual	2021	17,28	100,00	100,00	Percentual	61,54	61,54	
Ação Nº 1 - Ampliar a participação paterna no pré-natal, parto, puerpério e no crescimento e desenvolvimento da criança.										
Ação Nº 2 - Implementar a agenda para o pré-natal com acompanhamento do parceiro homem.										
2. AUMENTO DA OFERTA DOS PROCEDIMENTOS DE MÉTODOS DEFINITIVOS DE PLANEJAMENTO REPRODUTIVO	PROPORÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE MÉTODOS DEFINITIVOS (LAQUEADURA TUBÁRIA / VASECTOMIA) DE PLANEJAMENTO REPRODUTIVO	Número	2021	10.400	200	150	Número	124,00	82,67	
Ação Nº 1 - Habilitar serviço público para realização de laqueadura e vasectomia no Hospital Municipal da Japuiba										

DIRETRIZ Nº 5 - Garantia da atenção integral à saúde da mulher, do homem, da pessoa com deficiência, da pessoa idosa e das pessoas com doenças crônicas, raras e negligenciadas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção, prevenção, redução de morbimortalidade e reabilitação, bem como o fortalecimento de espaços para prestação de cuidados prolongados e paliativos

OBJETIVO Nº 5.1 - Reduzir a mortalidade prematura pelas quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (DNCT)

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Aumentar o monitoramento em 100% da oferta dos serviços de acompanhamento (consultas de especialidades, procedimentos e exames)	Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (Doenças do aparelho circulatório, Câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	Taxa	2021	272,60	100,00	100,00	Percentual	287,20	287,20
Ação Nº 1 - Implantação do prontuário eletrônico no TFD.									
Ação Nº 2 - Implantação de ferramenta para monitoramento do feedback dos usuários após a realização dos procedimentos.									
Ação Nº 3 - Implantação dos sistemas de regulação nas unidades solicitantes, incluindo hospitais e prestadores. Implantação do SISREG regulação hospitalar.									
Ação Nº 4 - Implantação da alta responsável para pacientes crônicos. (Prioritariamente doenças respiratórias, cardiovascular e câncer).									
2. Aumentar em 5% /ano o nº de gestantes e crianças menores de 10 anos cadastradas no SISVAN com registro de dados antropométricos	Percentual de cobertura do estado nutricional (antropometria) de gestantes e crianças menores de 10 anos cadastradas no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional	Percentual	2021	21,24	40,24	26,00	Percentual	0	0
Ação Nº 1 - Aumentar o cadastramento e o acompanhamento dos usuários no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN).									
Ação Nº 2 - Elaborar treinamento de técnicas de avaliação nutricional para os profissionais da rede municipal de saúde									
Ação Nº 3 - Realizar no mínimo 02 encontros intersetoriais para planejamento de ações de educação nutricional para o público alvo: gestantes e crianças menores de 10 anos .									
3. Reduzir em 5% /ano o nº dos usuários com excesso de peso cadastrados no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.	Percentual de usuários cadastrados no SISVAN com excesso de peso (sobrepeso e obesidade).	Percentual	2021	61,57	41,57	56,00	Percentual	0	0
Ação Nº 1 - Divulgar e produzir material educativo com base no Guia Alimentar para a População Brasileira e Menores de 2 anos									
Ação Nº 2 - Realizar encontros/distrito para construção do Plano de Ação da Vigilância Alimentar e Nutricional.									
Ação Nº 3 - Certificar a unidade de saúde na Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil.									
Ação Nº 4 - Elaborar e implantar o Projeto de Agentes Promotores da Alimentação Saudável.									
Ação Nº 5 - Renovar a adesão do crescer saudável e alcançar 70% dos indicadores do programa.									
4. Aumentar em 20% ao ano Unidades de Saúde atuando no Programa de Tabagismo	Reduzir a prevalência de fumantes no âmbito municipal (Nº de unidades atuantes)	Número	2021	1.200	80,00	9,60	Percentual	4,00	41,67
Ação Nº 1 - Ampliar os pontos de atenção do SUS às pessoas tabagistas									
Ação Nº 2 - Acompanhar os pontos de atenção do SUS que atuam no controle do tabagismo.									
Ação Nº 3 - Capacitar profissionais das Unidades Básicas no Programa de Controle de Tabagismo.									
Ação Nº 4 - Promover unidades livres do fumo									
Ação Nº 5 - Realizar eventos em datas pontuais: Dia 31/05, dia Mundial sem Fumo e dia 29/08 dia Nacional sem Fumo									
Ação Nº 6 - Participar de eventos nas escolas, comunidades, empresas públicas e privadas.									
5. Alcançar a razão 0,58 de cobertura de mamografia em mulheres na idade alvo anualmente	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão		0,20	0,58	0,23	Razão	0,21	91,30
Ação Nº 1 - Monitorar os indicadores relacionados e orientar as Unidades de Saúde quanto a necessidade de adequação de medidas									
Ação Nº 2 - Promover duas campanhas municipais									
Ação Nº 3 - Assegurar tratamento para mulheres com resultados alterados do exame de mamografia									
6. Aumentar em 20% ao ano atividades que estimulem adoção de comportamento saudável	Percentual de atividades relacionadas as ações de promoção da saúde e prevenção de Doenças Crônicas não Transmissíveis	Percentual	2021	0,37	20,00	54,00	Percentual	0,54	1,00
Ação Nº 1 - Articular junto a Secretaria de Esporte e Lazer a disponibilização de pelo menos 10% das vagas das práticas corporais e físicas para os portadores de DANT.									
Ação Nº 2 - Atualizar/elaborar protocolo/guia de cuidados e acompanhamento aos portadores de DANT.									
Ação Nº 3 - Divulgar e monitorar a execução do protocolo/guia DANT									
Ação Nº 4 - Monitorar indicadores relacionados as DANTS e orientar as Unidades de Saúde quanto a necessidade de adequação de medidas									
7. Garantir cobertura de preventivo em 80% das mulheres na faixa etária entre 25 a 64 anos	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária	Razão	2021	0,22	80,00	42,00	Percentual	0,21	0,50
Ação Nº 1 - Elaborar/atualizar guia de assistência a saúde da mulher									
Ação Nº 2 - Monitorar indicadores relacionados a Saúde da Mulher e orientar as Unidades de Saúde quanto a necessidade de adequação de medidas									
Ação Nº 3 - Indicar o quantitativo e descritivo de insumos necessários para garantir ações de prevenção, detecção e tratamento de CA de colo de Útero e mama									

Ação Nº 4 - Assegurar tratamento para mulheres com preventivo alterado										
8. Qualificar 100% dos profissionais da rede básica para o correto atendimento à saúde do homem	Percentual de profissionais atuantes em Atenção Básica capacitados	Percentual	2021	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00	
Ação Nº 1 - Elaborar material instrutivo para as equipes de ESF, NASF e UBS para nortear a prática de saúde pela humanização e a qualidade da assistência prestada										
OBJETIVO Nº 5.2 - Promover a vinculação das pessoas com deficiência auditiva, física, intelectual (incluindo os transtornos do espectro do autismo), com estomia e com múltiplas deficiências, e suas famílias, aos profissionais, em todos os pontos de atenção.										
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS	
1. Incentivar o cadastro das pessoas com deficiência em 100% das Unidades de Atenção Primária	Proporção de Unidades de Saúde da Atenção Primária com Cadastro Atualizado	Proporção	2021	25,00	100,00	70,00	Percentual	0	0	
Ação Nº 1 - Orientar profissionais para atualização do cadastro das pessoas com deficiência por área de abrangência										
Ação Nº 2 - Incentivar visitas domiciliares a pessoas com deficiência restrita ao leito										
2. Monitorar fornecimento de Próteses e órteses e Meios de Locomoção a 100% das solicitações	Proporção de usuários com Deficiência Física e Auditiva atendidos na Média/Alta Complexidade de Reabilitação	Proporção	2021	70,00	100,00	100,00	Percentual	0	0	
Ação Nº 1 - Acompanhar a pactuação e o fornecimento dos equipamentos de órtese, prótese e meios de locomoção.										
3. 01 Centro de Atendimento Integral para pessoa com Transtorno do Aspecto Autista implantado	Número do Centro de Atendimento Integral para pessoa com Transtorno do Aspecto Autista	Número	2021	0	1	0	Número	0	0	
Ação Nº 1 - Implantar o Centro de Atendimento Integral para pessoas com Transtorno do Aspecto Autista, conforme Lei Municipal nº 3.926/2020										
Ação Nº 2 - Garantir a manutenção do Centro de Atendimento Integral para pessoas com Transtorno do Aspecto Autista, conforme Lei Municipal nº 3.926/2021										
4. 01 CER tipo II habilitado	Número de CER homologados	Número	2021	0	1	0	Número	0	0	
Ação Nº 1 - Fornecer apoio técnico na construção do projeto de Habilitação / implementação do Centro de Especialidade em Reabilitação Física e Intelectual, inclusive a autistas, ampliando para reabilitação visual e auditiva										
Ação Nº 2 - Implantar o Centro de Especialidade em Reabilitação tipo II, inclusive para autistas, ampliado para reabilitação visual e auditiva										
5. Contribuir na construção do Projeto terapêutico singular de indivíduos com deficiência junto a atenção primária de saúde e em parceria com o Centro de Reabilitação Municipal, em pelo menos uma unidade de saúde por Distrito Sanitário, por ano, considerando casos de maior entrave na rede.	Número de Unidade de Saúde Visitadas para a Construção de Projeto Terapêutico Singular de Indivíduos com Deficiência	Número	2021	1	20	5	Número	0	0	
Ação Nº 1 - Apoiar na Construção de Projeto Terapêutico Singular de usuários com deficiência em parceria com a equipe de ESF/NASF										
Ação Nº 2 - Realizar visitas técnicas nas unidades que acompanhem usuários com múltiplas deficiências.										
Ação Nº 3 - Acolher ao familiar/usuário com deficiência incluindo transtornos do espectro autista para direcionamento das necessidades.										
OBJETIVO Nº 5.3 - Garantir a articulação e a integração dos pontos de atenção das redes de saúde no território, qualificando o cuidado por meio do acolhimento e classificação de risco.										
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS	
1. Realizar 01 reunião por semestre	Número de reuniões intersetoriais para articulação da rede de atenção à pessoa com deficiência	Número	2021	1	8	2	Número	0	0	
Ação Nº 1 - Fomentar discussão de casos de forma intersetorial										
Ação Nº 2 - Apoiar na construção de fluxos de serviços para a pessoa com deficiência em suas necessidades de saúde, promovendo a equidade no atendimento.										
2. Realizar 02 eventos ao ano	Número de eventos alusivos à promoção de saúde da pessoa com deficiência	Número	2021	2	8	2	Número	0	0	
Ação Nº 1 - Apoiar na realização de evento alusivo ao Dia de Luta da Pessoa com Deficiência e promoção da saúde.										
Ação Nº 2 - Implementar no calendário alusivo o "Abril Marrom: prevenção da Cegueira" (palestras, vivências em escolas, buscar visibilidade)										
Ação Nº 3 - Implementar no calendário alusivo a "Semana da conscientização do autismo" no mês Abril (palestras, vivências em escolas, buscar)										
3. Realizar 01 capacitação ao ano	Número de capacitações para qualificar o atendimento à pessoa com deficiência	Número	2021	1	4	10	Número	0	0	
Ação Nº 1 - Promover capacitações voltadas à qualificação do atendimento à pessoa com deficiência										
OBJETIVO Nº 5.4 - Instituir a política de saúde para a redução da morbimortalidade por violência e acidentes e a promoção da cultura da paz										

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Monitorar 100% das unidades da rede de saúde com serviço de notificação de violência implantado	Proporção de notificações de violência interpessoal e autoprovocada com o campo raça/cor preenchido com informação válida	Proporção	2021	55,00	100,00	95,00	Percentual	69,10	72,74
Ação Nº 1 - Realizar treinamento para qualificação aos profissionais da Atenção Primária a Saúde, Rede de Urgência e Emergência e nas Unidades de Referenciadas									
Ação Nº 2 - Realizar visitas técnicas as unidades da rede de Serviço de Pronto Atendimento (SPA), Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e Fundação Hospital Municipal da Japuíba (FHMJ)									

DIRETRIZ Nº 6 - Garantia e aprimoramento da assistência farmacêutica universal e integral no âmbito do SUS, estimulando e pactuando a estruturação da rede de serviços e a sua força de trabalho da assistência farmacêutica

OBJETIVO Nº 6.1 - Qualificar a assistência farmacêutica na Rede de Atenção à Saúde									
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. SISTEMA HORUS IMPLANTADO	PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS COM O SISTEMA HORUS IMPLANTADO	Percentual	2021	0,00	100,00	0,00	Percentual	0	0
Ação Nº 1 - Fazer adesão ao Sistema Hórus									
2. REDUZIR JUDICIALIZAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS E GARANTIR ACESSO DA POPULAÇÃO À ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	PROPORÇÃO DE PROCESSOS DE JUDICIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS	Proporção	2021	70,00	10,00	0,00	Proporção	0	0
Ação Nº 1 - Revisar a REMUME segundo a RENAME a cada 2 anos e publicar por meio eletrônico e no Boletim Oficial Municipal									
Ação Nº 2 - Realizar promoção da Assistência Farmacêutica junto à população e aos prescritores através de campanhas, adequação visual e produção de material de divulgação									
Ação Nº 3 - Ampliar horário de atendimento nas farmácias da Atenção Básica mediante contratação via concurso público de farmacêuticos e auxiliares									
Ação Nº 4 - Dar continuidade aos processos de legalização das Farmácias Municipais junto ao CRF									
Ação Nº 5 - Aquisição dos medicamentos não padronizados no município dos tutelados pelo município, usuários da Casa Abrigo e Residência Terapêutica									
Ação Nº 6 - Aquisição de medicamentos não padronizados pelo município em atendimento a demanda de processos sociais na farmácia do componente especializado municipal									
Ação Nº 7 - Adequar o espaço físico e aquisição material, mobiliária e equipamentos das farmácias do SUS utilizando recurso da assistência farmacêutica na forma da deliberação CIB vigente (aplicação de 15% da soma dos recursos financeiros do estado do RJ e do município)									
Ação Nº 8 - Adequar todas as farmácias municipais e a central de abastecimento farmacêutico para atender normativa junto ao Corpo de Bombeiros									
Ação Nº 9 - Contratar empresa especializada no recolhimento de resíduos de serviço de saúde a fim de recolher medicamentos impróprios para o consumo nas unidades de saúde municipais.									
Ação Nº 10 - Elaboração do PGRSS (Plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde) das farmácias municipais e da central de abastecimento farmacêutico									
Ação Nº 11 - Implantar logística reversa de medicamentos									

DIRETRIZ Nº 7 - Ampliação da pactuação do saneamento básico e saúde ambiental dando a devida prioridade para a promoção da saúde e redução dos riscos e agravos, por meio das ações de proteção, promoção, prevenção e vigilância em saúde

OBJETIVO Nº 7.1 - Fortalecer a Vigilância em Saúde como norteadora do modelo de atenção assegurando a sua transversalidade na RAS									
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. 100% das Respostas às emergências epidemiológicas	Proporção de surtos de doenças de transmissão hídrica, alimentar e respiratória investigados e finalizados ocorridos no município	Proporção	2021	100,00		100,00	Proporção	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Implantar e implementar o Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde - CIEVS.									
2. Reduzir a zero o número de óbitos maternos	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Número	2021	1		0	Número	0	0
Ação Nº 1 - Elaborar através do CMMMIF cartas de recomendação para a rede onde foram identificadas situações problema relacionadas ao óbito investigado .									
3. Investigar 100% de óbitos infantis e fetais	Proporção de óbitos infantis e fetais investigados	Proporção	2021	95,59	100,00	100,00	Percentual	86,50	86,50
Ação Nº 1 - Investigar, analisar e discutir 100% dos óbitos infantis e fetais do município junto ao Comitê Municipal de Mortalidade Materno, Infantil Fetal (CMMMIF)									
Ação Nº 2 - Promover Seminário Anual sobre Mortalidade em Angra dos Reis									
4. Investigar 100% de óbitos maternos	Proporção de óbitos maternos investigados	Percentual	2021	100,00	100,00	100,00	Percentual	0	0
Ação Nº 1 - Investigar, analisar e discutir 100% dos óbitos maternos do município junto ao Comitê Municipal de Mortalidade Materno, Infantil Fetal (CMMMIF)									

5. Investigar 100% de óbitos de mulheres em idade fértil	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) investigados	Percentual	2021	96,20	100,00	100,00	Percentual	78,20	78,20
Ação Nº 1 - Investigar e analisar óbitos de mulheres em idade fértil - MIF									
6. Reduzir a zero a incidência de sífilis congênita	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	Número	2021	14		7	Número	42,00	600,00
Ação Nº 1 - Realizar seminário anual sobre Vigilância da Sífilis e Hepatites Virais para os profissionais da rede Municipal de saúde de Angra dos Reis.									
7. 100% DE VACINAS DO CALENDÁRIO BÁSICO DE VACINAÇÃO DA CRIANÇA COM COBERTURAS VACINAIS ALCANÇADAS	COBERTURA VACINAL NA POPULAÇÃO DE MENORES DE 1 ANO E NA POPULAÇÃO DE 1 ANO	Percentual	2021	25,00	100,00	100,00	Percentual	0	0
Ação Nº 1 - Realizar campanha anual de Multivacinação no Município em concordância com o calendário vacinal do Ministério da Saúde, em parceria com a rede de Atenção Básica.									
Ação Nº 2 - Monitorar a cobertura Vacinal do município									
8. Estruturar a Rede de Frio de Angra dos Reis	COBERTURA VACINAL NA POPULAÇÃO DE MENORES DE 1 ANO E NA POPULAÇÃO DE 1 ANO	Percentual	2019	25,00	100,00	100,00	Percentual	0	0
Ação Nº 1 - Garantir a presença de gerador na sala da Rede de Frio a fim de possibilitar o pleno funcionamento das câmaras frias em caso de falta de energia.									
Ação Nº 2 - Realizar processo de contratação para manutenção preventiva dos equipamentos da Rede de Frio.									
Ação Nº 3 - Garantir RH necessário para a rede de frio, prioritariamente, via concurso público									
9. AUMENTAR A PROPORÇÃO DE CURA DE CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE PULMONAR BACILÍFERA	PROPORÇÃO DE CURA DE CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE PULMONAR BACILÍFERA	Percentual	2021	85,00	85,00	85,00	Proporção	79,06	93,01
Ação Nº 1 - Solicitar o fornecimento mensal de cestas básicas para os pacientes em tratamento									
Ação Nº 2 - Aumentar em 30% o número de profissionais que realizam a aplicação da Prova Tuberculínica									
Ação Nº 3 - Aumentar em 90% a realização de testes rápidos anti-HIV nas unidades de atenção básica nos pacientes em tratamento de tuberculose									
Ação Nº 4 - Aumentar em 70% o acompanhamento e tratamento do paciente em sua área de referência									
10. AUMENTAR A PROPORÇÃO DE EXAME ANTI-HIV REALIZADOS ENTRE OS CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE	PROPORÇÃO DE EXAME ANTI-HIV REALIZADOS ENTRE OS CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE	Proporção	2020	56,82	80,00	80,00	Percentual	92,39	115,49
Ação Nº 1 - Monitorar a realização de exames Anti-hiv nos pacientes em tratamento de tuberculose									
11. AUMENTAR A PROPORÇÃO DE REGISTRO DE ÓBITOS COM CAUSA BÁSICA DEFINIDA	PROPORÇÃO DE REGISTRO DE ÓBITOS COM CAUSA BÁSICA DEFINIDA	Proporção	2021	93,10	95,00	95,00	Proporção	94,50	99,47
Ação Nº 1 - Investigar os óbitos indeterminados									
Ação Nº 2 - Identificar as Unidades com maior incidência de causas indeterminadas na Declaração de óbito									
Ação Nº 3 - Identificar as Unidades com maior incidência de causas indeterminadas na Declaração de óbito									
12. AUMENTAR A PROPORÇÃO DE CASOS DE DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA IMEDIATA (DNCI) ENCERRADAS EM ATÉ 60 DIAS APÓS NOTIFICAÇÃO	PROPORÇÃO DE CASOS DE DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA IMEDIATA (DNCI) ENCERRADAS EM ATÉ 60 DIAS APÓS NOTIFICAÇÃO	Proporção	2021	100,00	100,00	100,00	Proporção	91,70	91,70
Ação Nº 1 - Promover aperfeiçoamento para os profissionais de saúde sobre a utilização do TABNET para coleta e análise de dados relacionados aos agravos de notificação compulsória.									
13. Manter busca ativa dos agravos de notificação compulsória em todas as Unidades de Saúde em abito municipal	PROPORÇÃO DE CASOS DE DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA IMEDIATA (DNCI) ENCERRADAS EM ATÉ 60 DIAS APÓS NOTIFICAÇÃO	Percentual	2021	100,00	100,00	100,00	Percentual	0	0
Ação Nº 1 - Garantir fluxo de envio de todas as amostras referentes aos casos de doenças de notificação compulsória, para LACEN									
Ação Nº 2 - Promover treinamento semestral para a equipe de agentes de endemias que realizam a busca ativa									
Ação Nº 3 - Completar equipe de Agentes de endemias para busca ativa de doenças de notificação compulsória;									
Ação Nº 4 - Promover, no mínimo, um (1) encontro anual sobre a importância da notificação compulsória, apresentação de protocolos e fluxos para 70% dos médicos e enfermeiros assistenciais.									
Ação Nº 5 - Garantir estrutura mínima de RH para execução das ações de vigilância epidemiológica via concurso público									
Ação Nº 6 - Divulgar informes para a rede de atenção a saúde e população em geral.									
Ação Nº 7 - Garantir Estrutura física mínima para execução das ações de vigilância epidemiológica									
Ação Nº 8 - Realizar curso básico de vigilância epidemiológica para os profissionais da vigilância em saúde através de instituição com notório saber									
Ação Nº 9 - Realizar análise dos bancos de dados das doenças de notificação compulsória (SINAN) – rotina semanal em surtos e mensal para monitoramento									
Ação Nº 10 - Realizar análise dos bancos de registro de câncer de base populacional - início em 2007									

14. REDUZIR NÚMERO DE CASOS NOVOS DE AIDS EM MENORES DE 5 ANOS	NÚMERO DE CASOS NOVOS DE AIDS EM MENORES DE 5 ANOS	Número	2021	0		0	Número	0	0
Ação Nº 1 - Assegurar acompanhamento e tratamento adequado das gestantes e RN									
Ação Nº 2 - Manter acesso rápido das gestantes ao diagnóstico de HIV/Sífilis/Hepatite, viabilizando tratamento									
15. Aumentar proporção de usuários com carga viral indetectável para 90%	Percentual de indivíduos com 13 anos ou mais com primeiro CD4+ acima de 350 cêls/ml	Percentual	2021	51,00	90,00	90,00	Percentual	51,30	57,00
Ação Nº 1 - Realizar busca ativa de pacientes faltosos									
16. Aumentar a Proporção de casos com encerramento oportuno através do marcador HCV-RNA dos casos notificados de Hepatite C com Anti-HCV reagente	PERCENTUAL DE CASOS NOTIFICADOS COM ANTI-HCV REAGENTE QUE REALIZARAM EXAMES DE HCV-RNA	Percentual	2021	85,70	90,00	90,00	Percentual	66,70	74,11
Ação Nº 1 - Acolher 100% dos usuários notificados com Hepatite C no ambulatório de hepatites virais									
17. AUMENTAR A PROPORÇÃO DE CURA DOS CASOS NOVOS DE HANSENÍASE DIAGNOSTICADOS NOS ANOS DAS COORTES	PROPORÇÃO DE CURA DOS CASOS NOVOS DE HANSENÍASE DIAGNOSTICADOS NOS ANOS DAS COORTES	Proporção	2021	85,70	90,00	100,00	Proporção	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Descentralizar em 70% os atendimentos dos casos não reacionais para todas as Unidades de Saúde									
Ação Nº 2 - Capacitar equipes de Saúde da família para diagnóstico, diagnóstico diferencial, manejo clínico de reações hansênicas e medicamentosas, confirmação de recidiva									
Ação Nº 3 - Supervisionar e monitorar trimestralmente às ações de controle da hanseníase junto às unidades de saúde referente à hanseníase para qualificação dos dados									
Ação Nº 4 - Garantir o exame diagnóstico de baciloscopia (LINF) a todos os casos clínicos que se façam necessários									
Ação Nº 5 - Assegurar a avaliação de incapacidade física e o tratamento necessário a 100% dos pacientes da hanseníase									
18. Aumentar a proporção de ações de Vigilância Sanitária consideradas necessárias	Percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária consideradas necessárias a todos os municípios no ano	Percentual	2021	100,00	100,00	100,00	Proporção	0	0
Ação Nº 1 - Elevar em $\geq 10\%$, em relação ao ano anterior, o cadastro dos estabelecimentos sujeitos a VISA.									
Ação Nº 2 - Elevar em $\geq 10\%$, em relação ao ano anterior, a inspeção dos estabelecimentos sujeitos a VISA									
Ação Nº 3 - Realizar ≥ 1 atividade educativa por ano para a população em geral									
Ação Nº 4 - Realizar ≥ 1 atividade educativa por ano para o setor regulado									
Ação Nº 5 - Receber e processar 100% das denúncias									
Ação Nº 6 - Instaurar processo administrativo sanitário para 100% das infrações sanitárias apuradas									
19. Atingir cobertura de 70 % das inspeções em estabelecimentos comerciais e de interesse à saúde	Percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária consideradas necessárias a todos os municípios no ano	Percentual	2021	100,00	70,00	70,00	Percentual	0	0
Ação Nº 1 - Adquirir 02 (dois) veículos para uso exclusivo das ações VISA									
Ação Nº 2 - Elaborar 01 (um) caderno atualização de protocolo por ano para padronização de procedimentos administrativos e fiscais									
20. Implantar Programas de educação nas Escolas	Percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária consideradas necessárias a todos os municípios no ano	Percentual	2021	100,00	100,00	100,00	Percentual	0	0
Ação Nº 1 - Realizar 01 workshop por ano em 01 (um) com as Escolas do Município, tratando de tema de Educação Sanitária de interesse municipal.									
21. Atingir, no mínimo, 90% da proporção de análises pactuadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros cloro, turbidez e coliformes totais.	PROPORÇÃO DE ANÁLISES REALIZADAS EM AMOSTRAS DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO QUANTO AOS PARÂMETROS COLIFORMES TOTAIS, CLORO RESIDUAL LIVRE E TURBIDEZ	Taxa	2021	147,60	90,00	90,00	Percentual	159,00	176,67
Ação Nº 1 - Realizar vigilância dos Sistemas de Abastecimento de água e das Soluções Alternativas coletivas, atendendo a a Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade da Água para o Consumo Humano									
22. Realizar a Vigilância, de pelo menos 80%, dos Sistemas de Abastecimento de água para consumo humano do Município	PROPORÇÃO DE ANÁLISES REALIZADAS EM AMOSTRAS DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO QUANTO AOS PARÂMETROS COLIFORMES TOTAIS, CLORO RESIDUAL LIVRE E TURBIDEZ	Taxa	2021	147,60	80,00	80,00	Percentual	82,90	103,63
Ação Nº 1 - Monitorar, no mínimo, 80% dos estabelecimentos que utilizam captação própria de água para consumo humano.									
Ação Nº 2 - Realizar ao menos 01 seminário ou treinamento anual sobre qualidade da água para consumo humano e abordar as doenças relacionadas ao consumo humano da água									
Ação Nº 3 - Monitorar, pelo menos, 80% dos Sistemas de Abastecimentos de Água									
23. Alcançar 80% de cães vacinados contra a raiva	PROPORÇÃO DE CÃES VACINADOS NA CAMPANHA DE VACINAÇÃO ANTIRRÁBICA CANINA	Proporção	2021	72,50	80,00	80,00	Percentual	61,40	76,75

Ação Nº 1 - Realizar campanha de vacinação antirrábica animal										
24. Manter o índice de infestação predial para Aedes aegypti abaixo de 1%	PROPORÇÃO DE IMÓVEIS VISITADOS EM PELO MENOS 4 CICLOS DE VISITAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DA DENGUE	Proporção	2021	0,00	0,99	0,90	Percentual	1,00	111,11	
Ação Nº 1 - Realizar visita domiciliar para controle do Aedes aegypti, em pelo menos, 80% dos imóveis urbanos do município a cada ciclo de visitas.										
Ação Nº 2 - Realizar, no mínimo, 30 atividades em escolas da Rede Municipal de Educação sobre controle do Aedes										
Ação Nº 3 - Garantir execução de 100% dos Levantamentos de índice do Aedes aegypti preconizados pela Secretaria Estadual de Saúde										
Ação Nº 4 - Elaborar e/ou revisar Plano de Contingência de Arboviroses a cada dois anos.										
25. Assegurar a realização de 100% das ações de Vigilância Entomológica previstas para o período	PROPORÇÃO DE IMÓVEIS VISITADOS EM PELO MENOS 4 CICLOS DE VISITAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DA DENGUE	Proporção	2019	1,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00	
Ação Nº 1 - Realizar, pelo menos, 01 levantamento de fauna de vetores de interesse médico.										
Ação Nº 2 - Realizar, com base em dados epidemiológicos, o monitoramento de agravos e, se necessário e indicado, o controle de vetores, como: Flebotomíneos (leishmanioses), Anofelinos (malária), Triatomíneos (Doença de Chagas), Culicídeos; Moluscos (esquistossomose e outras doenças) e Carrapatos (Febre maculosa).										
Ação Nº 3 - Executar treinamento anual para os agentes de combate às endemias com foco nos aspectos biológicos e ecológicos de insetos vetores.										
26. Reduzir a incidência de casos de leptospirose	PROPORÇÃO DE IMÓVEIS VISITADOS EM PELO MENOS 4 CICLOS DE VISITAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DA DENGUE	Número	2019	1	25,00	25,00	Percentual	0	0	
Ação Nº 1 - Realizar, pelo menos, 04 ações mensais para aplicação de iscas raticidas em vias públicas.										
27. Aumentar em 40% o percentual das ações de Vigilância Ambiental realizadas no Território	PROPORÇÃO DE IMÓVEIS VISITADOS EM PELO MENOS 4 CICLOS DE VISITAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DA DENGUE	Número	2021	0	40,00	40,00	Percentual	100,00	250,00	
Ação Nº 1 - Adquirir bens permanentes e materiais de consumo para suprir as demandas da COVAM										
Ação Nº 2 - Reformar a antiga sede da FuSAR para implantação do Centro de Vigilância em Saúde, contemplando a Coordenação de Vig Ambiental e o Laboratório Municipal de Entomologia.										
Ação Nº 3 - Contratar RH necessário para suprir as demandas da COVAM, através de concurso público										
28. Investigar 100% das epizootias notificadas	PROPORÇÃO DE IMÓVEIS VISITADOS EM PELO MENOS 4 CICLOS DE VISITAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DA DENGUE	Número	2021	0	100,00	100,00	Percentual	97,50	97,50	
Ação Nº 1 - Realizar investigação de 100% dos casos de epizootias notificados (leishmaniose canina, esporotricose, febre amarela em primatas, raiva em animais de pequeno porte...) e intervir no território para impedir a propagação da zoonose evidenciada.										
29. Garantir a execução de 100% das ações preconizadas pelo Ministério da Saúde para o Programa VigiDesastres	PROPORÇÃO DE IMÓVEIS VISITADOS EM PELO MENOS 4 CICLOS DE VISITAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DA DENGUE	Número	2019	1	100,00	100,00	Percentual	0	0	
Ação Nº 1 - Revisar os Planos de contingência para atuação da Secretaria de Saúde na ocorrência de um desastre natural, tecnológico ou nuclear, a cada 02 anos.										
Ação Nº 2 - Participar do Exercício Geral/Parcial da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto.										
Ação Nº 3 - Promover, no mínimo, 01 treinamento para a Rede Municipal de Saúde sobre Radiações Ionizantes e, atuação da Saúde na ocorrência de um desastre nuclear.										
Ação Nº 4 - Promover, pelo menos, 01 encontro anual para discutir ações de saúde em situação de desastres naturais.										
Ação Nº 5 - Monitorar, diariamente, a previsão meteorológica alertando a Rede Municipal de Saúde sobre possíveis acumulados de chuvas ou outras intempéries climáticas.										
Ação Nº 6 - Monitorar, semestralmente, os estoques estratégicos de Iodeto de Potássio, disponíveis para uma possível emergência nuclear.										
Ação Nº 7 - Realizar, no mínimo, 01 levantamento anual de população vulnerável a solo e/ou ar contaminado.										
Ação Nº 8 - Participar, quando solicitado, de reuniões e grupos de trabalho sobre a temática dos desastres.										
OBJETIVO Nº 7.2 - Garantir o funcionamento de pelo menos um Centro de Referência de Saúde do Trabalhador (CEREST) por região de saúde										
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS	
1. ALCANÇAR 95% DE NOTIFICAÇÕES COM CAMPO OCUPAÇÃO NAS FICHAS DE NOTIFICAÇÃO DE AGRAVOS COM PREENCHIMENTO ADEQUADO	PROPORÇÃO DE PREENCHIMENTO DO CAMPO OCUPAÇÃO EM NOTIFICAÇÕES DE DRT	Proporção	2021	95,00	95,00	95,00	Percentual	97,50	102,63	
Ação Nº 1 - Atualizar cenário de Risco da Região da Baía da Ilha Grande sobre os principais agravos relacionados ao Trabalho										

Ação Nº 2 - Garantir equipe mínima do CEREST conforme previsto na Portaria MS nº 1206										
Ação Nº 3 - Promover, no mínimo, 02 capacitações para os Municípios da BIG com a finalidade de sensibilizar os profissionais sobre a importância e a finalidade do adequado preenchimento do campo ocupação nas fichas de notificação.										
2. REALIZAR, NO MÍNIMO, 80% DAS AÇÕES PROGRAMADAS	PROPORÇÃO DE AÇÕES DE PROMOÇÃO E ATENÇÃO EM SAÚDE DO TRABALHADOR REALIZADAS	Proporção	2021	80,00	80,00	80,00	Percentual	0	0	
Ação Nº 1 - Realizar, no mínimo, 03 ações de Educação em Saúde com grupos de trabalhadores de maior vulnerabilidade com o objetivo de levá-los a compreender os riscos e intervir sobre eles										
Ação Nº 2 - Prestar atendimento a trabalhadores vítimas de agravos (doenças e/ou acidentes) estabelecendo nexos causal, relacionados ao trabalho, buscando diagnósticos e referenciando para tratamentos especializados.										
Ação Nº 3 - Realizar, no mínimo, 02 cursos de formação complementar em Saúde do Trabalhador para a equipe do CEREST-BIG e Programas de Saúde do Trabalhador da Região de Saúde.										
Ação Nº 4 - Realizar, conforme previsto em legislação, ações de inspeção em ambiente de trabalho										
Ação Nº 5 - Analisar e gerar documentos sobre os ambientes de trabalho dos servidores da PMAR										
Ação Nº 6 - Apoiar, conforme legislação, ações de vigilância em Saúde do trabalhador nos 3 municípios da Região de Saúde										
Ação Nº 7 - Monitorar a execução dos recursos financeiros repassados ao CEREST BIG, para que os mesmos sejam destinados aos custos de ações previstas na programação de saúde do CEREST										

DIRETRIZ Nº 8 - Garantir e implementar gestão pública e direta com instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa e democrática, qualificada e resolutiva com participação social e financiamento estável.

OBJETIVO Nº 8.1 - Fortalecer a governança do SUS e aprimorar processos de contratualização, monitoramento e avaliação de serviços de saúde										
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS	
1. Ampliar em 15% o acesso a serviços de média e alta complexidade em tempo oportuno	Tempo médio (em dias) da fila espera para serviços de média e alta complexidade	Número	2021	210	15,00	15,00	Percentual	0	0	
Ação Nº 1 - Contratar serviço de análises laboratoriais										
Ação Nº 2 - Liberar laudos dos exames laboratoriais bem como a regulação pelo sistema de informação da regulação										
Ação Nº 3 - Gerenciar contratos de prestação de serviços de apoio diagnóstico e terapêutico para Rede de Municipal de Saúde e contratualizações hospitalares da rede pública e contratualizada										
Ação Nº 4 - Implantar serviço de média e alta complexidade em oftalmologia municipal										
Ação Nº 5 - Apresentação do estudo realizado pelo planejamento a respeito do déficit das especialidades ambulatoriais e exames para o gestor e ao CMS										
Ação Nº 6 - Gerenciar credenciamento de prestadores para realização dos exames de imagem, diagnóstico e biopsia, conforme estudo de oferta e demanda										
Ação Nº 7 - Implantar Componente Municipal de Auditoria, com equipe de, no mínimo, 12 auditores servidores públicos										
Ação Nº 8 - Monitorar mecanismos de acesso da população a serviços públicos de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde										
Ação Nº 9 - Criação de uma comissão com coordenação de regulação, direção da SUPCAR, especialistas da rede, Universidades e o controle social para elaboração dos protocolos de acesso da regulação municipal de saúde e publicação dos mesmos.										
2. Atingir 100% de análise das contas apresentadas	% DE CONTAS ANALISADAS NO QUADRIMESTRE	Percentual	2021	100,00	100,00	100,00	Percentual	0	0	
Ação Nº 1 - Buscar instrumentos para otimização das análises das contas										
3. Atingir 100% de análise das contas da competência a partir da apresentação final das contas até 30 dias	Média do tempo de resposta de análise das contas dos prestadores de serviço	Número	2021	30	100,00	100,00	Percentual	0	0	
Ação Nº 1 - Conferir a integridade e ordenação das contas apresentadas, em atendimento aos critérios estabelecidos para apresentação das contas										
Ação Nº 2 - Submeter a conta ao analista das contas										
Ação Nº 3 - Despachar o relatório de conclusão da análise em até 24h úteis à partir da data de sua emissão										
OBJETIVO Nº 8.2 - Aprimorar o processo de planejamento em saúde										
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS	
1. Elaborar 1 plano de saúde para o período 2022-2025	PROPORÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ELABORADOS	Proporção	2021	100,00	1	1	Número	1,00	100,00	
Ação Nº 1 - Realizar capacitação Regional sobre Planejamento no SUS										
Ação Nº 2 - Elaborar novo Plano Municipal de Saúde										
Ação Nº 3 - Apresentar Plano ao CMS										

Ação Nº 4 - Realizar monitoramento dos indicadores do PMS vigente										
2. Capacitar e habilitar 2 conselheiros municipais para utilização do DIGISUS Gestor	PROPORÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ELABORADOS	Proporção	2021	100,00	2	2	Número	0	0	
Ação Nº 1 - Realizar capacitação para conselheiros										
Ação Nº 2 - Atualizar informações e inserir resoluções (PAS) do CMS no DIGISUS										
3. Fazer 1 Programação de Saúde por ano – PAS (acompanhar e coordenar)	PROPORÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ELABORADOS	Proporção	2021	100,00	4	1	Número	1,00	100,00	
Ação Nº 1 - Reunir com as áreas técnicas										
Ação Nº 2 - Elaborar a Programação Anual de acordo com o Plano Municipal de Saúde.										
Ação Nº 3 - Apresentar no Conselho Municipal de Saúde.										
4. Elaborar 01 Relatório de Gestão por ano – RAG	PROPORÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ELABORADOS	Percentual	2021	100,00	4	1	Número	1,00	100,00	
Ação Nº 1 - Monitorar mensalmente ações programadas, recursos orçamentários e Preencher o sistema DIGISUS.										
Ação Nº 2 - Encaminhar Relatório Anual de Gestão ao Conselho Municipal de Saúde.										
5. Elaborar 03 Relatórios Quadrimestrais por ano	PROPORÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ELABORADOS	Percentual	2021	100,00	12	3	Número	3,00	100,00	
Ação Nº 1 - Consolidar informações e elaborar Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior										
OBJETIVO Nº 8.3 - Investir na construção, recuperação da infraestrutura e ambiência das unidades de saúde										
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS	
1. MELHORAR A ESTRUTURA FÍSICA DE 100% DAS UNIDADES SELECIONADAS	NÚMERO DE UNIDADES DA RAS COM INFRAESTRUTURA ADEQUADA	Número	2019	47	100,00	100,00	Percentual	0	0	
Ação Nº 1 - Aumentar equipe de manutenção para atender as Unidades da RAS										
Ação Nº 2 - Melhorar/Adequar a Infraestrutura das Unidades da RAS										
Ação Nº 3 - Realizar manutenção nos equipamentos odontológicos										
Ação Nº 4 - Adequar melhor infraestrutura de internet às unidades da RAS										
OBJETIVO Nº 8.4 - Fortalecer a atuação dos componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria										
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS	
1. Atender 70% das demandas inerentes ao Sistema Nacional de Auditoria	Percentual de demandas atingidas dentro dos critérios do Sistema Nacional de Auditoria	Percentual	2021	0,00	70,00	50,00	Percentual	0	0	
Ação Nº 1 - Capacitar demandantes										
Ação Nº 2 - Triar as demandas recebida										
Ação Nº 3 - Definir equipe adequada ao atendimento da demanda										
Ação Nº 4 - Executar fase analítica da Auditoria										
Ação Nº 5 - Executar fase operacional da Auditoria										
OBJETIVO Nº 8.5 - Fortalecer a Ouvidoria do SUS como um dos instrumentos de gestão e de avaliação dos usuários										
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS	
1. Aumento contínuo até 100% das manifestações	Percentual de respostas dentro do prazo estabelecido/ano.	Percentual	2021	80,00	100,00	90,00	Percentual	0	0	
Ação Nº 1 - Elaborar Relatórios da Ouvidoria da Secretaria de Saúde - SSA com disponibilização de informações quantitativas e qualitativas para gestão;										
Ação Nº 2 - Expandir a Ouvidoria Ativa para a Atenção Primária –SSA.SUAPR;										
Ação Nº 3 - Promover curso de capacitação para equipe da Ouvidoria.										
Ação Nº 4 - Acolher, analisar e responder as manifestações demandadas da Ouvidoria dentro do prazo estabelecido.										
OBJETIVO Nº 8.6 - Promover a educação permanente de profissionais de saúde, com vistas à maior eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão, vigilância e assistência à saúde										

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Implementar e fortalecer a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS)	PROPORÇÃO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE IMPLEMENTADAS E/OU REALIZADAS	Proporção	2021	90,00	100,00	70,00	Percentual	0	0
Ação Nº 1 - Formalizar o Núcleo de Educação Permanente em Saúde (NEPS) de acordo com a legislação									
Ação Nº 2 - Criar estrutura específica de Educação Permanente em Saúde no organograma, em consonância às estruturas do MS e SES/RJ - setor/área responsável pela coordenação e implementação da política de formação, qualificação e desenvolvimento dos seus profissionais e gestores.									
Ação Nº 3 - Formular, planejar e promover a gestão da Educação Permanente em Saúde no território									
Ação Nº 4 - Executar as ações regionais pactuadas remanescentes das Portarias GM/MS 2.953/2009, 2.200/2011 e 4.033/2010, CONFORME O PLANO REGIONAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE ATUALIZADO PARA 2022-2025.									
Ação Nº 5 - Investir em equipe técnica de Educação Permanente em Saúde									
Ação Nº 6 - Criar grupo de trabalho (GT) para acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações de Educação Permanente das áreas técnicas									
Ação Nº 7 - Capacitar/atualizar os profissionais da rede de assistência à saúde (RAS) nos temas relevantes									
Ação Nº 8 - Incentivar junto à rede de ensino, no âmbito municipal, a realização de ações educativas e de conhecimento do SUS									
Ação Nº 9 - Adquirir equipamentos e soluções de tecnologia e inovação digital para o ensino e reuniões à distância									
Ação Nº 10 - Regulamentar a utilização dos campos de prática e nível central para estágios obrigatórios de ensino Técnico e de graduação, internato e pós-graduação									
Ação Nº 11 - Regulamentar a atividade de preceptoria no âmbito da Secretaria de Saúde									
Ação Nº 12 - Capacitar os profissionais de saúde para a atividade de preceptoria									
Ação Nº 13 - Fomentar, coordenar e monitorar a realização de programas de estágio técnico, graduação e pós-graduação na rede de atenção à saúde (RAS)									
OBJETIVO Nº 8.7 - Fortalecer a participação popular e o controle social e sua atuação nas políticas públicas de saúde									
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. FORTALECER CONTROLE SOCIAL DO SUS	PROPORÇÃO DE CONSELHEIROS DE SAÚDE CAPACITADOS	Número	2021	200	100,00	100,00	Percentual	0	0
Ação Nº 1 - Realizar Estudo de impacto ao longo dos 4 anos de ampliação da Rede de Assistência à Saúde									
Ação Nº 2 - Apontar a Contratualização Sistemática via Concurso Público, de acordo com o estudo de viabilidade									
Ação Nº 3 - Apontar a aplicação dos recursos da Saúde Mental para qualificação dos recursos e reposição de RH para Saúde Mental via concurso público									
Ação Nº 4 - Apontar adequada aplicação do recurso COAPES									
Ação Nº 5 - Apontar adequação da estrutura física e da Assistência do CAPS II									
Ação Nº 6 - Apontar a necessidade de identificação de crianças com atraso de fala nas escolas sem captação adequada da SSA									
Ação Nº 7 - Contratação de equipe especializada para assessoramento do CMS e profissional contábil e Jurídico, homologados pelo CMS									
Ação Nº 8 - Preenchimento do quadro técnico da Secretaria do CMS									
Ação Nº 9 - Disponibilização de Ticket-refeição para os Conselheiros Municipais de Saúde									
Ação Nº 10 - Disponibilização de vale transporte para os Conselheiros Municipais de Saúde									
Ação Nº 11 - Disponibilização de diárias para os Conselheiros Municipais de Saúde que necessitem de acomodações para as reuniões do CMS									
Ação Nº 12 - Aquisição de dois veículos com motorista para deslocamento das atividades do CMS e de suas Comissões									
Ação Nº 13 - Aquisição de Notebook para o CMS									
Ação Nº 14 - Contratação de empresa para fornecimento de alimentos para serem utilizados em eventos promovidos pelo CMS									
Ação Nº 15 - Aquisição de mobiliário para o CMS									
Ação Nº 16 - Fortalecimento do Controle Social com a construção de agenda com atividade integrada entre os distritos e o CMS									
Ação Nº 17 - Realizar capacitação dos Conselheiros Municipais de Saúde e de sua equipe técnica, voltadas às suas demandas e especificidades									
Ação Nº 18 - Realização de duas Conferências temáticas									
Ação Nº 19 - Realização de Fóruns de discussão sobre a saúde municipal									
Ação Nº 20 - Realização de, no mínimo, duas oficinas da Comissão de Orçamento e Fiscalização do CMS									
Ação Nº 21 - Produção de material de apoio e de divulgação do respectivo número de eventos realizados pelo CMS									
Ação Nº 22 - Realização da 12ª Conferência Municipal de Saúde									
Ação Nº 23 - Transmissão de palestras, lives, reuniões através de lives pelo CMS									
Ação Nº 24 - Fornecimento de deslocação (incluindo passagens aéreas) e estadia para os conselheiros encontros Estaduais e nacionais									

Demonstrativo da vinculação das metas anualizadas com a Subfunção

Subfunções	Descrição das Metas por Subfunção	Meta programada para o exercício	Resultados
122 - Administração Geral	MELHORAR A ESTRUTURA FÍSICA DE 100% DAS UNIDADES SELECIONADAS	68,00	55,20
	FORTALECER CONTROLE SOCIAL DO SUS	100,00	0,00
	MELHORAR A ESTRUTURA FÍSICA DE 100% DAS UNIDADES SELECIONADAS	100,00	0,00
	Elaborar 1 plano de saúde para o período 2022-2025	1	1
	Ampliar em 15% o acesso a serviços de média e alta complexidade em tempo oportuno	15,00	0,00
	Reestruturar e reorganizar o processo de trabalho do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF)	4	2
	Capacitar e habilitar 2 conselheiros municipais para utilização do DIGISUS Gestor	2	0
	Reduzir internações por causas sensíveis à atenção básica	85,00	723,70
	Fazer 1 Programação de Saúde por ano – PAS (acompanhar e coordenar)	1	1
	Elaborar 01 Relatório de Gestão por ano – RAG	1	1
	Elaborar 03 Relatórios Quadrimestrais por ano	3	3
	301 - Atenção Básica	MELHORAR A ESTRUTURA FÍSICA DE 100% DAS UNIDADES SELECIONADAS	68,00
Incentivar o cadastro das pessoas com deficiência em 100% das Unidades de Atenção Primária		70,00	0,00
Reestruturar e reorganizar o processo de trabalho do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF)		4	2
Monitorar fornecimento de Próteses e órteses e Meios de Locomoção a 100% das solicitações		100,00	0,00
Efetivar o modelo CAPS enquanto ordenador da RAPS na integralidade do cuidado em saúde mental		50,00	0,97
Reduzir internações por causas sensíveis à atenção básica		85,00	723,70
Aumentar a cobertura populacional estimada pelas equipes de Saúde Bucal		60,00	19,80
Aumentar em 20% ao ano Unidades de Saúde atuando no Programa de Tabagismo		9,60	4,00
Aumentar a média de ação coletiva de escovação dental supervisionada		1,50	0,04
Contribuir na construção do Projeto terapêutico singular de indivíduos com deficiência junto a atenção primária de saúde e em parceria com o Centro de Reabilitação Municipal, em pelo menos uma unidade de saúde por Distrito Sanitário, por ano, considerando casos de maior entrave na rede.		5	0
Atíngir 100% das Gestantes com no mínimo 1 consulta odontológica		60,00	21,00
Aumentar em 20% ao ano atividades que estimulem adoção de comportamento saudável		54,00	0,54
Garantir cobertura de preventivo em 80% das mulheres na faixa etária entre 25 a 64 anos		42,00	0,21
Qualificar 100% dos profissionais da rede básica para o correto atendimento à saúde do homem		100,00	100,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		Aumentar a quantidade de atendimentos ambulatoriais de especialidades	60,00
	Implementar e fortalecer a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS)	70,00	0,00
	Aumento contínuo até 100% das manifestações	90,00	0,00
	Atender 70% das demandas inerentes ao Sistema Nacional de Auditoria	50,00	0,00
	Ampliar em 15% o acesso a serviços de média e alta complexidade em tempo oportuno	15,00	0,00
	ALCANÇAR 95% DE NOTIFICAÇÕES COM CAMPO OCUPAÇÃO NAS FICHAS DE NOTIFICAÇÃO DE AGRAVOS COM PREENCHIMENTO ADEQUADO	95,00	97,50
	Monitorar 100% das unidades da rede de saúde com serviço de notificação de violência implantado	95,00	69,10
	Realizar 01 reunião por semestre	2	0
	Incentivar o cadastro das pessoas com deficiência em 100% das Unidades de Atenção Primária	70,00	0,00
	Aumentar o monitoramento em 100% da oferta dos serviços de acompanhamento (consultas de especialidades, procedimentos e exames)	100,00	287,20
	Implementar 100% a assistência em saúde sexual e reprodutiva, no âmbito da atenção integral a saúde do homem.	100,00	61,54
	Aumentar em 5% ao ano o percentual de parto normal	49,00	36,60
	Implantar novos pontos de atenção em saúde mental e atender, em tempo hábil, 100% da demanda em saúde mental	100,00	65,50
	Reduzir a taxa de reinternações em 20%	10,00	37,76
	Adequar em 90% a estrutura física das U.U.E para o atendimento pré-hospitalar fixo	90,00	61,20
	100% de cobertura de atendimento à população indígena	100,00	33,30
	Diminuir em 10% a média do tempo de espera dos usuários em fila de espera	10,00	65,00

Aumentar a oferta de serviço de especialidades odontológicas do CEO	0,07	7,29
Atingir 100% de análise das contas apresentadas	100,00	0,00
REALIZAR, NO MÍNIMO, 80% DAS AÇÕES PROGRAMADAS	80,00	0,00
Realizar 02 eventos ao ano	2	0
Monitorar fornecimento de Próteses e órteses e Meios de Locomoção a 100% das solicitações	100,00	0,00
Aumentar em 5% /ano o nº de gestantes e crianças menores de 10 anos cadastradas no SISVAN com registro de dados antropométricos	26,00	0,00
AUMENTO DA OFERTA DOS PROCEDIMENTOS DE MÉTODOS DEFINITIVOS DE PLANEJAMENTO REPRODUTIVO	150	124
Redução de 10% do número de óbitos prematuros em mulheres em decorrência da gestação/puerpério e patologias ginecológicas	0	213
Efetivar o modelo CAPS enquanto ordenador da RAPS na integralidade do cuidado em saúde mental	50,00	0,97
Aumentar a cobertura do serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192)	100,00	6,19
Aumentar a resolutividade dos casos em 100%	100,00	25,00
Adequar 100% dos equipamentos necessários para os processos do ciclo do sangue do Hemonúcleo	85,00	100,00
Atingir 100% de análise das contas da competência a partir da apresentação final das contas até 30 dias	100,00	0,00
Realizar 01 capacitação ao ano	10	0
01 Centro de Atendimento Integral para pessoa com Transtorno do Aspecto Autista implantado	0	0
Aumentar a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo 07 consultas de pré-natal	75,00	75,60
Atingir o atendimento de 100% da PSR atendida pelo CnaR em todos os equipamentos necessários da RAPS / AP	100,00	30,00
AUMENTAR EM 10% O TOTAL DE CAPACITADOS DA RUE EM APH POR ANO E REVALIDAR AS CERTIFICAÇÕES DO SAMU 192 A CADA DOIS ANOS	10,00	52,00
Alcançar ao menos 70% dos indicadores do PSE propostos pelo MS	70,00	100,00
Elevar em 10% ao ano as taxas de coleta de sangue do Hemonúcleo	10,00	0,00
01 CER tipo II habilitado	0	0
Aumentar em 20% ao ano Unidades de Saúde atuando no Programa de Tabagismo	9,60	4,00
Promover captação precoce de 100% das gestantes	100,00	59,12
Adequar em 100% a estrutura física da UPA AGDA MARIA	100,00	100,00
Cadastrar e qualificar o processo de assistência em 75% dos adolescentes residentes no âmbito da Atenção Primária à Saúde	75,00	69,13
Informatizar 100% dos processos do Hemonúcleo	70,00	100,00
Contribuir na construção do Projeto terapêutico singular de indivíduos com deficiência junto a atenção primária de saúde e em parceria com o Centro de Reabilitação Municipal, em pelo menos uma unidade de saúde por Distrito Sanitário, por ano, considerando casos de maior entrave na rede.	5	0
Alcançar a razão 0,58 de cobertura de mamografia em mulheres na idade alvo anualmente	0,23	0,21
Atingir 100% da Cobertura do Programa Nacional de Triagem Neonatal no município	90,00	60,70
Adequar 100% dos fluxos assistenciais da UPA AGDA MARIA	100,00	100,00
Ampliar em 10% a oferta de leitos	3,00	3,29
Aumentar em 20% ao ano atividades que estimulem adoção de comportamento saudável	54,00	0,54
REDUZIR A TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL	8,80	15,00
Adequar 100% dos processos de trabalho da UPA AGDA MARIA	100,00	10,00
Reorganizar os ambulatórios e serviços especializados, agregando-os por linha de cuidado.	100,00	3,29
Garantir cobertura de preventivo em 80% das mulheres na faixa etária entre 25 a 64 anos	42,00	0,21
Testar 100% das gestantes vinculadas ao SUS para sífilis	100,00	35,00
Fomentar as ações do Programa de Humanização HUMANIZA-SUS PROGRAMA DE METAS	100,00	1,00
Qualificar 100% dos profissionais da rede básica para o correto atendimento à saúde do homem	100,00	100,00
Aumentar adesão a Projetos do Ministério da Saúde e Secretaria de estado da Saúde para aquisição de equipamentos/construção/reformas	50,00	2,00
AUMENTAR A PROPORÇÃO DE CURA DE CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE PULMONAR BACILÍFERA	85,00	79,06
Garantir abastecimento mínimo de 95% dos insumos e medicamentos	95,00	100,00
AUMENTAR A PROPORÇÃO DE EXAME ANTI-HIV REALIZADOS ENTRE OS CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE	80,00	92,39
Aumentar em 25% a proporção de cirurgias eletivas em relação ao total de cirurgias	71,00	16,00
Ampliar o número de leitos de internação para atendimento de casos suspeitos e confirmados de COVID 19 e outras doenças sintomáticas respiratórias	20	20
Implementar ações de educação permanente para qualificação dos profissionais	1	28

303 - Suporte Profilático e Terapêutico	SISTEMA HORUS IMPLANTADO	0,00	0,00
	REDUZIR JUDICIALIZAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS E GARANTIR ACESSO DA POPULAÇÃO À ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	0,00	0,00
305 - Vigilância Epidemiológica	100% das Respostas às emergências epidemiológicas	100,00	100,00
	Reduzir a zero o número de óbitos maternos	0	0
	Investigar 100% de óbitos infantis e fetais	100,00	86,50
	Investigar 100% de óbitos maternos	100,00	0,00
	Investigar 100% de óbitos de mulheres em idade fértil	100,00	78,20
	Reduzir a zero a incidência de sífilis congênita	7	42
	100% DE VACINAS DO CALENDÁRIO BÁSICO DE VACINAÇÃO DA CRIANÇA COM COBERTURAS VACINAIS ALCANÇADAS	100,00	0,00
	Estruturar a Rede de Frio de Angra dos Reis	100,00	0,00
	AUMENTAR A PROPORÇÃO DE REGISTRO DE ÓBITOS COM CAUSA BÁSICA DEFINIDA	95,00	94,50
	AUMENTAR A PROPORÇÃO DE CASOS DE DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA IMEDIATA (DNCI) ENCERRADAS EM ATÉ 60 DIAS APÓS NOTIFICAÇÃO	100,00	91,70
	Manter busca ativa dos agravos de notificação compulsória em todas as Unidades de Saúde em abito municipal	100,00	0,00
	REDUZIR NÚMERO DE CASOS NOVOS DE AIDS EM MENORES DE 5 ANOS	0	0
	Aumentar proporção de usuários com carga viral indetectável para 90%	90,00	51,30
	Aumentar a Proporção de casos com encerramento oportuno através do marcador HCV-RNA dos casos notificados de Hepatite C com Anti-HCV reagente	90,00	66,70
	AUMENTAR A PROPORÇÃO DE CURA DOS CASOS NOVOS DE HANSENÍASE DIAGNOSTICADOS NOS ANOS DAS COORTES	100,00	100,00
	Aumentar a proporção de ações de Vigilância Sanitária consideradas necessárias	100,00	0,00
	Atingir cobertura de 70 % das inspeções em estabelecimentos comerciais e de interesse à saúde	70,00	0,00
	Implantar Programas de educação nas Escolas	100,00	0,00
	Atingir, no mínimo, 90% da proporção de análises pactuadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros cloro, turbidez e coliformes totais.	90,00	159,00
	Realizar a Vigilância, de pelo menos 80%, dos Sistemas de Abastecimento de água para consumo humano do Município	80,00	82,90
	Alcançar 80% de cães vacinados contra a raiva	80,00	61,40
	Manter o índice de infestação predial para Aedes aegypti abaixo de 1%	0,90	1,00
	Assegurar a realização de 100% das ações de Vigilância Entomológica previstas para o período	100,00	100,00
Reduzir a incidência de casos de leptospirose	25,00	0,00	
Aumentar em 40% o percentual das ações de Vigilância Ambiental realizadas no Território	40,00	100,00	
Investigar 100% das epizootias notificadas	100,00	97,50	
Garantir a execução de 100% das ações preconizadas pelo Ministério da Saúde para o Programa VigiDesastres	100,00	0,00	
306 - Alimentação e Nutrição	Atingir a cobertura de 70% do acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Auxílio Brasil (PAB)	70,00	63,40
	Reduzir em 5% /ano o nº dos usuários com excesso de peso cadastrados no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.	56,00	0,00

Demonstrativo da Programação de Despesas com Saúde por Subfunção, Categoria Econômica e Fonte de Recursos

Subfunções	Categoria Econômica	Recursos ordinários - Fonte Livre (R\$)	Receita de impostos e de transferência de impostos (receita própria - R\$)	Transferências de fundos à Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Federal (R\$)	Transferências de fundos ao Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Estadual (R\$)	Transferências de convênios destinados à Saúde (R\$)	Operações de Crédito vinculadas à Saúde (R\$)	Royalties do petróleo destinados à Saúde (R\$)	Outros recursos destinados à Saúde (R\$)	Total(R\$)
0 - Informações Complementares	Corrente	N/A	N/A	N/A	1.000,00	116.000,00	N/A	N/A	N/A	117.000,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
122 - Administração Geral	Corrente	N/A	1.990.000,00	1.637.000,00	N/A	80.000,00	N/A	N/A	N/A	3.707.000,00
	Capital	N/A	45.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	45.000,00
301 - Atenção Básica	Corrente	N/A	185.418.900,00	19.901.000,00	1.866.666,00	610.000,00	N/A	N/A	N/A	207.796.566,00
	Capital	N/A	3.150.000,00	2.235.000,00	798.334,00	4.100.000,00	N/A	1.082.000,00	N/A	11.365.334,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	N/A	78.574.100,00	80.486.000,00	2.126.000,00	2.075.000,00	N/A	N/A	N/A	163.261.100,00
	Capital	N/A	50.000,00	789.000,00	N/A	350.000,00	N/A	N/A	N/A	1.189.000,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	N/A	N/A	1.217.000,00	488.750,00	N/A	N/A	N/A	N/A	1.705.750,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	86.250,00	N/A	N/A	N/A	N/A	86.250,00
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	N/A	N/A	290.000,00	100.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	390.000,00
	Capital	N/A	N/A	16.000,00	100.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	116.000,00
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	N/A	N/A	1.706.000,00	275.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	1.981.000,00
	Capital	N/A	N/A	128.000,00	100.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	228.000,00
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	N/A	N/A	25.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	25.000,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
 Data da consulta: 09/05/2023.

- Análises e Considerações sobre Programação Anual de Saúde - PAS

1. Programação Anual de Saúde - PAS

A pactuação de responsabilidades e metas é parte indissociável do processo do planejamento em saúde. Anualmente, municípios, estados e governo federal definem e pactuam metas para um conjunto de indicadores. Estas metas representam as responsabilidades dos gestores, buscando viabilizar o seu cumprimento e a qualificação de áreas estratégicas para a saúde.

As metas expressam compromisso para alcançar objetivos. Para estabelecê-las, alguns fatores devem ser considerados: desempenho em anos anteriores em cada indicador; compreensão do estágio atual e a factibilidade para o seu cumprimento, levando-se em consideração a disponibilidade dos recursos necessários, a capacidade organizacional e os condicionantes políticos e econômicos no período.

Os indicadores são parte da análise situacional que se desdobrou nas ações e serviços de saúde planejadas no Plano de Saúde e anualizadas na Programação Anual de Saúde. Indicadores do programa federal de financiamento da atenção primária, o Previner Brasil; indicadores do programa de financiamento estadual, o Prefaps; e indicadores do rol da Deliberação CIB-RJ Nº 7041 de 10 de novembro de 2022 compõem os indicadores que monitoram as ações programadas.

Na atenção básica, a cobertura do serviço deve ser alcançada em 100% da população, segundo a proposta do novo método de cálculo deste indicador. No entanto, as dificuldades para realização das ações propostas ocorreram em função do impasse para aquisição dos materiais e equipamentos destinados a estas atividades e do déficit de recursos humanos. As ações não implementadas em 2022 foram reprogramadas no plano de ação 2023, algumas ainda em razão da pandemia.

Em 2022, ainda ressoam as adversidades causadas pela pandemia. Mesmo com retomada dos serviços, porém motivada por dificuldades que geraram impacto nas ações de saúde em todos os níveis de assistência. As principais dificuldades encontradas durante o ano de 2022 para a realização das atividades:

- Falta de RH;
- Violência presente em alguns bairros do município.
- Baixa adesão popular à vacinação
- Problemas com o sistema de informação na realização dos registros na Atenção Primária

Vide o Anexo I para acessar a Programação Anual de Saúde 2022 avaliada.

7.1 Análise da estrutura da Programação Anual de Saúde 2022:

Eixo I - Assistência à Saúde				
Diretriz	Objetivo	Indicador	Metas	Ações
6	15	59	62	313
Eixo II - Vigilância em Saúde				
Diretriz	Objetivo	Indicador	Metas	Ações
1	2	21	31	115
Eixo III - Gestão em Saúde				
Diretriz	Objetivo	Indicador	Metas	Ações
1	7	9	13	95
Total				
Diretriz	Objetivo	Indicador	Metas	Ações
8	24	89	106	523

7.2 Análise de resolutividade da Programação Anual de Saúde 2022:

Eixo I - Assistência à Saúde		
< 50 % do cumprimento da meta ou não desenvolvidas	Ações desenvolvidas parcialmente	Ações Concluídas ou Executadas
17%	23%	37%
52	72	115
Eixo II - Vigilância em Saúde		
7%	17%	3%
8	19	3
Eixo III - Gestão em Saúde		
13%	15%	20%
12	14	19

8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

O processo de Pactuação Interfederativa de Indicadores foi **descontinuado** com a revogação da Resolução nº 8/2016 a partir da publicação da Resolução de Consolidação CIT nº 1/2021.
Para mais informações, consultar a **Nota Técnica nº 20/2021-DGIP/SE/MS**

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 09/05/2023.

9. Execução Orçamentária e Financeira

9.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica

Despesa Total em Saúde por Fonte e Subfunção											
Subfunções		Recursos Ordinários - Fonte Livre	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Transferências de Convênios destinadas à Saúde	Operações de Crédito vinculadas à Saúde	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	Royalties do Petróleo destinados à Saúde	Outros Recursos Destinados à Saúde	TOTAL
301 - Atenção Básica	Corrente	178.567,08	200.491.095,61	17.402.630,25	5.233.516,39	673.761,36	0,00	0,00	0,00	0,00	223.979.570,69
	Capital	380.446,75	756.181,55	865.558,25	0,00	569.322,83	0,00	0,00	0,00	0,00	2.571.509,38
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	9.048.980,30	137.139.587,30	71.057.308,21	31.867.448,96	2.048,31	0,00	0,00	0,00	0,00	249.115.373,08
	Capital	22.951,80	589.287,79	859.894,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.472.134,57
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	0,00	0,00	1.215.864,92	2.218.250,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.434.115,70
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	0,00	0,00	185.179,02	31.697,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	216.876,42
	Capital	0,00	0,00	0,00	466.463,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	466.463,00
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	0,00	0,00	661.581,76	168.634,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	830.216,21
	Capital	0,00	0,00	0,00	747.359,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	747.359,00
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	0,00	0,00	3.155,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.155,04
	Capital	0,00	0,00	54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.000,00
Outras Subfunções	Corrente	499.279,69	2.171.634,08	1.209.979,83	220.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.115.893,60
	Capital	979.199,90	13.060,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	992.259,90
TOTAL		11.109.425,52	341.160.846,33	93.515.152,26	40.953.369,98	1.260.132,50	0,00	0,00	0,00	0,00	487.998.926,59

(*) ASPs: Ações e Serviços Públicos em Saúde

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 09/05/2023.

9.2. Indicadores financeiros

Indicadores do Ente Federado		
Indicador		Transmissão
		Única
1.1	Participação da receita de impostos na receita total do Município	13,15 %
1.2	Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Município	70,84 %
1.3	Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Município	8,32 %
1.4	Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Município	69,43 %
1.5	Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Município	18,98 %
1.6	Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Município	54,63 %
2.1	Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob a responsabilidade do Município, por habitante	R\$ 2.321,91
2.2	Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	42,95 %
2.3	Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	0,01 %
2.4	Participação da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	30,02 %
2.5	Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	1,29 %
2.6	Despesas com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	15,45 %
3.1	Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde	29,03 %
3.2	Participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC141/2012	24,75 %

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 09/05/2023.

9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	255.542.000,00	255.542.000,00	315.538.380,44	123,48
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	86.337.000,00	86.337.000,00	99.987.830,33	115,81
IPTU	86.337.000,00	86.337.000,00	99.987.830,33	115,81
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	15.580.000,00	15.580.000,00	15.069.873,12	96,73
ITBI	15.580.000,00	15.580.000,00	15.069.873,12	96,73
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	95.875.000,00	95.875.000,00	121.857.915,86	127,10
ISS	95.875.000,00	95.875.000,00	121.857.915,86	127,10
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	57.750.000,00	57.750.000,00	78.622.761,13	136,14
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	732.075.000,00	732.075.000,00	995.059.218,27	135,92
Cota-Parte FPM	72.000.000,00	72.000.000,00	112.133.518,94	155,74
Cota-Parte ITR	75.000,00	75.000,00	64.204,15	85,61
Cota-Parte do IPVA	14.000.000,00	14.000.000,00	20.666.055,78	147,61
Cota-Parte do ICMS	636.000.000,00	636.000.000,00	841.336.923,59	132,29
Cota-Parte do IPI - Exportação	10.000.000,00	10.000.000,00	20.858.515,81	208,59
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	987.617.000,00	987.617.000,00	1.310.597.598,71	132,70

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (g)	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100		
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	188.568.900,00	206.049.522,80	201.247.277,16	97,67	198.404.611,15	96,29	197.168.306,31	95,69	2.842.666,01	
Despesas Correntes	185.418.900,00	204.286.757,61	200.491.095,61	98,14	197.820.149,54	96,83	196.599.845,72	96,24	2.670.946,07	
Despesas de Capital	3.150.000,00	1.762.765,19	756.181,55	42,90	584.461,61	33,16	568.460,59	32,25	171.719,94	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	78.624.100,00	143.744.040,45	137.728.875,09	95,82	122.468.795,70	85,20	122.459.815,40	85,19	15.260.079,39	
Despesas Correntes	78.574.100,00	143.049.040,45	137.139.587,30	95,87	122.204.856,99	85,43	122.203.878,69	85,43	14.934.730,31	
Despesas de Capital	50.000,00	695.000,00	589.287,79	84,79	263.938,71	37,98	255.936,71	36,83	325.349,08	
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	2.035.000,00	2.907.196,57	2.184.694,08	75,15	2.072.984,18	71,31	2.048.984,18	70,48	111.709,90	
Despesas Correntes	1.990.000,00	2.862.196,57	2.171.634,08	75,87	2.059.964,18	71,97	2.035.964,18	71,13	111.669,90	
Despesas de Capital	45.000,00	45.000,00	13.060,00	29,02	13.020,00	28,93	13.020,00	28,93	40,00	
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	269.228.000,00	352.700.759,82	341.160.846,33	96,73	322.946.391,03	91,56	321.677.105,89	91,20	18.214.455,30	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS					DESPESAS EMPENHADAS (d)		DESPESAS LIQUIDADAS (e)		DESPESAS PAGAS (f)	
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)					341.160.846,33		322.946.391,03		321.677.105,89	
(-) Restos a Pagar Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)					16.687.730,83		N/A		N/A	
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)					0,00		0,00		0,00	

(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	324.473.115,50	322.946.391,03	321.677.105,89
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			196.589.639,80
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			N/A
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	127.883.475,70	126.356.751,23	125.087.466,09
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	24,75	24,64	24,54

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXERCÍCIO DO EMPENHO ²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIII d)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2022	196.589.639,80	324.473.115,50	127.883.475,70	19.483.740,44	16.687.730,83	0,00	0,00	19.483.740,44	0,00	144.571.206,53
Empenhos de 2021	144.599.774,45	285.224.961,77	140.625.187,32	0,00	23.035.077,62	0,00	0,00	0,00	0,00	163.660.264,94
Empenhos de 2020	83.085.801,39	216.169.865,74	133.084.064,35	0,00	9.794.506,04	0,00	0,00	0,00	0,00	142.878.570,39
Empenhos de 2019	45.550.013,84	84.000.000,00	38.449.986,16	0,00	140.939.997,36	0,00	0,00	0,00	0,00	179.389.983,52
Empenhos de 2018	94.330.353,55	189.729.085,10	95.398.731,55	0,00	8.901.837,71	0,00	0,00	0,00	0,00	104.300.569,26
Empenhos de 2017	83.984.092,69	195.965.923,30	111.981.830,61	0,00	4.896.141,53	0,00	0,00	0,00	0,00	116.877.972,14
Empenhos de 2016	90.253.572,99	196.538.807,50	106.285.234,51	0,00	9.657.429,89	0,00	0,00	0,00	0,00	115.942.664,40
Empenhos de 2015	89.849.533,98	187.769.868,55	97.920.334,57	0,00	12.820.053,67	0,00	0,00	0,00	0,00	110.740.388,24
Empenhos de 2014	83.779.243,72	191.590.279,02	107.811.035,30	0,00	17.335.260,07	0,00	0,00	0,00	0,00	125.146.295,37
Empenhos de 2013	73.387.845,56	166.831.413,95	93.443.568,39	0,00	2.264.948,84	0,00	0,00	0,00	0,00	95.708.517,23

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "r") **0,00**

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior) **0,00**

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012) **0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) ¹ (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a ser compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2021 a ser compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a ser compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXIX)	109.861.000,00	109.861.000,00	141.649.083,13	128,93
Provenientes da União	107.810.000,00	107.810.000,00	98.352.767,98	91,23
Provenientes dos Estados	2.051.000,00	2.051.000,00	43.296.315,15	2.110,99
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXII) = (XXIX + XXX + XXXI)	109.861.000,00	109.861.000,00	141.649.083,13	128,93

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXIII)	31.817.000,00	51.626.476,30	25.303.802,91	49,01	19.730.367,87	38,22	19.730.367,87	38,22	5.573.435,04
Despesas Correntes	22.377.666,00	44.650.436,82	23.488.475,08	52,61	18.574.912,53	41,60	18.574.912,53	41,60	4.913.562,55
Despesas de Capital	9.439.334,00	6.976.039,48	1.815.327,83	26,02	1.155.455,34	16,56	1.155.455,34	16,56	659.872,49
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIV)	85.826.000,00	147.263.156,06	112.858.632,56	76,64	94.576.924,15	64,22	94.552.325,65	64,21	18.281.708,41
Despesas Correntes	84.687.000,00	143.450.437,25	111.975.785,78	78,06	93.982.219,62	65,52	93.957.621,12	65,50	17.993.566,16
Despesas de Capital	1.139.000,00	3.812.718,81	882.846,78	23,16	594.704,53	15,60	594.704,53	15,60	288.142,25
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXV)	1.792.000,00	3.606.142,97	3.434.115,70	95,23	2.052.795,10	56,92	2.052.795,10	56,92	1.381.320,60
Despesas Correntes	1.705.750,00	3.519.892,97	3.434.115,70	97,56	2.052.795,10	58,32	2.052.795,10	58,32	1.381.320,60
Despesas de Capital	86.250,00	86.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXVI)	506.000,00	1.287.162,00	683.339,42	53,09	161.168,21	12,52	161.168,21	12,52	522.171,21
Despesas Correntes	390.000,00	723.663,00	216.876,42	29,97	161.168,21	22,27	161.168,21	22,27	55.708,21
Despesas de Capital	116.000,00	563.499,00	466.463,00	82,78	0,00	0,00	0,00	0,00	466.463,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVII)	2.209.000,00	3.736.325,70	1.577.575,21	42,22	680.613,64	18,22	680.613,64	18,22	896.961,57
Despesas Correntes	1.931.000,00	2.600.435,64	830.216,21	31,93	680.613,64	26,17	680.613,64	26,17	149.602,57
Despesas de Capital	278.000,00	1.135.890,06	747.359,00	65,80	0,00	0,00	0,00	0,00	747.359,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVIII)	25.000,00	148.000,00	57.155,04	38,62	0,00	0,00	0,00	0,00	57.155,04
Despesas Correntes	25.000,00	25.000,00	3.155,04	12,62	0,00	0,00	0,00	0,00	3.155,04
Despesas de Capital	0,00	123.000,00	54.000,00	43,90	0,00	0,00	0,00	0,00	54.000,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXIX)	1.834.000,00	3.459.859,84	2.923.459,42	84,50	2.295.507,73	66,35	2.295.507,73	66,35	627.951,69
Despesas Correntes	1.834.000,00	2.477.639,84	1.944.259,52	78,47	1.322.517,83	53,38	1.322.517,83	53,38	621.741,69
Despesas de Capital	0,00	982.220,00	979.199,90	99,69	972.989,90	99,06	972.989,90	99,06	6.210,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XL) = (XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII + XXXIX)	124.009.000,00	211.127.122,87	146.838.080,26	69,55	119.497.376,70	56,60	119.472.778,20	56,59	27.340.703,56

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XLI) = (IV + XXXIII)	220.385.900,00	257.675.999,10	226.551.080,07	87,92	218.134.979,02	84,65	216.898.674,18	84,17	8.416.101,05
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLII) = (V + XXXIV)	164.450.100,00	291.007.196,51	250.587.507,65	86,11	217.045.719,85	74,58	217.012.141,05	74,57	33.541.787,80

SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLIII) = (VI + XXXV)	1.792.000,00	3.606.142,97	3.434.115,70	95,23	2.052.795,10	56,92	2.052.795,10	56,92	1.381.320,60
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIV) = (VII + XXXVI)	506.000,00	1.287.162,00	683.339,42	53,09	161.168,21	12,52	161.168,21	12,52	522.171,21
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLV) = (VIII + XXXVII)	2.209.000,00	3.736.325,70	1.577.575,21	42,22	680.613,64	18,22	680.613,64	18,22	896.961,57
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLVI) = (IX + XXXVIII)	25.000,00	148.000,00	57.155,04	38,62	0,00	0,00	0,00	0,00	57.155,04
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVII) = (X + XXXIX)	3.869.000,00	6.367.056,41	5.108.153,50	80,23	4.368.491,91	68,61	4.344.491,91	68,23	739.661,59
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVIII) = (XI + XL)	393.237.000,00	563.827.882,69	487.998.926,59	86,55	442.443.767,73	78,47	441.149.884,09	78,24	45.555.158,86
(-) Despesas da Fonte: Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	122.927.000,00	198.188.025,27	135.728.654,74	68,48	109.847.864,01	55,43	109.823.265,51	55,41	25.880.790,73
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLIX)	270.310.000,00	365.639.857,42	352.270.271,85	96,34	332.595.903,72	90,96	331.326.618,58	90,62	19.674.368,13

FONTE: SIOPS, Rio de Janeiro 25/04/23 12:35:31

1 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

2 - Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

3 - Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho

Bloco de Financiamento	Programas de Trabalho	Valor Transferido em 2022 (Fonte: FNS)	Valor Executado
Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde (INVESTIMENTO)	1030150198581 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE	R\$ 1.149.967,00	R\$ 0,00
	1030250188535 - ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	R\$ 289.094,00	0,00
Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (CUSTEIO)	10128502120YD - EDUCACAO E FORMACAO EM SAUDE	R\$ 29.102,50	0,00
	103015019219A - PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R\$ 17.018.532,88	0,00
	10301501921CE - IMPLEMENTACAO DE POLITICAS DE ATENCAO ESPECIALIZADA A SAUDE	R\$ 34.497,48	0,00
	1030150192E89 - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE PARA CUMPRIMENTO DAS METAS - NACIONAL	R\$ 300.000,00	0,00
	1030250182E90 - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL PARA CUMPRIMENTO DAS METAS - NACIONAL	R\$ 300.000,00	0,00
	1030250188585 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	R\$ 70.989.235,09	0,00
	10303501720AE - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R\$ 1.394.202,84	0,00
	10304502320AB - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R\$ 154.510,60	0,00
	10305502320AL - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R\$ 3.609.087,53	0,00
	10306503320QH - IMPLEMENTAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA SAÚDE	R\$ 30.000,00	0,00

Fonte: Fundo Nacional de Saúde (FNS)

1 - Os valores pagos em outro exercício fiscal mesmo tendo sua memória de cálculo e ano anterior, não estarão sendo computados para aquela prestação de contas.

2 - Para efeitos de despesa executada deve ser considerada a despesa empenhada no exercício fiscal.

9.5. Covid-19 Repasse União

Quadro demonstrativo da transferência de recursos advindos da união para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)			
Descrição do recurso	SALDO DO RECURSO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (31/12/2021)	RECURSOS DIRECIONADOS NO EXERCÍCIO ATUAL ATÉ O BIMESTRE	SALDO TOTAL
Recursos advindos da transferência da União repassados pelo FNS conf. Portarias específicas nos blocos de manutenção e estruturação para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	23.623.451,69	0,00	23.623.451,69
Recursos advindos da transferência da União repassados pelo FNS nos blocos de manutenção e estruturação não específicas para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	0,00	1.658.403,36	1.658.403,36
Recursos advindos de transposição de saldos financeiros de exercícios anteriores provenientes de repasses federais do FNS aos fundos de saúde dos estados, DF e municípios conf. LC 172/2020.	0,00	0,00	0,00

Recursos advindos da União, na forma de auxílio financeiro, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2020, e em ações de enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19). Conforme LC 173/2020	2.316.065,70	0,00	2.316.065,70
Recursos advindos da União, na forma de prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). MP 938/2020	0,00	0,00	0,00
Outros recursos advindos de transferências da União	0,00	0,00	0,00
Total de recursos advindos de transferência da união para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - CORONAVIRUS (COVID-19)	25.939.517,39	1.658.403,36	27.597.920,75

Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)

Descrição das Subfunções/Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Administração Geral	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	2.022.150,00	2.022.150,00	2.022.150,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.872.235,49	5.680.161,43	5.680.161,43
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00
Total	7.894.385,49	7.702.311,43	7.702.311,43

CONTROLE DA EXECUÇÃO DE R

Descrição das Subfunções/Despesas	Inscrição em 2022 - RPs processados (a)	Inscrição em 2022 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2022 - Saldo total (c) = a+b	Inscrição em 2021 - RPs processados (a)	Inscrição em 2021 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2021 - Saldo total (c) = a+b	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Pago (d)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Cancelado (e)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Liquidado* (f)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Pago (g)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Cancelado (h)	Saldo até o bimestre (Rps inscritos em 2021) - Saldo até o bimestre - RPs processados i= (a - d - e)	Sa
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	2.440.597,23	2.440.597,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.4
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	2.440.597,23	2.440.597,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.4

Gerado em 09/05/2023 17:15:37

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

9.6. Covid-19 Recursos Próprios

Quadro demonstrativo da aplicação de recursos próprios no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)			
Descrição do recurso	SALDO DO RECURSO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (31/12/2021)	RECURSOS DIRECIONADOS NO EXERCÍCIO ATUAL ATÉ O BIMESTRE	SALDO TOTAL
Recursos próprios a serem aplicados no enfrentamento da emergência de saúde - nacional - Coronavírus (COVID-19)	65.974.148,65	5.328.725,00	71.302.873,65
Total	65.974.148,65	5.328.725,00	71.302.873,65
Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)			

Descrição das Subfunções/Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Administração Geral	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	3.351.668,06	3.351.668,06	3.351.668,06
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.978.035,24	1.978.035,24	1.977.056,94
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00
Total	5.329.703,30	5.329.703,30	5.328.725,00

CONTROLE DA EXECUÇÃO DE RE

Descrição das Subfunções/Despesas	Inscrição em 2022 - RPs processados (a)	Inscrição em 2022 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2022 - Saldo total (c) = a+b	Inscrição em 2021 - RPs processados (a)	Inscrição em 2021 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2021 - Saldo total (c) = a+b	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Pago (d)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Cancelado (e)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Liquidado* (f)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Pago (g)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Cancelado (h)	Saldo até o bimestre (Rps inscritos em 2021) - Saldo até o bimestre - RPs processados i= (a - d - e)
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	2.713.474,43	2.713.474,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	8.914.990,03	8.914.990,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	11.628.464,46	11.628.464,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Gerado em 09/05/2023 17:15:36

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

9.7. Covid-19 Repasse Estadual

Quadro demonstrativo da transferência de recursos advindos do estado para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)			
Descrição do recurso	SALDO DO RECURSO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (31/12/2021)	RECURSOS DIRECIONADOS NO EXERCÍCIO ATUAL ATÉ O BIMESTRE	SALDO TOTAL
Recursos de transferências do estado para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	7.834.760,00	0,00	7.834.760,00
Total	7.834.760,00	0,00	7.834.760,00

Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)			
Descrição das Subfunções/Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Administração Geral	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	585.522,22	585.522,22	585.522,22
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00

Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00
Total	585.522,22	585.522,22	585.522,22

CONTROLE DA EXECUÇÃO DE RESTOS A P

Descrição das Subfunções/Despesas	Inscrição em 2022 - RPs processados (a)	Inscrição em 2022 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2022 - Saldo total (c) = a+b	Inscrição em 2021 - RPs processados (a)	Inscrição em 2021 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2021 - Saldo total (c) = a+b	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Pago (d)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Cancelado (e)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Liquidado* (f)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Pago (g)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Cancelado (h)	Saldo até o bimestre (Rps inscritos em 2021) - Saldo até o bimestre - RPs processados i= (a - d - e)	Saldo até o bimestre (Rps inscritos em 2021) - Saldo até o bimestre - RPs não processados j= (b - f - h)
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Gerado em 09/05/2023 17:15:38

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

- Análises e Considerações sobre Execução Orçamentária e Financeira

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

9.1 Execução da programação por fonte, subfunção e natureza da despesa

Tabela 22 - Despesa Total em Saúde por Fonte e Subfunção

Subfunções	Recursos Orçamentários - Fonte Livre	Receitas de Recurso		Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal		Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual		Transferências de Convênios destinadas à Saúde		Operações de Crédito vinculadas à Saúde		Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020		Royalties do Petróleo destinados à Saúde	Outros Recursos Destinados à Saúde	TOTAL
		Impostos e de Transferências	Transferências	SUS provenientes do Governo Federal	SUS provenientes do Governo Estadual	Convênios destinadas à Saúde	Operações de Crédito vinculadas à Saúde	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020								
301 - Atenção	Corrente	178.567.082	200.491.095,61	17.402.630,25	5.233.516,39	673.761,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	223.979.570,69	
Básica	Capital	380.446,75	756.181,55	865.558,25	0,00	569.322,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.571.509,38	
	Corrente	9.048.980,30	137.139.587,30	71.057.308,21	31.867.448,96	2.048,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	249.115.373,08	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Capital	22.951,80	589.287,79	859.894,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.472.134,57	
	Corrente	0,00	0,00	1.215.864,92	2.218.250,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.434.115,70	
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Corrente	0,00	0,00	185.179,02	31.697,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	216.876,42	
304 - Vigilância Sanitária	Capital	0,00	0,00	0,00	466.463,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	466.463,00	
	Corrente	0,00	0,00	661.581,76	168.634,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	830.216,21	
305 - Vigilância Epidemiológica	Capital	0,00	0,00	0,00	747.359,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	747.359,00	
	Corrente	0,00	0,00	3.155,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.155,04	
306 - Alimentação e Nutrição	Capital	0,00	0,00	54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.000,00	
	Corrente	499.279,69	2.171.634,08	1.209.979,83	220.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.115.893,60	
Outras Subfunções	Capital	979.199,90	13.060,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	992.259,90	
	Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL		11.109.425,52	341.160.846,33	93.515.152,26	40.953.369,98	1.260.132,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	487.998.926,59	

(*) ASPs: Ações e Serviços Públicos em Saúde

A Portaria de Consolidação Nº 6, de 28 de setembro de 2017, consolidou as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde. Os recursos do Fundo Nacional de Saúde, destinados a despesas com ações e serviços públicos de saúde, a serem repassados na modalidade fundo a fundo aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios serão organizados e transferidos na forma dos seguintes blocos de financiamento:

I - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;

Serão aplicados neste Bloco:

manutenção das condições de oferta e continuidade da prestação das ações e serviços públicos de saúde, inclusive para financiar despesas com reparos e adaptações;

funcionamento dos órgãos e estabelecimentos responsáveis pela implementação das ações e serviços públicos de saúde;

Não serão aplicados neste Bloco:

Não se aplica a pagamento de servidores inativos;

servidores ativos, exceto aqueles contratados exclusivamente para desempenhar funções relacionadas aos serviços previstos no respectivo Plano de Saúde;

gratificação de função de cargos comissionados, exceto aqueles diretamente ligados às funções relacionadas aos serviços previstos no respectivo Plano de Saúde;

pagamento de assessorias ou consultorias prestadas por servidores públicos pertencentes ao quadro do próprio Município ou do Estado; e

obras de construções novas bem como de ampliações de imóveis já existentes, ainda que utilizados para a realização de ações e/ou serviços de saúde

II - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Serão aplicados neste Bloco:

aquisição de equipamentos voltados para a realização de ações e serviços públicos de saúde;

obras de construções

novas ou ampliação de imóveis existentes utilizados para a realização de ações e serviços públicos de saúde; e

obras de reforma de imóveis já existentes utilizados para a realização de ações e serviços públicos de saúde.

Não serão aplicados neste Bloco:

- i. a utilização de recursos financeiros referentes ao Bloco de Estruturação em órgãos e unidades voltados, exclusivamente, à realização de atividades administrativas.

Para prosseguirmos as análises orçamentárias, cabe definirmos os termos Orçamentários referidos nas tabelas.

Leia-se Subfunção os códigos que estão relacionados ao nível de Atenção aplicados. As fontes de recurso são objetos da proveniência do recurso, quem está o disponibilizando.

São **Despesas Correntes** gastos de manutenção e funcionamento dos serviços públicos em geral que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. São exemplos: vencimentos e encargos com pessoal, juros da dívida, compra de matérias-primas e bens de consumo, serviços de terceiros, manutenção de equipamentos, subvenções a entidades (para gastos de custeio) e transferência a entes públicos (para gastos de custeio) (10).

São **Despesas de Capital** gastos para a produção ou geração de novos bens ou serviços que integram o patrimônio público, ou seja, que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital. São exemplos: execução de obras e compra de instalações, equipamentos e títulos representativos do capital de empresas ou de entidades de qualquer natureza (11).

Na *tabela 18 - Despesa Total em Saúde por Fonte e Subfunção*, detalha as despesas por fonte de recurso e subfunção. Ao lado das subfunções, o detalhamento por Natureza de Despesa (Despesas de Capital e Corrente). Foram **R\$ 487.998.926,59 de despesas com saúde**. 98,72% foram por despesa corrente; em 2022, 51,66% das despesas de manutenção foram aplicadas na subfunção 302 (Assistência Hospitalar e Ambulatorial) e 45,32% das despesas correntes, na Atenção Básica, foram aplicados mais de R\$ 223 milhões nesta subfunção e 88,93% financiada pela fonte *Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde*, ou seja, fonte de financiamento municipal.

Na coluna *Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual* refere-se aos programas de Cofinanciamento Estadual, programas instituídos através de Resoluções Estaduais e aberta para adesões dos municípios. Em 2022, R\$ 40.953.369,98 executados no exercício nesta fonte de recurso, corresponde a 8,29%, aumento se comparado ao ano anterior (6,56%) das despesas totais do município. Cerca de 77,81%, R\$ 31.867.448,96, dos recursos de cofinanciamento foram aplicados na subfunção 302 (Assistência de Média e Alta Complexidade) financiando, em sua maioria, contratos de prestação de serviços de apoio diagnóstico e terapêutico e de procedimentos de média e alta complexidade. Em 2022, foi maior a aplicação por esta fonte de recurso na Atenção Primária, se comparado a 2021.

Foram investidos R\$ 3.434.115,70 na subfunção 303 (Suporte Profilático e Terapêutico). 38,71% a mais que o exercício de 2021. Nesta subfunção são financiados insumos e medicações para a Rede de Atenção à Saúde.

Na coluna *Transferências de Convênios destinadas à Saúde*, corresponde a recursos provenientes do COAPES (Contrato Organizativo de Ação Pública de Ensino-Saúde). Foram executados R\$ 1.260.132,50, crescimento de 49,51% em relação à execução do ano anterior. Analisando a proporção de aplicação das despesas foram aplicadas 53,47% na subfunção 301 (Atenção Básica) em despesas correntes e R\$ 569.322,83 com despesas de capital; e R\$ 2.048,31 (0,16%) foram aplicadas em despesas de correntes na subfunção 302 (Assistência de Média e Alta Complexidade).

Na coluna *Operações de Crédito vinculadas à Saúde*, corresponde a empréstimos que, atualmente, não há empréstimos vinculados na despesa. Na coluna *Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020* corresponde ao financiamento para enfrentamento ao COVID-19. Não houve execução de despesas nesta fonte de recurso.

A coluna com a fonte **Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde** é a base do cálculo do mínimo constitucional de 15%, conforme Lei Complementar nº 141/2012. Nesta fonte, foi executado pelo município **R\$ 341.160.846,33 em despesas empenhadas**.

9.1.1 *ζ* Análise da Aplicação dos Recursos por Natureza de Despesa

Para prosseguirmos com a discriminação das despesas das ações e serviços de saúde, vamos definir termos usuais do orçamento público, segundo Lei nº 4.320/1964.

Empenho: é a etapa em que o governo reserva o dinheiro que será pago quando o bem for entregue ou o serviço concluído. Isso ajuda o governo a organizar os gastos pelas diferentes áreas do governo, evitando que se gaste mais do que foi planejado.¹

Liquidação - é quando se verifica que o governo recebeu aquilo que comprou. Ou seja, quando se confere que o bem foi entregue corretamente ou que a etapa da obra foi concluída como acordado.

Pago - repasse do valor ao vendedor ou prestador de serviço contratado.

Visto as definições trazidas pelo Portal da Transparência do Governo Federal, listamos abaixo o detalhamento das execuções das despesas por Natureza de Despesa e sua respectiva descrição.

Pontuamos que o orçamento do município é categorizado por subfunções e os gastos agrupados pelo código do Projeto Atividade. Este código agrupa o orçamento, empenhos e despesas de acordo com a área técnica/objeto a que se destina.

Tabela 23 *ζ* Descrição das Despesas segundo natureza de despesa e projeto atividade *ζ* 2022

2001 PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS			
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
CONTRATAÇÃO			
POR TEMPO	FOLHA DE PAGAMENTO	RS 8.604.470,00	RS 6.565.899,23
DETERMINADO			
ENCIMENTOS			
VANTAG. FIXAS:	FOLHA DE PAGAMENTO	RS 245.968.128,26	RS 182.658.654,39
PESSOAL CIVIL			
OBRIGAÇÕES			
PATRONAL e RPPS	ENCARGOS	RS 15.785.000,00	RS 13.273.362,15
TOTAL		RS 270.357.598,26	RS 202.497.915,77

2216 ASSISTÊNCIA MÉDICA			
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
TRANSFERÊNCIAS	CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL PARA GESTÃO DA MATERNIDADE	RS 4.020.554,48	RS 0,00
POR MEIO DE CONTRATO DE GESTÃO		RS 4.020.554,48	RS 0,00
MATERIAL DE CONSUMO	AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR, INSUMOS E MATERIAL DE EXPEDIENTE	RS 1.462.123,62	RS 1.084.934,47
	ADANTAMENTO	RS 8.000,00	RS 4.000,00
	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO	RS 23.031,30	RS 0,00
	FORNECIMENTO DE GASES MEDICINAIS	RS 474.797,17	RS 92.474,03
	Subtotal	RS 1.967.952,09	RS 1.181.408,50
	TRANSPORTE COLITUR	RS 625.070,58	RS 355.908,91
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	COSTA VERDE TRANSPORTES	RS 1.360.174,38	RS 242.587,19
	EMPRESA REUNIDAS PAULISTA TRANSPORTES	RS 28.944,29	RS 14.369,29
	AQUISIÇÃO DE INSUMOS	RS 152.233,96	RS 0,00
		RS 2.166.423,21	RS 612.865,39
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE NA ÁREA DE URGÊNCIA PARA SPAS	RS 10.272.506,60	RS 6.277.023,86
		RS 10.272.506,60	RS 6.277.023,86
OUTROS SERVIÇOS DE PESSOAL FÍSICA	CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL	RS 94.918,24	RS 86.918,24
		RS 94.918,24	RS 86.918,24
	REFORMA DE IMÓVEL PARA SEDE UAI	RS 2.048,31	RS 2.048,31
	SERVIÇO DE SESSÕES DE HIDROTERAPIA	RS 265.118,14	RS 166.090,34
	PESTALOZZI	RS 55.000,00	RS 40.880,72
	SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM CINTILOGRAFIA	RS 276.552,91	RS 127.014,20
	ULTRASSONOGRRAFIA COM DOPPLER	RS 314.738,68	RS 46.152,60
	MAMOGRAFIA	RS 379.925,10	RS 194.045,00
	OSTEOPATIA	RS 594.027,00	RS 589.302,00
	EXAME DE ULTRASSONOGRRAFIA	RS 910.676,61	RS 143.379,20
	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	RS 562.572,67	RS 165.314,74

	FUNDAÇÃO		
	ELETRONUCLEAR DE	R\$ 3.426.016,64	R\$ 3.225.298,14
	ASSISTÊNCIA MÉDICA		
OUTROS SERV. DE	LOCAÇÃO DE 15		
TERCEIROS-	AMBULÂNCIAS	R\$ 2.841.900,00	R\$ 2.491.533,69
PES JURÍDI	EXAME LABORATORIAIS		
	DE TESTE DE AVIDEZ IGG	R\$ 1.652,00	R\$ 0,00
	LOCAÇÃO DE APARELHOS		
	DE AR CONDICIONADO E	R\$ 95.736,90	R\$ 5.325,00
	MANUTENÇÃO		
	SANTA CASA	R\$ 1.925.775,93	R\$ 0,00
	MANUTENÇÃO		
	PREVENTIVA E	R\$ 114.000,00	R\$ 95.000,00
	CORRETIVA DE		
	EQUIPAMENTOS		
	MANUTENÇÃO RAO X	R\$ 18.638,10	R\$ 8.000,00
	SERVIÇO DE LAVANDERIA		
	E ROUPARIA	R\$ 330.649,46	R\$ 0,00
	LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO E		
	MANUTENÇÃO DE	R\$ 1.060.626,46	R\$ 149.000,00
	GERADORES		
	RESSONÂNCIA		
	MAGNÉTICA	R\$ 1.418.144,28	R\$ 785.018,75
	DENSITOMETRIA ÓSSEA		
	DUO - ENÉRGICA DE	R\$ 66.914,45	R\$ 54.438,80
	COLUNA		
		R\$ 14.664.713,64	R\$ 8.287.841,49
	AQUISIÇÃO DE BICICLETAS	R\$ 33.600,00	R\$ 33.600,00
EQUIPAMENTOS E	AQUISIÇÃO DE		
MATERIAL	EQUIPAMENTOS MÉDICOS	R\$ 1.129.540,62	R\$ 642.891,41
PERMANENTE	E MOBILIÁRIO		
		R\$ 1.163.140,62	R\$ 676.491,41
TOTAL:		R\$ 34.350.208,88	R\$ 17.122.548,97

2218	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS		
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
AQUISIÇÃO DE	AQUISIÇÃO DE		
MEDICAMENTOS	MEDICAMENTOS	R\$ 2.724.763,80	R\$ 2.216.722,54
TOTAL:		R\$ 2.724.763,80	R\$ 2.216.722,54

2219	CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS E EPIDEMIOLOGIA		
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
DIÁRIAS - CIVIL	PAGAMENTO DE DIÁRIAS		
	PARA PARTICIPAÇÃO DO		
	26º CONGRESSO	R\$ 8.973,00	R\$ 8.973,00
	BRASILEIRO		
	MULTIDISCIPLINAR EM		
	DIABETES	R\$ 8.973,00	R\$ 8.973,00
	AQUISIÇÃO DE		
	ITENS/MATERIAL	R\$ 281.876,05	R\$ 218.069,50
	AQUISIÇÃO DE 08 PNEUS		
	RADIAL MEDINDO	R\$ 6.720,00	R\$ 0,00
MATERIAL DE	255/65/17		
CONSUMO	AQUISIÇÃO DE 18		
	UNIDADES DE PNEUS	R\$ 5.400,00	R\$ 0,00
	RADIAL MEDINDO		
	195/65R/15	R\$ 293.996,05	R\$ 218.069,50
	LOCAÇÃO E CONTRATO DE		
	LOCAÇÃO DE IMÓVEL	R\$ 106.000,00	R\$ 81.333,33
OUTROS		R\$ 106.000,00	R\$ 81.333,33
SERV TERCEIROS-			
PESSOA FÍSICA			

	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA TROCA DE ÓLEO/FILTROS	RS 3.655,04	RS 3.655,04
	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES EQUIPADOS COM RASTREAMENTO E BLOQUEIO ONLINE	RS 308.265,86	RS 290.602,99
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PERIÓDICA DO VEÍCULO FIAT TORO	RS 5.436,39	RS 5.436,39
OUTROS SERV. DE TERCEIROS- PESJURIDI	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM LOCAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS	RS 13.382,00	RS 582,00
	CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	RS 1.718,31	RS 0,00
	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE GERADORES PARA RMS	RS 149.441,64	RS 24.833,32
		RS 491.899,24	RS 325.109,74
SERVICOS DE TEC. DA INF.COMU. - JUR	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO E REPROGRAFIA, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS	RS 27.960,88	RS 20.718,32
		RS 27.960,88	RS 20.718,32
	AQUISIÇÃO DE 03 VEICULOS	RS 466.463,00	RS 0,00
	AQUISIÇÃO DE 150 UNIDADES DE TABLET	RS 213.000,00	RS 0,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	AQUISIÇÃO DE 3 UNIDADES MICROSCÓPIO BACTERIOLÓGICO BINOCULAR	RS 8.298,00	RS 0,00
	AQUISIÇÃO DE 3 UNIDADES ESTEREOSCÓPIO BINOCULAR	RS 59.598,00	RS 0,00
		RS 747.359,00	RS 0,00
TOTAL:		RS 1.676.188,17	RS 654.203,89

2220 ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA			
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
MATERIAL DE CONSUMO	AQUISIÇÃO DE MATERIAL E AQUISIÇÃO DE INSUMO	RS 92.535,45	RS 17.638,50
		RS 92.535,45	RS 17.638,50
OUTROS SERV. DE TERCEIROS- PESJURIDI	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM APLICAÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS EM EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS	RS 51.638,85	RS 25.185,83

		R\$ 51.638,85	R\$ 25.185,83
SERVIÇOS DE TEC. DA INF.COMU. - JUR	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO E REPROGRAFIA, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS	R\$ 1.186,07	R\$ 0,00
		R\$ 1.186,07	R\$ 0,00
TOTAL:		R\$ 145.360,37	R\$ 42.824,33

2221	DESCENTRALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA	SUBRUGAÇÃO, COMPLEMENTO, CONTRATO E PRORROGAÇÃO DO IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA MARIA JOSÉ LUCAS PEIXOTO, N° 187	R\$ 46.956,66	R\$ 23.449,99
		R\$ 46.956,66	R\$ 23.449,99
SERVIÇOS DE TEC. DA INF.COMU. - JUR	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO E REPROGRAFIA, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS	R\$ 3.994,41	R\$ 2.959,76
		R\$ 3.994,41	R\$ 2.959,76
TOTAL:		R\$ 50.951,07	R\$ 26.409,75

2226	MANUTENÇÃO DA REDE DE LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS		
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PES. JURÍDI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ANÁLISES CLÍNICAS, ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOPATOLOGIA	R\$ 4.930.285,15	R\$ 3.157.183,47
		R\$ 4.930.285,15	R\$ 3.157.183,47
TOTAL:		R\$ 4.930.285,15	R\$ 3.157.183,47

2231	ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA BÁSICA		
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
MATERIAL DE CONSUMO	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS	R\$ 3.530.990,83	R\$ 2.052.795,10
		R\$ 3.530.990,83	R\$ 2.052.795,10
TOTAL:		R\$ 3.530.990,83	R\$ 2.052.795,10

2232	MANUT. DAS ATIV. DE ATENÇÃO INT. A SAÚDE DO TRABALHADOR		
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
MATERIAL DE CONSUMO	AQUISIÇÃO DE INTENS	R\$ 14.879,05	R\$ 7.720,00
		R\$ 14.879,05	R\$ 7.720,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA	CONTRATO DO IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA ALMIRANTE MACHADO PORTELA N 85 1/2 LOJA 08	R\$ 50.718,44	R\$ 46.210,68
		R\$ 50.718,44	R\$ 46.210,68
OUTROS SERV. DE TERCEIROS-	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA TROCA DE ÓLEO/FILTRO	R\$ 1.637,70	R\$ 1.637,70

PESJURIDI	CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	RS 694,46	RS 0,00
		RS 2.332,16	RS 1.637,70
SERVICOS DE TEC. DA INF.COMU.- JUR	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO E REPROGRAFIA, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS	RS 3.994,41	RS 2.959,76
		RS 3.994,41	RS 2.959,76
TOTAL:		RS 71.924,06	RS 58.528,14

2233 MANUTENÇÃO DO SAMU REGIONAL			
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGNO PERÍODO
	AQUISIÇÃO DE INSUMOS, MATERIAIS HOSPITALARES, MEDICAMENTOS	RS 262.172,22	RS 105.715,41
	AQUISIÇÃO DE CAMISAS	RS 5.940,00	RS 0,00
	AQUISIÇÃO DE UNIFORMES	RS 43.379,60	RS 0,00
MATERIAL DE CONSUMO	CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GASES MEDICINAIS A GRANEL E LOCAÇÃO DE TANQUES CRIOGÊNICOS FIXOS, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA	RS 228.310,66	RS 2.525,63
		RS 490.482,88	RS 108.241,04
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	ALTERAÇÃO PARCIAL DA FONTE DE RECURSOS DO CONTRATO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE PARA GARANTIR A CONTINUIDADE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU)	RS 2.735.915,39	RS 1.808.829,26
		RS 2.735.915,39	RS 1.808.829,26
OUTROS SERV. DE TERCEIROS- PESJURIDI	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA TROCA DE ÓLEO E FILTRO	RS 7.337,60	RS 7.337,60
	LOCAÇÃO DE IMÓVEL	RS 11.843,00	RS 0,00
OUTROS SERV. DE TERCEIROS- PESJURIDI	CONTRATO EMERGENCIAL DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE PARA GARANTIR A CONTINUIDADE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU)	RS 402.728,79	RS 348.323,08
OUTROS SERV. DE TERCEIROS- PESJURIDI	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE AR CONDICIONADO	RS 42.340,43	RS 33.767,70
OUTROS SERV. DE TERCEIROS- PESJURIDI	CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIA DE SAÚDE	RS 10.050,11	RS 0,00
		RS 474.299,93	RS 389.428,38

SERVICOS DE TEC. DA INF.COMU. - JUR	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO E REPROGRAFIA, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS	RS 626.173,74	RS 521.073,62
		RS 626.173,74	RS 521.073,62
TOTAL:		RS 4.326.871,94	RS 2.827.572,30

2234 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE MENTAL			
NATUREZA	HISTÓRICO	VL. EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS	RS 1.638,00	RS 1.638,00
	ADIANTAMENTO PARA PEQUENAS DESPESAS		
MATERIAL DE CONSUMO	MÍUDAS DE PRONTO PAGAMENTO E DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS OU URGENTES COM AQUISIÇÃO DE MATERIAIS	RS 4.000,00	RS 4.000,00
		RS 5.638,00	RS 5.638,00
	LOCAÇÃO DO IMÓVEL		
OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	LOCALIZADO À AVENIDA LUIGI AMENDOLA Nº 364 PARQUE DAS PALMEIRAS	RS 228.086,17	RS 197.936,85
		RS 228.086,17	RS 197.936,85
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA TROCA DE ÓLEO/FILTROS	RS 588,38	RS 588,38
	CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES EQUIPADOS COM RASTREAMENTO E BLOQUEIO ONLINE	RS 34.994,31	RS 34.994,31
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM	RS 20.692,00	RS 810,00
OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO		
		RS 4.000,00	RS 4.000,00
	PAGAMENTO E DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS		
	CONTRATO COM EMPRESA ESPECIALIZADA EM ALIMENTAÇÃO DESTINADA AOS PACIENTES VINCULADOS AOS CENTROS DE APOIO PSICOSSOCIAL	RS 509.544,26	RS 209.209,40
		RS 569.818,95	RS 249.602,09
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO E REPROGRAFIA, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS	RS 27.960,88	RS 20.718,32
		RS 27.960,88	RS 20.718,32
TOTAL:		RS 831.504,00	RS 473.895,26

2236	MAN. DAS EST. DE SAÚDE DA FAMSAÚDE BUC. E AGENT. COMUNIT.
------	---

NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
MATERIAL DE CONSUMO	AQUISIÇÃO DE ITENS	R\$ 107.941,60	R\$ 29.971,60
OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS- PESSOA FÍSICA	LOCAÇÃO DO IMÓVEL	R\$ 1.039.818,68	R\$ 872.059,77
OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA	PAGAMENTO DE TAXAS DE CONDOMÍNIO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DA PETROBRÁS PARA O EXERCÍCIO DE 2022	R\$ 4.000,00	R\$ 3.776,62
		R\$ 4.000,00	R\$ 3.776,62
TOTAL:		R\$ 1.151.760,28	R\$ 905.807,99

2241 MANUTENÇÃO DA OUVIDORIA			
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS- PESSOA FÍSICA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL	R\$ 20.561,40	R\$ 18.733,94
		R\$ 20.561,40	R\$ 18.733,94
TOTAL:		R\$ 20.561,40	R\$ 18.733,94

2243 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA			
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
DIÁRIAS - CIVIL	REQUISIÇÃO DE DIÁRIA	R\$ 65,00	R\$ 65,00
		R\$ 65,00	R\$ 65,00
MATERIAL DE CONSUMO	AQUISIÇÃO DE ITENS	R\$ 41.688,30	R\$ 22.095,90
OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS- PESSOA FÍSICA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL	R\$ 68.005,86	R\$ 62.042,88
OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA	CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES EQUIPADOS COM RASTREAMENTO E BLOQUEIO ONLINE	R\$ 68.005,86	R\$ 62.042,88
		R\$ 62.428,80	R\$ 41.447,31
SERVIÇOS DE TEC. DA INF. COMU. - JUR	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO E REPROGRAFIA, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS	R\$ 47.932,94	R\$ 35.517,12
		R\$ 47.932,94	R\$ 35.517,12
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	AQUISIÇÃO DE 3 VEÍCULOS	R\$ 466.463,00	R\$ 0,00
		R\$ 466.463,00	R\$ 0,00
TOTAL:		R\$ 686.583,90	R\$ 161.168,21

2333 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA COM DOPPLER.	R\$ 2.200,90	R\$ 1.445,60

NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
OUTROS SERV. DE TERCEIROS-PESJURÍDL	CREENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO DIAGNÓSTICO POR MEIO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA	RS 112.323,40	RS 7.380,00
	CREENCIAMENTO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) ESPECIALIZADA(S) EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO DIAGNÓSTICO POR MEIO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRRAFIA	RS 20.858,76	RS 4.617,31
	CONTRATO DE EXAMES EM CARDIOLOGIA	RS 126.336,70	RS 46.330,00
	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA POR RESSONÂNCIA MAGNÉTICA	RS 273.180,72	RS 11.287,50
		RS 534.900,48	RS 71.060,41
TOTAL:		RS 534.900,48	RS 71.060,41

2471 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS			
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	RS 125.945,00	RS 0,00
TOTAL:		RS 125.945,00	RS 0,00

2484 MANUT. DO HOSPITAL E MATERNIDADE CODRATO DE VILHENA			
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
OUTROS SERV. DE TERCEIROS-PESJURÍDL	CELEBRADO NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	RS 4.500.000,00	RS 3.000.000,00
TOTAL:		RS 4.500.000,00	RS 3.000.000,00

2485 MANUTENÇÃO INTEGRADA DA REDE DE DEFICIÊNCIA			
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
OUTROS SERV. DE TERCEIROS-PESJURÍDL	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA TROCA DE ÓLEO/FILTROS, LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CONTRATAÇÃO DE SEGURO.	RS 187.593,35	RS 160.201,37
TOTAL:		RS 187.593,35	RS 160.201,37

2514 BOLSA AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO			
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	PAGAMENTO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AO MÉDICO PARTICIPANTE DO PROJETO MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL	RS 128.000,00	RS 82.250,03
TOTAL:		RS 128.000,00	RS 82.250,03

2515 BOLSA AUXÍLIO MORADIA			
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
OUTROS AUXÍL.	PAGAMENTO DE AUXÍLIO MORADIA AO MÉDICO		
FINAN. PESSOAS FÍSICAS	PARTICIPANTE DO PROJETO MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL	RS 601.954,60	RS 411.250,05
TOTAL:		RS 601.954,60	RS 411.250,05

2534 ASSISTÊNCIA COMPLEMENTAR EM SAÚDE			
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
TRANSFERÊNCIAS POR MEIO DE CONTRATO DE GESTÃO	CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE PRESTADOR DE SERVIÇO CORONAVÍRUS	RS 22.540.861,34	RS 12.597.684,73
MATERIAL DE CONSUMO	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA CAMPANHA DE VACINAÇÃO INFANTIL CONTRA COVID-19	RS 48.330,00	RS 48.330,00
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADO PARA CAPACITAÇÃO E CONSULTORIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS COVID-19	RS 98.000,00	RS 97.021,70
OUTROS SERV. DE TERCEIROS-PESJURÍDI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	RS 980.899,98	RS 97.021,70
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTAIS	RS 170.176,75	RS 0,00
TOTAL:		RS 23.838.268,07	RS 13.616.558,65

2684 INFRAESTRUTURA DE TECNOL. DE INFORMAÇÃO TL			
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
SERVIÇOS DE TEC. DA INF.COMU. - JUR	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE ACESSO À INTERNET,	RS 244.528,00	RS 74.658,33
TOTAL:		RS 244.528,00	RS 74.658,33

2745 PROGRAMA DE FINANCIAMENTO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (PREFAPS)			
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
MATERIAL DE CONSUMO	AQUISIÇÃO DE MATERIAL	RS 477.068,53	RS 262.354,40
OUTROS SERV. DE TERCEIROS-PESJURÍDI	CONTRATAÇÃO DE LOCAÇÃO DE EMBARCAÇÕES DESTINADOS AO TRANSLADO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE QUE ATUAM NA BIG	RS 1.280.894,24	RS 406.698,08
TOTAL:		RS 1.757.962,77	RS 669.052,48

2750 ENFRENTAMENTO DAS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS			
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO

CONTRATAÇÃO DE			
OUTROS SERV. DE	PESSOA JURÍDICA PARA		
TERCEIROS-	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	RS 1.604.460,00	RS 0,00
PESJURÍDI	MÉDICOS EM CONSULTAS		
	DE ESPECIALIDADES		
TOTAL:		RS 1.604.460,00	RS 0,00

2751 INCREMENTO EXCEPCIONAL FARMÁCIA BÁSICA			
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
MATERIAL DE CONSUMO	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS	RS 95.060,00	RS 83.660,00
TOTAL:		RS 95.060,00	RS 83.660,00

2752 PROTEÇÃO SOCIAL ÀS PESSOAS COM TUBERCULOSE			
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DA ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO E FORNECIMENTO DE CARTÕES MAGNÉTICOS DE ALIMENTAÇÃO INDIVIDUAL	RS 105.000,00	RS 18.804,98
TOTAL:		RS 105.000,00	RS 18.804,98

2755 GESTÃO MATERNIDADE			
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
TRANSFERÊNCIAS POR MEIO DE CONTRATO DE GESTÃO	CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL PARA GESTÃO DA MATERNIDADE	RS 50.520.957,92	RS 43.134.712,46
TOTAL:		RS 50.520.957,92	RS 43.134.712,46

2762 PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE			
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	REFERENTE A FOLHA DE PAGAMENTO	RS 4.234.705,27	RS 3.799.604,01
VENCIMENTOS VANTAG. FIXAS- PESSOAL CIVI	REFERENTE A FOLHA DE PAGAMENTO	RS 1.298.500,00	RS 810.440,57
TOTAL:		RS 5.533.205,27	RS 4.610.044,58

RELATÓRIOS (UNIDADE 2014)			
2001 PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS			
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
	ESTIMATIVA PARA PAGAMENTO DE FGTS DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE SAÚDE	RS 658.000,00	RS 545.513,45

OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
	PAGAMENTO DO FGTS DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE SAÚDE REFERENTE À FOLHA COMPLEMENTAR DO MÊS 07/2022	R\$ 43.126,42	R\$ 43.126,42
	ESTIMATIVA PARA PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS COM INSS DA SECRETARIA DE SAÚDE E HMJNO EXERCÍCIO DE 2022	R\$ 2.838.000,00	R\$ 2.442.449,82
		R\$ 3.539.126,42	R\$ 3.031.089,60
INDENIZAÇÕES RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS AO BENEFICIÁRIO DA SERVIDORA FALECIDA	R\$ 3.413,04	R\$ 3.413,04
		R\$ 3.413,04	R\$ 3.413,04
TOTAL:		R\$ 3.542.539,46	R\$ 3.034.502,73

2005 SENTENÇAS JUDICIAIS			
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA CUMPRIMENTOS DE MANDADOS JUDICIAIS	R\$ 705.368,07	R\$ 610.441,50
SENTENÇAS JUDICIAIS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TROCA DE CURATIVO OCLUSIVO	R\$ 11.275,00	R\$ 5.525,00
	CONSULTA DE RETORNO COM ONCOFTALMOLOGISTA	R\$ 600,00	R\$ 600,00
	HOSPEDAGEM COM ALIMENTAÇÃO INCLUSA	R\$ 4.350,90	R\$ 0,00
TOTAL:		R\$ 721.593,97	R\$ 616.566,50

2007 DESPESAS JUDICIAIS			
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
	PAGAMENTO DE MULTAS AO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA	R\$ 300.231,07	R\$ 217.542,31
SENTENÇAS JUDICIAIS	MULTAS DO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO RIO DE JANEIRO	R\$ 8.000,00	R\$ 0,00
	PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PARA A PROCURADORIA DO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO RIO DE JANEIRO	R\$ 2.412,99	R\$ 2.412,99
TOTAL:		R\$ 310.644,06	R\$ 219.955,30

2209 MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANGRA DOS REIS			
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
OUTROS SERV. DE TERCEIROS- PESJURÍDL	PAGAMENTO DA RDS RELATIVA A LIGAÇÃO DE MÉDIA TENSÃO COM TRANSFORMADOR NO 300 KVA, NA CLÍNICA DE SAÚDE DO PARQUE MAMBUCABA	R\$ 62.966,44	R\$ 62.966,43
TOTAL:		R\$ 62.966,44	R\$ 62.966,43

2210 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE			
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
OUTROS SERVIÇOS-TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL	R\$ 18.569,33	R\$ 16.918,18
OUTROS SERVIÇOS-TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES EQUIPADOS COM RASTREAMENTO E BLOQUEIO ONLINE	R\$ 28.578,90	R\$ 13.213,90
SERVIÇOS DE TEC. DA INF.COMU. - JUR	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO E REPROGRAFIA, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS	R\$ 8.620,13	R\$ 0,00
TOTAL:		R\$ 55.768,36	R\$ 30.132,08

2229 MANUT. DO CONSELHO MUNICIPAL DE ENTORPECENTES			
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
OUTROS SERVIÇOS-TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL	R\$ 26.940,48	R\$ 24.579,86
OUTROS SERV. DE TERCEIROS- PESJURÍD.	FORNECIMENTO DE PASSAGENS NA FORMA DE CARTÃO VALE-TRANSPORTE	R\$ 8.973,50	R\$ 0,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, DESKTOP PADRÃO 1	R\$ 3.670,00	R\$ 0,00
TOTAL:		R\$ 39.583,98	R\$ 24.579,86

3128 REFORMA DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE DO FRADE			
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
OBRAS E INSTALAÇÕES	REFORMA DA UNIDADE MISTA DO FRADE	R\$ 79.680,86	R\$ 37.493,20
	REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO	R\$ 219.477,45	R\$ 0,00
	TERMO ADITIVO FINANCEIRO	R\$ 70.942,80	R\$ 0,00
TOTAL:		R\$ 370.101,11	R\$ 37.493,20

3133 CONST. DA CLÍNICA DA FAMÍLIA, REF. DO CENTRO DE ESPEC. AMPL. DO SERV. DE PRONTO ATEND. - PQ. MAMBUCABA			
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
OBRAS E INSTALAÇÕES	EMPENHO COMPLEMENTAR	R\$ 1.420.791,21	R\$ 478.198,94
TOTAL:		R\$ 1.420.791,21	R\$ 478.198,94

5009 CONVÊNIO ARS A CV 002/2019 - REFORMA DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE DO FRADE			
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
OBRAS E INSTALAÇÕES	REFORMA DA UNIDADE MISTA DO FRADE	R\$ 278.784,97	R\$ 173.121,14

DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA UNIDADE MISTA DO FRADE	R\$ 2.876,84	R\$ 2.876,84
TOTAL:		R\$ 281.661,81	R\$ 175.997,98

5010	CONVÊNIO ARS.A.CV 001/2019 - CONST. DA CLÍNICA DA FAMÍLIA, REF. DO CENTRO DE ESPECIE AMPL. DO SERV. DE PRONTO ATEND. - PQ. MAMBUCABA		
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
OBRAS E INSTALAÇÕES	EMPENHO COMPLEMENTAR	R\$ 2.374.755,13	R\$ 300.355,58
TOTAL:		R\$ 2.374.755,13	R\$ 300.355,58

	FUNDAÇÃO HOSPITALAR JORGE ELIAS MIGUEL - HMI		
NATUREZA	HISTÓRICO	VL EMPENHO	PAGO NO PERÍODO
DIÁRIAS - CIVIL	DIÁRIAS PARA FUNCIONÁRIOS	R\$ 470,00	R\$ 470,00
MATERIAIS DE CONSUMO	MATERIAL	R\$ 12.100.713,31	R\$ 10.641.123,69
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	CONTRATAÇÃO DE TERCEIRO	R\$ 85.915.468,49	R\$ 75.876.500,14
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	R\$ 8.054,63	R\$ 8.054,63
Total Despesas Correntes		R\$ 98.024.706,43	R\$ 86.526.148,46
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	-	R\$ 595.275,00	R\$ 549.135,00
Total Despesas de Capital		R\$ 595.275,00	R\$ 549.135,00
TOTAL		R\$ 98.619.981,43	R\$ 87.075.283,46

Fonte: Prodata 4, Relação De Empenho Por Período Processados / Não Processados Geral (jan/22 a dez/22)



Tabela 24 ζ Levantamento dos recursos aplicados com Procedimentos de Diagnose e Terapia em 2022

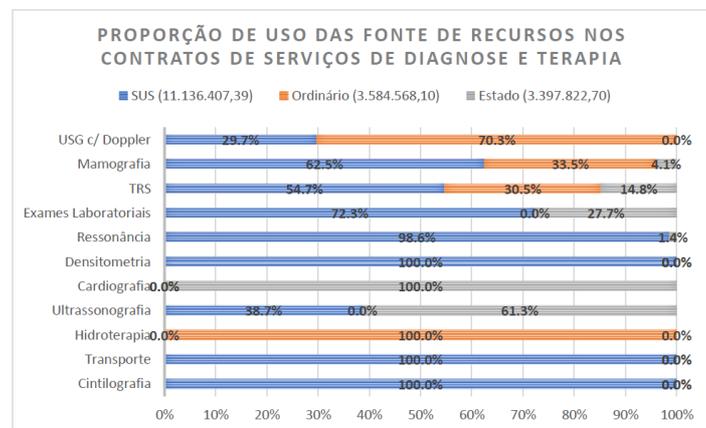
PRODUÇÃO APROVADA EM 2022 DE PROCEDIMENTOS DE DIAGNOSE E TERAPIA (EXAMES)		
EXAMES	Quant. aprovada	Valor Aprovado
CINTILOGRAFIA	446	R\$ 145.779,71
TRANSPORTE	16.245	R\$ 756.376,63
HIDROTERAPIA	2.507	R\$ 196.167,15
ULTRASSONOGRAMA	1.071	R\$ 74.056,87
CARDIOGRAFIA	3.351	R\$ 480.500,00
DENSITOMETRIA	1.066	R\$ 58.736,60
RESSONÂNCIA	1.970	R\$ 825.868,75
EXAMES LABORATORIAIS	954.626	R\$ 4.602.299,12
TRS	0	R\$ 10.655.488,36
MAMOGRAFIA	3.952	R\$ 245.980,00
USG C/ DOPPLER	583	R\$ 77.545,00
TOTAL:	985.817,00	R\$ 18.118.798,19

Fonte: Assistência de Controle e Avaliação da Rede Complementar/Secretaria de Saúde

Tabela 25 ζ Proporção da aplicação da prestação de serviço diagnose e terapia por fonte de recurso

Exames	Valor aprovado		
	SUS (11.136.407,39)	Ordinário (3.584.568,10)	Estado (3.397.822,70)
Cintilografia	R\$ 145.779,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transporte	R\$ 756.376,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Hidroterapia	R\$ 0,00	R\$ 196.167,15	R\$ 0,00
Ultrassonografia	R\$ 28.667,10	R\$ 0,00	R\$ 45.389,77
Cardiografia	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 480.500,00
Densitometria	R\$ 58.736,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Ressonância	R\$ 814.043,75	R\$ 0,00	R\$ 11.825,00
Exames Laboratoriais	R\$ 3.328.981,19	R\$ 0,00	R\$ 1.273.317,93
TRS	R\$ 5.827.085,21	R\$ 3.251.603,15	R\$ 1.576.800,00
Mamografia	R\$ 153.690,00	R\$ 82.300,00	R\$ 9.990,00
USG c/ Doppler	R\$ 23.047,20	R\$ 54.497,80	R\$ 0,00
TOTAL:	R\$ 11.136.407,39	R\$ 3.584.568,10	R\$ 3.397.822,70

Fonte: Assistência de Controle e Avaliação da Rede Complementar/Secretaria de Saúde

Gráfico ζ Proporção de uso das fontes de recursos nos contratos de serviço de diagnose e terapia

9.2. Indicadores financeiros

Indicadores do Ente Federado		Transmissão
Indicador		Única
1.1	Participação da receita de impostos na receita total do Município	13,15 %
1.2	Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Município	70,84 %
1.3	Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Município	8,32 %

1.4	Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Município	69,43 %
1.5	Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Município	18,98 %
1.6	Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Município	54,63 %
2.1	Despesa total com Saúde, em R\$/hab. sob a responsabilidade do Município, por habitante	R\$ 2.321,91
2.2	Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	42,95 %
2.3	Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	0,01 %
2.4	Participação da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	30,02 %
2.5	Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	1,29 %
2.6	Despesas com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	15,45 %
3.1	Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde	29,03 %
3.2	Participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC141/2012	24,75 %

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

O quadro acima agrupa os indicadores financeiros do município. O indicador 2.1 calcula a despesa total com saúde por habitante, foram aplicados em 2022 R\$ 2.321,91 por habitante com Saúde.

O indicador 2.3, monitora a proporção aplicada com recursos humanos nas despesas em Saúde: 42,95% dos gastos com Saúde foram com recursos humanos.

No indicador 2.4, mensura-se o percentual das despesas executadas com serviços de terceiros - pessoa jurídica: 30,02% das despesas.

No indicador 2.5 avaliou o percentual das despesas que foram aplicadas em investimentos: 1,29% das despesas foram aplicadas em investimentos.

O Indicador 3.2 é o indicador de importância para o cálculo do limite constitucional, que dispõe na aplicação de, no mínimo, 15% das arrecadações sejam aplicadas em Saúde. O município atingiu o índice de 24,75%, em 2022.

9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL % (b/a) x 100	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		Considerações
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100	
Até o Bimestre (b)					
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	255.542.000,00	255.542.000,00	315.538.380,44	123,48	A receita realizada atendeu a expectativa da previsão. Foram realizadas 123,48% da receita. Arrecadou mais que a previsão
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	86.337.000,00	86.337.000,00	99.987.830,33	115,81	A receita realizada atendeu a expectativa da previsão. Foram realizadas 115,81% da receita
IPTU	86.337.000,00	86.337.000,00	99.987.830,33	115,81	A arrecadação de IPTU atendeu a previsão atualizada. Realizou 115,81% da receita
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	15.580.000,00	15.580.000,00	15.069.873,12	96,73	Não atendeu a previsão. Alcançou 96,73% da expectativa da Receita prevista
ITBI	15.580.000,00	15.580.000,00	15.069.873,12	96,73	A arrecadação de ITBI arrecadou em 96,73% da receita prevista.
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	95.875.000,00	95.875.000,00	121.857.915,86	127,10	Superação da previsão da arrecadação em 127,10%
ISS	95.875.000,00	95.875.000,00	121.857.915,86	127,10	
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	57.750.000,00	57.750.000,00	78.622.761,13	136,14	Atingiu 136,14% da receita prevista
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	732.075.000,00	732.075.000,00	995.059.218,27	135,92	Superação da previsão em 135,92% da receita prevista
Cota-Parte FPM	72.000.000,00	72.000.000,00	112.133.518,94	155,74	Superação de 155,74% da receita prevista
Cota-Parte ITR	75.000,00	75.000,00	64.204,15	85,61	85,61% da receita prevista
Cota-Parte do IPVA	14.000.000,00	14.000.000,00	20.666.055,78	147,61	Superação de 147,61% da receita prevista
Cota-Parte do ICMS	636.000.000,00	636.000.000,00	841.336.923,59	132,29	Superação de 132,29% da receita prevista
Cota-Parte do IPI - Exportação	10.000.000,00	10.000.000,00	20.858.515,81	208,59	Superação da previsão. Atingiu 208,59% da previsão
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	987.617.000,00	987.617.000,00	1.310.597.598,71	132,70	Soma das receitas provenientes de impostos. Atingiu 132% da receita prevista

Fonte: SIOPS

O cálculo da 3.2 Participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC141/2012, refere-se a **receita realizada de R\$ 1.310.597.598,71 (III)** das *Receitas Resultantes de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais*, da coluna *Receitas Realizadas até o Bimestre*. O cálculo considerou as Despesas Empenhadas, que totalizou R\$ 341.160.846,33 (XII), descontado os restos a pagar no valor de R\$ 16.687.730,83 (XIII). Feita essa subtração, teremos o valor **R\$ 324.473.115,50 (XVI)**, a base real para avaliarmos se o município aplicou de fato 15% da sua receita arrecada.

- Método de cálculo:

$$\frac{(\text{Despesa aplicada nas Ações e Serviços públicos de saúde - Restos a pagar})}{\text{Receita arrecada no município}} \times 100 = 15\%$$

- Então teremos:

$$\frac{(341.160.846,33 - 16.687.730,83)}{1.310.597.598,71} \times 100 = \frac{(324.473.115,50)}{1.310.597.598,71} \times 100 = 24,75\%$$

O limite mínimo constitucional, preconizada na LC 141/2012, refere-se a 15% da despesa executada pelo município. Portanto, a **despesa mínima a ser aplicada seria R\$ 196.589.639,80 (XVII)**. O município **superou o limite mínimo aplicando R\$ 127.883.475,70 (XVIII)**, ou seja, cumpriu 24,75% da receita própria aplicando em ações e serviços públicos de saúde.

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em
	INICIAL	ATUALIZADA (c)	% Até o bimestre (d/c) x 100	% Até o bimestre (e) (e/c) x 100	% Até o bimestre (f) (f/c) x 100			Restos a Pagar Não Processados (g)	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	188.568.900,00	206.049.522,80	201.247.277,16	198.404.611,15	197.168.306,31	95,69		2.842.666,01	
Despesas Correntes	185.418.900,00	204.286.757,61	200.491.095,61	197.820.149,54	196.599.845,72	96,24		2.670.946,07	
Despesas de Capital	3.150.000,00	1.762.765,19	756.181,55	584.461,61	568.460,59	32,25		171.719,94	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	78.624.100,00	143.744.040,45	137.728.875,09	122.468.795,70	122.459.815,40	85,19		15.260.079,39	
Despesas Correntes	78.574.100,00	143.049.040,45	137.139.587,30	122.204.856,99	122.203.878,69	85,43		14.934.730,31	
Despesas de Capital	50.000,00	695.000,00	589.287,79	263.938,71	255.936,71	36,83		325.349,08	
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
VIGILÂNCIA SANTÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	2.035.000,00	2.907.196,57	2.171.634,08	2.072.984,18	2.048.984,18	70,48		111.709,90	
Despesas Correntes	1.990.000,00	2.862.196,57	2.171.634,08	2.059.964,18	2.035.964,18	71,13		111.669,90	
Despesas de Capital	45.000,00	45.000,00	13.060,00	13.020,00	13.020,00	28,93		40,00	
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	269.228.000,00	352.700.759,82	341.160.846,33	322.946.391,03	321.677.105,89	91,20		18.214.455,30	

O quadro acima, é o detalhamento das despesas executadas por subfunção e natureza de despesa. Na Atenção básica, foram empenhadas R\$ 756.181,55 em despesas de capital, ou seja, de novos investimentos. São R\$ 206.049.522,80 da Dotação atualizada (previsão de despesa), das quais R\$ 197.168.306,31 foram pagas. Aqueles empenhos que não geram notas fiscais com entrega do serviço, isto define os valores **Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (g)**, empenhos sem conclusão. Esses restos a pagar não processados (d - e) somam R\$ 18.214.455,30. Esse valor é a subtração entre a Despesa empenhada (d) e a Despesa Liquidada (e) das despesas empenhadas totais. Na Atenção Hospitalar e Ambulatorial, foram investidos em despesas liquidadas R\$ 263.938,71 em despesas de capital, as despesas correntes correspondem a 99,78% das despesas empenhadas nesta subfunção.

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPs (XII) = (XI)	343.040.881,57	324.826.426,27	323.557.141,13

	16.687.730,83		
(c) Restos a Pagar Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	(d) e = restos a pagar, O que não foi pago no exercício	N/A	N/A
(c) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(c) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(e) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	324.473.115,50	322.946.391,03	321.677.105,89 (o que foi aplicado)
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			196.589.639,80 (o valor que deveria ter sido aplicado e 15% da arrecadação)
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)		N/A	(A Lei Orgânica Municipal não define outro limite mínimo de aplicação)
			125.087.466,09 (A diferença da aplicação entre a despesa paga e o limite mínimo)
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	127.883.475,70	126.356.751,23	
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI/III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	24,75	24,64	24,54
	(% aplicado em Saúde da receita de impostos arrecadados, referente a despesa empenhada)	(% aplicado em Saúde da receita de impostos arrecadados, referente a despesa liquidada)	(% aplicado em Saúde da receita de impostos arrecadados, referente a despesa paga)

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	
Diferença de limite não cumprido em 2021	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2020	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2019	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00

O quadro anterior, detalha a diferença do recurso não aplicado, caso o município não tivesse cumprido a aplicação do limite mínimo financeiro de 15% das receitas arrecadadas. É possível concluir, que o município vem cumprindo o limite constitucional nos anos em destaque (2019-2021).

O quadro a seguir, obtém a série histórica de empenhos entre os anos de 2013 a 2022. Na coluna **Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)**, refere-se ao que deveria ser aplicado e na coluna **Valor aplicado em ASPS no exercício (n)**, refere-se ao que foi de fato aplicado.

Na última coluna, contém o cálculo da diferença da aplicação dos recursos, ou seja, o excedente dos 15% referentes ao limite mínimo para aplicação dos recursos arrecadados e soma o total de restos a pagar inscritos naquele exercício. Na coluna **Total de RP a pagar (t)**, observamos que o município não possui restos a pagar inscritos nos exercícios anteriores a 2022.

EXERCÍCIO DO EMPENHO ²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (n)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se	Total inscrito em RP no exercício (p)	RRPP inscritos individualmente no Exercício sem Disponibilidade financeira q = (m)	Valor inscrito em RP considerando o limite (r) = (p - (o + q)) se	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = (o + q) - (u)
Empenhos de 2022	196.589.639,80	324.473.115,50	127.883.475,70	19.483.740,44	16.687.730,83	0,00	0,00	19.483.740,44	0,00	144.571.206,53
Empenhos de 2021	144.599.774,45	285.224.961,77	140.625.187,32	0,00	23.035.077,62	0,00	0,00	0,00	0,00	163.660.264,94
Empenhos de 2020	83.085.801,39	216.169.865,74	133.084.064,35	0,00	9.794.506,04	0,00	0,00	0,00	0,00	142.878.570,39
Empenhos de 2019	45.550.013,84	84.000.000,00	38.449.986,16	0,00	140.939.997,36	0,00	0,00	0,00	0,00	179.389.983,52
Empenhos de 2018	94.330.353,55	189.729.085,10	95.398.731,55	0,00	8.901.837,71	0,00	0,00	0,00	0,00	104.300.569,26
Empenhos de 2017	83.984.092,69	195.965.923,30	111.981.830,61	0,00	4.896.141,53	0,00	0,00	0,00	0,00	116.877.972,14
Empenhos de 2016	90.253.572,99	196.538.807,50	106.285.234,51	0,00	9.657.429,89	0,00	0,00	0,00	0,00	115.942.664,40
Empenhos de 2015	89.849.533,96	187.769.866,55	97.920.334,57	0,00	12.820.053,67	0,00	0,00	0,00	0,00	110.740.388,24
Empenhos de 2014	83.779.243,72	191.590.279,02	107.811.035,30	0,00	17.335.260,07	0,00	0,00	0,00	0,00	125.146.295,37
Empenhos de 2013	73.387.845,56	166.831.413,95	93.443.568,39	0,00	2.264.948,84	0,00	0,00	0,00	0,00	95.708.517,23

No quadro a seguir (Receitas adicionais para o financiamento da saúde não computadas no cálculo do mínimo) é referente ao repasse de recursos provenientes das demais esferas de governo, que não serão considerados no cálculo do limite mínimo constitucional.

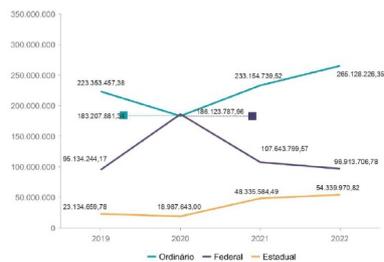
Nas **Receitas Realizadas** foram agregadas ao Fundo Municipal de Saúde o recurso **Proveniente da União** através do Ministério da Saúde o valor de R\$ 98.352.767,98; e receitas provenientes do Estado no valor de R\$ 43.269.315,15, em 2022.

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100	
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXX)	109.861.000,00	109.861.000,00	141.649.083,13	128,93	
Provenientes da União	107.810.000,00	107.810.000,00	98.352.767,98	91,23	Receta proveniente do Ministério da Saúde (SUS). Atendeu apenas 91,23% da receita esperada.
Provenientes dos Estados	2.051.000,00	2.051.000,00	43.296.315,15	2.110,99	Receta proveniente do Estado. Repasses referentes a resgate de recursos de exercícios anteriores e de adesões aos programas de cofinanciamento atrelados a metas. 2.110,99% da previsão inicial
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	-
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	-
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXX) = (XXX + XXX + XXX)	109.861.000,00	109.861.000,00	141.649.083,13	128,93	Superação de 128,93% da receita total esperada para 2022.



Receita Arrecadada

Receitas recebidas pelos 3 Níveis de Governo de 2019 a 2022



Receitas

Apesar da queda em 2020, as **receitas Estaduais** cresceram **134% em 2022**,

em relação a 2019. Em relação a 2019, a **Receita da União** manteve o valor arrecadado em 2022. Em 2020, com a pandemia COVID-19, o **repasso Federal superou as arrecadações** no ano, porém manteve queda nos demais anos. Os **Recursos Municipais** mantiveram a superação do limite mínimo Constitucional (15%) e **maior parte da Receita em Saúde**.

Receita Arrecadada

Adesão aos Programas de Cofinanciamentos Estaduais

Outros Programas - R\$ 174.197,54

Receitas captadas para **promoção social** voltadas às **populações com tuberculose**.

PPF - R\$ 13.072.657,13

Programa de **Promoção à Equidade** para custeio da **atenção integral à saúde**.

UPA - R\$ 4.200.000,00

Custeio e manutenção da UPA.

Rede Cegonha Maternidade - R\$ 273.912,28

Apoio ao parto e nascimento no âmbito da Rede Cegonha.

SAMU - R\$ 1.174.250,00

Incremento de contrapartida estadual para o custeio para serviços móveis de urgência habilitados.

Assistência Farmacêutica - R\$ 509.462,50

Contrapartida Estadual ao Componente Básico de Assistência Farmacêutica.

Cirurgias Eletivas - R\$ 42.998,24

Para cirurgias eletivas com vistas a reduzir a demanda cirúrgica existente nos hospitais.

Neonatal - R\$ 3.826.269,97

Destinado ao custeio de diárias de internações realizadas em os leitos de UTI NEONATAL TIPO II.

Cofinanciamento TRS - R\$ 1.982.400,00

procedimento de terapia renal substitutiva (hemodiálise) e conexão de fístula arteriovenosa (FAV) aos pacientes habilitados ao SUS.

Programa Laços HMAR - R\$ 1.299.602,32

Programa Estadual Laços - Maternidade Segura. Incentivo financeiro para custeio da rede materno-infantil no Estado.

Programa Laços - HPB - R\$ 17.619,74

Programa Estadual Laços - Maternidade Segura. Incentivo financeiro para custeio da rede materno-infantil no Estado.

PAHI-RI - HMI - R\$ 2.640.000,00

Qualificação das unidades hospitalares, aprimoramento da atenção hospitalar aos usuários do SUS no atendimento regional.

PAHI-M - Maternidade - R\$ 760.000,00

Qualificação das unidades hospitalares, aprimoramento da atenção hospitalar aos usuários do SUS.

PAHI - R\$ 21.000.000,00

reforma, ampliação e aquisição de equipamentos e mobiliários para o HMJ.

PREFAPS - R\$ 1.021.377,38

Financiamento da Atenção Primária à Saúde do Estado.

UTI Adulto e Pediátrico - R\$ 1.296.000,00

Municípios gestores de Unidades de Terapia Intensiva (UTI), Tipo II, adultos e pediátrico.

Vigilância em Saúde - R\$ 60.000,00

Transferência de recursos financeiros para o piso fixo de Vigilância em Saúde.

9.5. Covid-19 Repasse União

Quadro demonstrativo da transferência de recursos advindos da União para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)				
Descrição do recurso	SALDO DO RECURSO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (31/12/2021)	RECURSOS DIRECIONADOS NO EXERCÍCIO ATUAL ATÉ O BIMESTRE	SALDO TOTAL	Considerações
Recursos advindos da transferência da União repassados pelo FNS conf. Portarias específicas nos blocos de manutenção e estruturação para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	23.623.451,69	0,00	23.623.451,69 (Saldo do repasse recebido em 2021)	Recurso repassado nos exercícios de 2020 e 2021 para execução em ações de enfrentamento ao Covid-19. Recursos repassados ao bloco de manutenção e estruturação. Sem repasses Federais para COVID no exercício 2022.
Recursos advindos da transferência da União repassados pelo FNS nos blocos de manutenção e estruturação não específicos para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	0,00	1.658.403,36	1.658.403,36	
Recursos advindos de transferência de saldos financeiros de exercícios anteriores provenientes de repasses federais do FNS aos fundos de saúde dos estados, DF e municípios conf. LC 172/2020.	0,00	0,00	0,00	
Recursos advindos da União, na forma de auxílio financeiro, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2020, e em ações de enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), Conforme LC 173/2020	2.316.065,70	0,00	2.316.065,70	O recurso é proveniente da LC 173/2020. Na segunda coluna, corresponde ao repasse do ano de 2021 o que não ocorreu. A lei preconizava o repasse apenas para o exercício 2020.
Recursos advindos da União, na forma de prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19), MP 938/2020	0,00	0,00	0,00	
Outros recursos advindos de transferências da União	0,00	0,00	0,00	
Total de recursos advindos de transferência da União para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - CORONAVÍRUS (COVID-19)	25.939.517,39	1.658.403,36	27.597.920,75	Na segunda coluna, o valor corresponde ao saldo do exercício.

9.7. Covid-19 Repasse Estadual

Quadro demonstrativo da transferência de recursos advindos do estado para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)			
Descrição do recurso	SALDO DO RECURSO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (31/12/2021)	RECURSOS DIRECIONADOS NO EXERCÍCIO ATUAL ATÉ O BIMESTRE	SALDO TOTAL
Recursos de transferências do estado para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	7.834.760,00 (Saldo referente ao repasse Estadual efetuado no exercício 2021 destinado ao COVID-19)	0,00 (Não houve repasse estadual no exercício de 2022 destinado ao COVID-19)	7.834.760,00 (Saldo final dos repasses referentes ao COVID-19 - Repasse apenas do exercício de 2021)
Total	7.834.760,00	0,00	7.834.760,00

Fonte: SIOPS

O quadro acima se refere aos recursos recebidos para execução no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública em razão do Covid-19. O saldo de R\$ 7.834.760,00 é referente ao repasse estadual do exercício de 2021. Em 2022, não houveram repasses estadual para aplicação nas ações de enfrentamento do COVID-19, conforme demonstra a Coluna Recursos Direcionados No Exercício Atual Até o Bimestre.

No quadro abaixo, Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19), faz referência às despesas

executadas no exercício de 2022. Como aponta o quadro a seguir, não houveram despesas executadas em razão do enfrentamento da situação de emergência de saúde por COVID-19.

Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavirus (COVID-19)			
Descrição das Subfunções/Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Administração Geral	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIOPS

10. Auditorias

Não há informações cadastradas para o período das Auditorias.

Fonte: Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SISAUD-SUS)

Data da consulta: 09/05/2023.

Outras Auditorias

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 09/05/2023.

- Análises e Considerações sobre Auditorias

AUDITORIAS

Em dezembro de 2021, a Secretaria de Saúde incorporou o Componente Municipal de Auditoria do SUS (CMS) ao organograma institucional. No Decreto Municipal nº 12.527, de 15 de março de 2022, o município estabelece e regulamenta o Componente Municipal do Sistema Nacional de Auditoria, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Após a sua regulamentação e instituição por normativa e organograma, o Componente fará a adesão ao SISAUD e implementá-lo ao seu processo de trabalho.

Quadro 6 - Análises das contas apresentadas pelos prestadores de serviços de saúde

	1°	2°	3°	2022
	Quad	Quad	Quad	
Mamografias:				
· WINSTON	1.467	1.478	1.462	4.407
Hidroterapia (AQUÁTICA)				
	757	634	637	2.028
Serviço de Terapia Renal Substitutiva (ANGRA RIM) - Pacientes Agudos				
· Sessão até 4h	893	881		
· Sessão de 05 a 12 horas	356	364		
· Visitas Médicas	0	0		
· Implante CDL	139	145		
· Parecer Médico	15	12		
Serviço de Terapia Renal Substitutiva (ANGRARIM) - Pacientes Crônicos				
	16.489	16.395	13.569	46.453
Cintilografia				
CINTIMED	82	78	81	241
VALE IMAGEM	51	65	97	213
USG Doppler (CICOM)	24	26	464	514
Exames Laboratoriais (HUMANIZALAB)				
	263.974	98.040	342.182	704.196
Ressonância Magnética (Ultramed)				
	1.040	1.055	782	2.877
Densitometria (Ultramed)				
	144	157	321	622
Pestalozzi				
	856	848	2.489	4.193
USG (CLIMASOL)	168	160	415	743
USG (JVA)	-	-	1.915	1.915
EcoDopplerCardiograma, Teste Ergométrico, Mapa, Holter (Cardiofrequência) - JC de Jesus Exames Cardiológicos				
	1.120	1.054	1.462	3.636
Passagens para Tratamento Fora Domicílio				
COSTA VERDE	-	2.709	1.785	4.494
· COLITUR	3.397	1.017	3.639	8.053
· REUNIDAS	20	44	56	120
Ações de Auditoria				
Auditoria de Contas Médicas				
	1.215	1.198	920	3.333
Conferências de Faturamento				
	427	450	149	1.026
Recomendações				
	-	2	3	5

Fonte: Coordenação de Controle e avaliação / Componente Municipal de Auditoria

Metodologia do processo de Auditoria:

Análise dos Laudos de AIH e APACs para regulação dos procedimentos eletivos.

Realização de AUDITORIA MÉDICA in loco para conferência pós-evento dos procedimentos eletivos e urgências (Hospitalar), HMCV, HMJ e FEAM.

Realização de controle para conferência dos procedimentos dos serviços de terapia renal substitutiva,

Realização de vistorias dos estabelecimentos de saúde para validação do cadastro CNES,

Eventos analisados e liberados com emissão de série numérica (AIH) para faturamento dos hospitais

10.1 Auditoria sofridas em 2022:

Segundo o Ofício nº 1897/2022 de AUD/SGE/GAP / Termo de Solicitação de Informações e Documentos nº 01 / Fisc. 26/2022, foram atendidas as solicitações do Tribunal de Contas do estado do Rio de Janeiro em 23 de setembro de 2022, através do Ofício nº 1.047/2022/SUPCAR/SSA.

ANÁLISES E CONSIDERAÇÕES GERAIS

Na Programação Anual de Saúde são detalhadas as ações e serviços, conforme a Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (Renases) e a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename); as metas anuais; os indicadores; e a previsão de alocação de recursos orçamentários no ano. A Programação Anual de Saúde é elaborada no ano em curso e executada no ano subsequente, coincide com o período definido para o exercício orçamentário (um ano calendário) e a Lei Orçamentária Anual, sendo o subsídio para elaboração desta última. Sendo o Plano de Saúde a base para tais instrumentos, mantendo correlação instrumental entre o disposto no Plano Nacional de Saúde / Plano Plurianual e as ações orçamentárias previstas na Lei Orçamentária Anual.

O Relatório Anual de Gestão (RAG) é o instrumento que apresenta os resultados alcançados com a execução da PAS, apurados com base no conjunto de diretrizes, objetivos e indicadores do Plano de Saúde, e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários ao Plano de Saúde e às Programações seguintes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Disponível em <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_14.12.2017/art_198_.asp> Acesso em: 31 de março de 2019.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010. **Panorama das Cidades e Resultado Censo 2010**. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/angra-dos-reis/panorama> - Acesso em: 22 de março de 2019.

REIS, Renan Moreira; FILHO, Pedro Alves. **Panorama geral sobre nascimentos em Angra dos Reis e RJ - Informe Epidemiológico (2006 a 2017)**. Angra dos Reis, RJ: 1ª ed. 2018
_____. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. e Brasília: PNUD, Ipea, FJP. Disponível em http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/angra-dos-reis_rj. Acessado em: 22 de março de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA CONSOLIDAÇÃO Nº 06, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017. Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde. [Internet]. 2017. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvsm/saudelegis/gm/2017/prc0006_03_10_2017.html#TITULOIII

10. BRASIL. Congresso Nacional. Glossário de Termos Orçamentários > Termo: Despesa Corrente. [Internet]. 2022. Disponível em: https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-orcamentario/-/orcamentario/termo/despesa_corrente

11. BRASIL. Congresso Nacional. Glossário de Termos Orçamentários > Termo: Despesa de Capital. [Internet]. 2022. Disponível em:
https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-orcamentario/-/orcamentario/termo/despesa_de_capital#:~:text=Despesa%20de%20Capital-,Termo%3A%20Despesa%20de%20Capital,de%20um%20bem%20de%20capital.

12. Recomendações para o Próximo Exercício

- Análises e Considerações sobre Recomendações para o Próximo Exercício

11.1 Recomendações para a próxima Programação Anual de Saúde e / ou redirecionamentos para o Plano de Saúde

Em relação às metas e ações que não alcançaram resultado previsto, a SSA propõe sua reavaliação quanto à pertinência e relevância, com possível redirecionamento na PAS 2023 e revisão das propostas das ações e serviços de saúde.

GLAUCO FONSECA DE OLIVEIRA
Secretário(a) de Saúde
ANGRA DOS REIS/RJ, 2022

Parecer do Conselho de Saúde

Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- Considerações:
Sem Parecer

Dados da Produção de Serviços no SUS

- Considerações:
Sem Parecer

Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- Considerações:
Sem Parecer

Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

- Considerações:
Sem Parecer

Programação Anual de Saúde - PAS

- Considerações:
Sem Parecer

Indicadores de Pactuação Interfederativa

- Considerações:
Sem Parecer

Execução Orçamentária e Financeira

- Considerações:
Sem Parecer

Auditorias

- Considerações:
Sem Parecer

Análises e Considerações Gerais

- Parecer do Conselho de Saúde:
Sem Parecer

Recomendações para o Próximo Exercício

- Considerações:
Sem Parecer

Status do Parecer: Em Análise no Conselho de Saúde

ANGRA DOS REIS/RJ, 09 de Maio de 2023

Conselho Municipal de Saúde de Angra Dos Reis